

ANA CLAUDIA NASCIMENTO SILVA

**O PAPEL DA MARICULTURA NA CONFIGURAÇÃO URBANA
DO RIBEIRÃO DA ILHA**

**FLORIANÓPOLIS
2012**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO HISTÓRIA
E ARQUITETURA DA CIDADE

Ana Claudia Nascimento Silva

**O PAPEL DA MARICULTURA NA CONFIGURAÇÃO URBANA
DO RIBEIRÃO DA ILHA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Orientador: Prof^o. Dr. Lino Fernando Bragança Peres.

FLORIANÓPOLIS
2012

CATALOGAÇÃO NA FONTE PELA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Silva, Ana Claudia Nascimento

O papel da maricultura na configuração urbana no
Ribeirão da Ilha [dissertação] / Ana Claudia Nascimento
Silva ; orientador, Lino Fernando Bragança Peres -
Florianópolis, SC, 2012.

211 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em
Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Inclui referências

1. Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. 2.
Ribeirão da Ilha. 3. Maricultura. 4. Configuração Urbana.
I. Peres, Lino Fernando Bragança. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo,
História e Arquitetura da Cidade. III. Título.

Ana Claudia Nascimento Silva

O Papel da Maricultura na Configuração Urbana do Ribeirão da Ilha

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de “Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade.

Florianópolis 31 de maio de 2012.

Prof.^a Dr.^a Maria Inês Sugai
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Lino Fernando de Bragança Peres
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Hermann
Membro da Banca - Externo
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Nelson Popini Vaz
Membro da Banca – PGAU-Cidade
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Dr.^a Soraya Nor
Membro da Banca – Externo
Universidade Federal de Santa Catarina

A Bica com carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Professor Lino Bragança Peres, por sua dedicação e empenho no desenvolvimento desta dissertação que muito contribuiu para o meu enriquecimento acadêmico.

Aos Professores Dr. Maria Lúcia Herrmann, Dr. Nelson Popini Vaz e Dr. Soraya Nor por terem, gentilmente, aceito o convite para participar da Banca e enriquecê-la com sua experiência.

À Adri, chefe de expediente deste programa, pela paciência e disponibilidade em auxiliar na resolução de todos os trâmites burocráticos.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade – PGAU o meu reconhecimento pelas muitas lições recebidas.

Aos colegas da academia pela cumplicidade, amizade e incentivo.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa durante o mestrado.

À minha família, em especial, Dani, Mary e Diu, pelo apoio incondicional e pela valorização constante da escolha de uma carreira acadêmica.

Agradeço, de forma especial, a Eliane Veras da Veiga, minha eterna orientadora e amiga pelo incentivo e pelas palavras de conforto ao longo da minha jornada acadêmica.

À Tia Lena pelo acolhimento sempre carinhoso.

Aos amigos Ivo Tonet, Paulo Candido, Geovana, Marcos, Andrea e Fernanda França.

Ao Zilas pelo companheirismo, pela dedicação, paciência e por ter enfrentado lado a lado todos os obstáculos desta caminhada.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos da introdução da maricultura na estrutura urbana do distrito do Ribeirão da Ilha, em Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Este distrito tem como característica peculiar um traçado urbano de origem colonial bastante preservado. A hipótese que argumentamos no transcorrer da pesquisa é a de que a atividade maricultora, ao se constituir em um negócio altamente lucrativo (tendo em vista os incentivos do Estado e a colaboração de instituições públicas como UFSC, EPAGRI, etc.) e se inserir na reprodução ampliada do capital, gera impactos negativos sobre a estrutura sócio-espacial do Ribeirão da Ilha. Tendo em vista que as relações de produção, que passaram da pesca artesanal para o auto-consumo, como atividade econômica predominante, para a produção de moluscos voltada para o mercado tem provocado transformações na estrutura urbana do distrito. Como instrumento analítico, realizou-se uma pesquisa historiográfica no sentido de buscar informações referentes à formação sócio-espacial do distrito Ribeirão da Ilha nos últimos 40 anos. Além disso, realizaram-se pesquisas em órgãos públicos federais, estaduais e municipais que contribuísem para a elucidação do problema em questão, bem como, foram feitas entrevistas com moradores e maricultores que vivenciaram a introdução deste processo produtivo na área em estudo.

Palavras Chaves: Maricultura; Ribeirão da Ilha; Estrutura Urbana.

ABSTRACT

This research aims to analyze the impacts of the introduction of mariculture in the structure of the urban district of Ribeirão da Ilha in Florianópolis, Santa Catarina, Brazil. This district is characterized by a peculiar urban plan of colonial origin quite intact. The hypothesis that try to argue in the course of the research is that the activity mariculture, to be constituted in a highly profitable business (given the incentives of the State and the collaboration of public institutions like the UFSC, EPAGRI, etc..) And insert in reproduction of capital, generates negative impact on the socio-spatial structure of the Ribeirão da Ilha. Considering that the relations of production, which went from fishing for own consumption as main economic activity for the production of shellfish-oriented market has caused changes in the structure of the urban district. As an analytical tool held a historical research in order to seek information regarding the socio-spatial formation of the district Ribeirão da Ilha in the last 40 years. In addition, we carried out research in federal, state and municipal governments to contribute to the elucidation of the problem as well, interviews were conducted with residents and shellfishermen who experienced the introduction of this production process in the study area.

Keywords: Mariculture; Ribeirão da Ilha, Urban Structure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão do Distrito	27
Figura 2 - Distrito do Ribeirão da Ilha: ilhas e as localidades que compõem o distrito	28
Figura 3 - Estudo de mapa para a Ilha de Santa Catarina elaborado por Frezier em 1716	49
Figura 4 - Mapa com a localização das primeiras ocupações: Simplício, Porto do Contrato, Capela a 660m da Igreja Matriz e Igreja com praça à frente	56
Figura 5 - Configuração da Freguesia no início do século XVIII. A atual Rodovia Baldicero Filomeno aparece margeando a orla. As ruas transversais eram, inicialmente, apenas caminhos	61
Figura 6 - Desenho da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Lapa, início da década de 1980	61
Figura 7 - Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão do Ribeirão	63
Figura 8 - Praça Hermínio Fraga	63
Figura 9 - Padrão urbano definido pela Provisão Régia de 9 de agosto de 1747	65
Figura 10 – A Praça Central agregava as principais edificações e as ruas retilíneas e estreitas seguiam paralelas à orla marítima. Os lotes, também estreitos, apresentavam as edificações alinhadas em suas reduzidas testadas	66
Figura 11 - Estrutura urbana dos lotes de Santo Estevão e do Alto Ribeirão, caracteriza o desmembramento dos lotes	71
Figura 12 - Parcelamento do solo na Freguesia	71
Figura 13 - Molhe de Pedras do antigo Porto do Contrato	79

Figura 14 - Cultivo do tipo parreira, em desuso no Ribeirão da Ilha	111
Figura 15 - Cultivo long-line com bóias, exigência de padronização das bóias	111
Figura 16 - Distrito do Ribeirão da Ilha: Uso e Ocupação do Solo	130
Figura 17 - Ocupação do Ribeirão da Ilha, 1976 e 1998 respectivamente	135
Figura 18 - Áreas de ocupação do parque aquícola do Ribeirão da Ilha	138
Figura 19 – Pontos de venda de ostras e mariscos	141
Figura 20 - Trapiche em frente ao Restaurante Ostradamus. Fluxo de navegação inexpressivo	143
Figura 21 - Restaurantes no Ribeirão da Ilha. Ostra da Ilha; Rancho Açoriano; Ostras e Ostras Coisas; Moqueca da Ilha; Umas e Ostras; Vila Terceira; Ostradamus	145
Figura 22 – Rodovia Baldicero Filomeno	148
Figura 23 - Distrito do Ribeirão da Ilha: principais acessos	149
Figura 24 - Zoneamento Freguesia do Ribeirão	158

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de urbanização brasileira	85
Tabela 2 - Dados populacionais do Ribeirão da Ilha	90
Tabela 3 - Dados populacionais do Ribeirão da Ilha	91
Tabela 4 - Evolução da aqüicultura no Estado de Santa Catarina ..	101
Tabela 5 - Custos da Implantação e Produção de Ostras em 2003 .	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Produção de Ostras em Santa Catarina ...	104
Gráfico 2 - Produção de Ostras por Município de Santa Catarina .	104
Gráfico 3 - Produtores de Ostras em Santa Catarina	124

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRAq – Associação Brasileira de Aqüicultura.
ACAq – Associação Catarinense de Aqüicultura.
ACARPESC – Associação de Crédito de Assistência Pesqueira de SC.
AMASI – Associação dos Maricultores do Sul da Ilha.
AMANI – Associação dos Maricultores do Norte da Ilha.
ANA – Agência Nacional das Águas.
CEPA/EPAGRI – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola.
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.
COOPERILHA – Cooperativa Aqüícola da Ilha de Santa Catarina.
EMAPA – Escritório Municipal de Agropecuária Pesca e Abastecimento.
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.
FENAOSTRA – Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana.
FUNRUMAR – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e Marinho.
GERCO – Plano de Gerenciamento Costeiro.
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis.
LMM/UFSC – Laboratório de Moluscos marinhos da Universidade Federal de Santa Catarina.
PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.
SEAP – Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca.
SIE – Selo de Inspeção Estadual
SIF – Selo de Inspeção Federal
SIM – Selo de Inspeção Municipal.
SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
TAC – Termo de Ajuste de Conduta.
UDESC – Universidade estadual de Santa Catarina.
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina.
UNIVALI – Universidade do Vale de Itajaí.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	27
O MÉTODO	29
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
CAPÍTULO 1 DISCUSSÃO TEÓRICA	35
1.1. TRABALHO NATUREZA E SER SOCIAL	41
1.2. TRABALHO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO	43
CAPÍTULO 2 FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO RIBEIRÃO DA ILHA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA E ECONÔMICA	47
2.1 BREVE HISTÓRIA DOS PRIMEIROS POVOADORES DO RIBEIRÃO DA ILHA	47
2.2 CARACTERÍSTICAS URBANAS DO INÍCIO DA OCUPAÇÃO DO RIBEIRÃO DA ILHA	60
2.3 A ECONOMIA AGRÍCOLA E PESQUEIRA DO RIBEIRÃO DA ILHA NO INÍCIO DE SUA OCUPAÇÃO PELOS AÇORIANOS	67
2.4 A AGRICULTURA NO RIBEIRÃO DA ILHA	72
2.5 A PESCA ARTESANAL E A BALEAÇÃO	75
2.6 A IMPORTÂNCIA DOS PORTOS NO RIBEIRÃO DA ILHA	77
CAPÍTULO 3 RIBEIRÃO DA ILHA 1950 A 2010	81
3.1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	81
3.2 FLORIANÓPOLIS NO SÉCULO XX E XXI	85
3.3 A EVOLUÇÃO POPULACIONAL E A OCUPAÇÃO DO RIBEIRÃO DA ILHA	90
CAPÍTULO 4 A MARICULTURA	95
4.1 LEGISLAÇÃO REFERENTE À AQUICULTURA	96

4.2	A MARICULTURA EM SANTA CATARINA	97
4.2.1	Condições que favorecem a introdução e cultivo de moluscos no litoral catarinense	97
4.2.2	Evolução da Aquicultura em Santa Catarina	99
4.3	EVOLUÇÃO DA MARICULTURA EM FLORIANÓPOLIS	105
4.3.1	Organização dos Produtores	106
4.3.2	Demarcação do Parque Aquícola	108
4.4	A MARICULTURA NO RIBEIRÃO DA ILHA	109
4.4.1	Produção	110
4.4.2	Custos da Produção	113
4.4.3	Gerenciamento da Produção	113
4.4.4	Comércio	114
4.5	DIMENSÕES DA MARICULTURA	116
4.5.1	Dimensão Social	116
4.5.2	Dimensão Sócio-econômica	117

CAPÍTULO 5 O PAPEL DA MARICULTURA NA ESTRUTURAÇÃO E CONFIGURAÇÃO URBANA DO RIBEIRÃO DA ILHA	126
--	------------

5.1	TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM	126
5.2	A MARICULTURA E A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	129
5.2.1	Uso e Ocupação do Solo	129
5.2.2	Adensamento Populacional	133
5.2.3	Ocupação do Mar	136
5.2.4	O Comércio	142
5.2.5	Os Acessos	146
5.3	TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS	150
5.4	PLANOS DIRETORES E O ORDENAMENTO DA ILHA	155
5.4.1	OCUPAÇÃO DA ORLA	162

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
-------------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
---	------------

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX, a pesca artesanal enfrentava uma séria crise em todo o estado de Santa Catarina e especialmente em Florianópolis. Poucas famílias conseguiam resistir ao avanço da produção pesqueira a nível industrial. Isto resultou em um considerável empobrecimento das comunidades locais, até fins dos anos 1970, não garantiam sua sobrevivência com o que extraíam do mar.

Para evitar o aprofundamento deste processo, o Estado intervém, a fim de minimizar as conseqüências negativas da concorrência entre pescadores artesanais e as empresas que produziam industrialmente, com a notória desvantagem dos primeiros.

Tenta-se, então, redirecionar as famílias que viviam da extração não industrial para uma outra atividade que pudesse ao mesmo tempo cumprir duas exigências: primeiro ser uma fonte de renda para os trabalhadores do mar que evitassem a pauperização e que ao contrário viesse a contribuir para a melhoria da qualidade de vida. E, em segundo lugar, evitasse a concorrência com os grandes produtores.

É neste contexto que a maricultura emerge como alternativa para a pesca artesanal.

Os estímulos governamentais, bem como, a atuação da iniciativa privada tornaram Santa Catarina o principal produtor de moluscos bivalves do Brasil e Florianópolis passou a ocupar o primeiro lugar no estado. Quando se analisa esse fato na capital catarinense, constata-se que o Sul da Ilha e, particularmente, o distrito Ribeirão da Ilha destaca-se como maior centro produtor.

A presente pesquisa teve por objetivo investigar os impactos gerados pela emergência da maricultura, como atividade econômica principal, ou formação sócio-espacial e cultural do Ribeirão da Ilha.

Nossa pesquisa tem como pressuposto a idéia de que existe uma relação íntima entre as relações sociais de trabalho e a formação do espaço. No entanto, faz-se necessário primeiramente uma abordagem do conceito de trabalho, como atividade que, ao mesmo tempo, em que satisfaz necessidades humanas, produz espaço. Após esta discussão, retornaremos para a concreticidade sob a qual esta categoria se apresenta no Ribeirão da Ilha, desde final de 1970.

A condição de existência e reprodução da sociedade depende, necessariamente, da interação constante entre o homem e a natureza e é

somente em interação com o meio natural que o homem consegue obter as condições materiais necessárias à sua sobrevivência. Em outras palavras, o homem transforma a natureza em objetos que venham a atender às suas necessidades e a essa ação de transformação Karl Marx denomina trabalho.

Assim, consideramos que transformação tão relevante na esfera da produção econômica, como aquela ocorrida a partir dos anos 1970 em Santa Catarina, na qual pequenos produtores artesanais se vêem obrigados a mudar de atividade para continuar sobrevivendo, resultaria em importantes mutações sócio-espaciais. É a estas transformações que dedicamos nossa atenção, no decorrer da presente pesquisa. Especialmente as novas configurações sócio-espaciais tecidas no distrito do Ribeirão da Ilha, a partir da introdução da maricultura como atividade principal da região.

Pergunta-se: quais os impactos da introdução da maricultura na estrutura urbana do Ribeirão da Ilha?

A hipótese que comprovamos no transcorrer do texto é a de que a atividade maricultora, ao se constituir em um negócio altamente lucrativo (tendo em vista os incentivos do Estado e a colaboração de instituições públicas como UFSC, EPAGRI, etc.) e se inserir na reprodução do capital, gera impactos negativos sobre a estrutura sócio-espacial do Ribeirão da Ilha.

Podemos citar a tendência à centralização. Os dados que serão apresentados indicam que desde 2006 o número de produtores vem diminuindo ao mesmo tempo em que a produção e os lucros vêm aumentando. Os pequenos produtores estão perdendo espaço para os grandes e, conseqüentemente, estão, ou se assalariando na maricultura ou mudando de atividade, com todas as dificuldades que isso representa.

Outro resultado relacionado com o primeiro é a apropriação, pelo capital, do saber fazer do pescador que ocorre no mesmo ritmo que o expropria dos instrumentos de trabalho.

Há, também, a mudança na estrutura urbana propriamente dita, que vem depreciando um patrimônio arquitetônico, não dispondo de mecanismos de proteção adequados. O aumento no número de estabelecimentos comerciais, o maior fluxo de turistas e até a especulação imobiliária são fatores que interferiram sobremaneira na estrutura urbana do Ribeirão da Ilha e todos se relacionam, de alguma forma, com o processo de implantação da maricultura no bairro.

Desta forma, para melhor desenvolvermos nossa argumentação dividimos a dissertação em cinco capítulos.

No Capítulo 1 faremos uma discussão teórica a respeito da categoria trabalho e a relação desta categoria com a produção do espaço dentro do modo de produção capitalista com intuito de esclarecermos como as relações de trabalho irão determinar a configuração urbana de nosso estudo de caso.

No Capítulo 2 e 3 abordaremos algumas características do Ribeirão da Ilha com o intuito de localizar o mesmo dentro do contexto geográfico no Brasil e no estado, trataremos da evolução histórica do Ribeirão da Ilha, desde a sua colonização, passando pelo povoamento por casais açorianos até meados do século XX, sempre com ênfase na formação sócio-espacial da região. Este resgate histórico parte de uma tentativa de elucidar algumas das características na estrutura urbana que permanecem ainda hoje.

No Capítulo 4 desta dissertação trataremos de questões específicas da maricultura, tais como, as definições básicas sobre a atividade, a evolução de sua implantação no estado, a legislação referente a esta atividade, os fatores que levaram a sua implantação no município, entre outras questões que nos levam a entender melhor esta atividade.

Por fim, no Capítulo 5, discutiremos o papel da maricultura na estruturação urbana do Ribeirão da Ilha, expondo a relação entre o espaço já existente antes da implantação da maricultura e a transformação ocorrida a partir de sua implantação.

DESCRIÇÃO DA LOCALIDADE ESTUDADA

O Distrito do Ribeirão da Ilha está localizado na parte meridional da Ilha de Santa Catarina. Este distrito encontra-se separado do Distrito Sede da Cidade de Florianópolis, ao norte, pelos riachos Tavares e *Caiacangamirim*¹ estendendo ao sul até a Praia de Naufragados. No oeste é limitado pela Baía Sul e a leste por uma cadeia montanhosa fazendo fronteira com o Distrito do Campeche e Pântano do Sul. Esta cadeia montanhosa é composta pelos morros da Chapada, do Trombudo, da Tapera, da Boa Vista e o morro do Ribeirão. Sendo este último o mais alto da ilha, contando com 532 metros de altitude.



Figura 1- Divisão Distrital do Município de Florianópolis.

Fonte: CUNHA, 2007.

¹ *Caiacangamirim* na língua dos Carijós significa pequena cabeça de macaco.

A área do Distrito é de 51,54 km² sendo composto das localidades de Carianos, Tapera, Sertão do Peri, Alto Ribeirão, Barro Vermelho, Freguesia do Ribeirão, Costeira do Ribeirão, *Caiaçangaçu*², Caieira da Barra do Sul e Naufragados. Na figura 2 temos a localização destes sítios que compõe o Ribeirão da Ilha, as ilhas próximas ao distrito, o aeroporto Hercílio Luz e em destaque a Freguesia do Ribeirão, região considerada, pelos historiadores, como área onde se empreendeu as primeiras ocupações por europeus na Ilha de Santa Catarina.



Figura 2 - Distrito do Ribeirão da Ilha: ilhas e as localidades que compõem o distrito. Fonte: CUNHA, 2007.

² Antônimo de *Caiaçangamirim*, *Caiaçangaçu* significa grande cabeça de macaco.

O MÉTODO

A escolha do método a ser aplicado em nossa pesquisa parte da necessidade de um conhecimento teórico de um objeto “tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva” (NETTO, s/d, p.7). Desta forma, para melhor alcançarmos os objetivos propostos em nossa investigação nos apoiaremos no método materialista-dialético.

Entendemos que o método deve ser compreendido como uma forma específica de relação entre subjetividade e objetividade, na elucidação de certos fenômenos. Por isso, o método impõe-se como caminho para a reprodução ideal³, na consciência humana, de fenômenos reais, objetivos. Ao fim do processo de apreensão do real este se constituirá em uma “rica totalidade de determinações e relações diversas”. (MARX, 1996, p.39).

Segundo José Paulo Netto, importante teórico pesquisador, pode-se afirmar que

o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (NETTO, s/d, p.8).

Tendo essa idéia de método como ponto de partida é necessário que pontuemos os elementos mais importantes do método materialista dialético, pois este norteará nossa pesquisa.

Antes de tudo este método se constitui em dois caminhos, sendo um de ida, no qual a consciência abstrai o objeto da sua totalidade e o analisa a fundo em suas determinações mais gerais, e outro, de volta, em que o pesquisador retorna com o objeto para sua realidade concreta e compreende as suas múltiplas relações com o todo.

³ A reprodução ideal de fenômenos objetivos em Marx significa apenas que no processo do conhecimento transpomos a realidade concreta para a subjetividade em forma de conceitos e categorias.

É importante ressaltarmos que a representação teórica, elaborada ao fim do processo, se apresenta como momento pelo qual se dá a reprodução do mundo real sob a forma do concreto pensado.

Neste modo de compreensão do real uma das características mais importantes do método por nós adotado é a necessidade de considerar os fenômenos em sua totalidade.

O princípio da totalidade afirma que os fenômenos não estão isolados, mas ao contrário estão inseridos em uma complexa rede de relações e interações que existem sob a forma de determinações reflexivas, ou seja, estão em constante movimento de determinação mútua. Por isso, qualquer estudo que prescindir da inserção do objeto na totalidade revelar-se-á parcial.

Outro elemento fundamental para a metodologia aqui proposta é a consideração de uma “radical” historicidade dos fenômenos sociais. Deste modo, o estudo da evolução histórica dos entes sociais se impõe como momento decisivo da pesquisa científica que busca explicar o mundo dos homens.

Isto porque o estudo da história nos permite a compreensão do mundo social como uma estrutura dinâmica, em constante transformação.

Nessa perspectiva a realidade não pode ser percebida como conjunto de fenômenos e relações acabados, mas como um conjunto de processos. A esse respeito Engels afirma que devemos conceber

[...] o mundo da natureza, da história e do espírito como um processo, isto é, como um mundo sujeito à constante mudança, transformações e desenvolvimento constante, procurando também destacar a íntima conexão que preside este processo de desenvolvimento e mudança. (ENGELS *apud* NETTO, s/d, p.13).

Deste modo, a análise histórica dos fenômenos sociais pode ressaltar sobre determinadas leis e tendências de desenvolvimento da realidade estudada. Além disso, a percepção histórica nos possibilitará uma melhor abrangência das relações entre o objeto particular em estudo e a totalidade social ao qual está inserido.

Podemos, ainda, destacar no materialismo dialético a consideração da estrutura econômica como sendo o momento predominante no desenvolvimento da história humana. Aqui é necessário que façamos duas considerações.

Primeiro, quando nos referirmos à base econômica da sociedade trataremos da relação homem-natureza na produção e reprodução da vida e não de economia no sentido usado comumente. Segundo, é importante frisar que, para o materialismo dialético, a economia é o momento predominante e não a única determinação da vida social como pensam alguns materialistas mecanicistas.

A justa relação entre infra-estrutura e superestrutura foi uma das grandes descobertas científicas de Marx e Engels e mudou a forma como entendemos a história humana.

Mais especificamente em nosso estudo sobre a formação do espaço do Ribeirão da Ilha a dialética materialista nos ajudará a compreender como que a *infra-estrutura* econômica em sua processualidade dinâmica desde a colonização até os dias atuais irá se relacionar com a *superestrutura* ideológica (manifestações culturais, religião, etc.) na formação deste espaço tal como o percebemos atualmente.

Após esclarecermos o que entendemos por materialismo-dialético e por que lançaremos mão deste método, é importante deixar claro que não estamos nos referindo a um conjunto de técnicas a serem aplicadas no decorrer da pesquisa. É importante lembrar que existe uma diferença entre método e técnicas de pesquisa. Netto (s/d) nos dá uma boa descrição sobre a diferença entre método e técnicas de pesquisa

Neste processo (*de aproximação do objeto*), os instrumentos – ou, se se quiser, técnicas – de pesquisa são os mais variados, desde a análise documental até as formas mais diversas de observação, recolha de dados, quantificação etc.. Esses instrumentos são meios de que se vale o pesquisador para “apoderar-se da matéria”, mas não devem ser identificados com o método: instrumentos similares podem servir (e de fato servem), em escala variada, a concepções metodológicas diferentes. (NETTO, s/d, p.10 - grifo nosso).

Além do método aqui exposto iremos nos imbuir de algumas técnicas de pesquisa que contribuirão para a elucidação de nosso objeto. Essas técnicas serão expostas no próximo inciso.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Após ter conhecimento do método adotado, o pesquisador deve ter como guia alguns procedimentos metodológicos que o ajudarão no desenvolvimento da pesquisa. Entre estes procedimentos podemos citar: a pesquisa bibliográfica, a coleta de dados, a observação em campo, a análise iconográfica e as entrevistas.

Durante a pesquisa foi feito um levantamento bibliográfico dos principais autores que tratam do tema em análise nesta dissertação, sempre tendo como base norteadora a teoria marxista. Num segundo momento, foi feito um levantamento bibliográfico sobre a história do Ribeirão da Ilha, com ênfase na formação do bairro sempre relacionando-o com o desenvolvimento econômico do mesmo.

Ainda para alcançarmos os nossos objetivos, a coleta de dados foi de grande importância para o desenvolvimento dos últimos capítulos aos quais se referem ao objeto de estudo em questão. Estes dados nos permitiram uma análise da conjuntura sócio-econômica do Ribeirão buscando o aprofundamento do tema e a identificação das características que determinaram a formação deste espaço.

Parte dos dados analisados pode ser encontrado nas bibliotecas dos órgãos públicos federais como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e INCRA e, também, em órgãos públicos do Estado e Município, tais como, o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), Casa da Memória e, etc.

A observação em campo foi um dos procedimentos utilizados preliminarmente na tentativa de entender a dinâmica sócio-espacial do distrito, as localidades que serão analisadas, visto que, este distrito como um todo possui localidades com características econômicas, sociais e culturais diferentes entre si. Desta forma, a observação em campo permitiu uma análise mais detalhada do Ribeirão da Ilha que foram expostos no Capítulo 4 e 5 desta dissertação.

A pesquisa, também, apoiou-se em material iconográfico encontrado nos órgãos já citados, em imagens publicadas em trabalhos científicos e em livros. Pretende-se, com isso, tentar montar um panorama da formação do espaço do Ribeirão da Ilha.

Foram feitas entrevistas com moradores de uma pequena área do distrito, na Freguesia do Ribeirão, e com maricultores entre eles moradores e não-moradores do Ribeirão da Ilha, de maneira a obter

informações sobre as mudanças ocorridas no espaço do Ribeirão da Ilha e na produção maricultora nos últimos anos, mais especificamente dos anos de 1970 até a atualidade.

As perguntas feitas aos moradores se referem às atividades econômicas, a forma de ocupação da orla e dos espaços públicos do distrito. Porém, os moradores que vivenciaram este período da história encontram-se, hoje, em idade avançada e, por este motivo, houve uma certa dificuldade na coleta de informações sobre as transformações ocorridas na década de 1970 sendo necessário o complemento das informações, coletadas nas entrevistas, por meio de teses, dissertações e livros. Não obstante, foram feitas 20 entrevistas com moradores mais antigos, dentre eles, o padre, benzedeiros, rendeiras, ex-agricultores, ex-pescadores, além de pessoas comuns que moram no distrito e trabalham em outra localidade. Já as perguntas feitas aos maricultores se referem ao desenvolvimento do processo produtivo da maricultura, número de pessoas empregadas na atividade da maricultura, perfil sócio-econômico do maricultor entre outras informações, neste caso, foram feitas 7 entrevistas, entre eles, maricultores que possuem o SIF (selo de inspeção federal), maricultores que não possuem o SIF e com ex-maricultores.

Estas entrevistas partem de uma tentativa de aproximação com o objeto de estudo e de verificação de dados encontrados na pesquisa bibliográfica.

Por fim, ao adotarmos estes procedimentos metodológicos esperamos ter, através da pesquisa, desenvolvido uma dissertação teórica crítica que possa ter feito uma análise da formação do espaço do Ribeirão da Ilha tendo como foco principal as relações sociais que se processam no interior deste espaço.

CAPÍTULO 1 – DISCUSSÃO TEÓRICA

Como dissemos antes, o ponto de partida teórico de nossa pesquisa é a compreensão de que o trabalho é a atividade responsável pela mediação da relação do homem com a natureza que, de um lado, é responsável pela produção e reprodução da vida humana e, de outro lado, pela configuração dos espaços em que ocorre a dinâmica social. Por isso, argumentaremos que todo espaço é produto, em última instância, das interações humanas, com o meio natural e entre si. Quando olhamos para o mundo atual observamos que mesmo os espaços intocados são resultado de escolhas que visam atender às necessidades dos homens.

Deste modo, é fundamental que façamos uma breve discussão a respeito do conceito da categoria trabalho que será adotado de agora em diante.

O conceito de trabalho já foi discutido por importantes autores sob diferentes concepções de mundo (religiosas, positivistas, liberais, marxistas, etc.). Neste capítulo abordaremos este conceito dentro de uma perspectiva que compreende o trabalho como categoria determinante na formação do homem enquanto ser social⁴. É de extrema importância para o desenvolvimento desta dissertação o esclarecimento do que entendemos por trabalho tendo em vista que partimos do pressuposto de que o espaço é resultado da relação que os homens estabelecem com a natureza e entre si na produção e reprodução da vida.

A condição de existência e reprodução da sociedade depende, necessariamente, da interação constante entre o homem e a natureza e é somente em interação com o meio natural que o homem consegue obter as condições materiais necessárias a sua sobrevivência. Em outras palavras, o homem transforma a natureza em objetos que venham a atender às suas necessidades e a essa ação de “transformação” Marx denomina trabalho.

Sabe-se, porém, que entre as espécies animais a transformação da natureza para atender a necessidades de sobrevivência não se restringe à espécie humana, mas que outros seres agem diretamente sobre o mundo natural para atender às suas necessidades. No entanto, essa ação nos animais, em geral, parte de uma determinação geneticamente posta, ou

⁴ Ao longo deste capítulo faremos a distinção entre o ser natural (seres inorgânicos e orgânicos) e o ser social (ou ser dos homens).

seja, realizam-se dentro de um modelo pré-determinado. Por este motivo, as respostas dadas às carências serão sempre as mesmas. Além disso, possuem como característica fundamental a atuação direta, sem a utilização de instrumentos, sobre a matéria natural.

O trabalho humano se diferencia deste tipo de ação, em primeiro lugar⁵, pelo fato de partir de uma atuação mediada por um instrumento que se colocará entre o homem e a matéria a ser transformada⁶. Em segundo lugar, o trabalho não se realiza apenas respondendo às necessidades postas geneticamente, mas também e, na medida em que a humanidade evolui, surgem novas necessidades e diferentes formas de atendê-las exigindo habilidades e conhecimentos que vão sendo aos poucos acumulados pelos homens. Em terceiro lugar, a atividade de transformação da natureza especificamente humana tem como resultado, além da satisfação de necessidades imediatas e fixas (alimentação, proteção contra intempéries, reprodução biológica etc.) também a produção social de outras que vão exigir novos atos de trabalho, e até mesmo a forma de satisfazer as necessidades básicas cada vez mais são permeadas por relações propriamente sociais.

Como já anunciamos anteriormente entre as atividades de transformação da natureza efetuadas pelo homem e as realizadas pelos animais há a diferença fundamental de que a ação do homem é mediada por um instrumento. Sendo assim, na atividade que o homem executa há sempre um *meio de trabalho* que irá se interpor entre sujeito (o homem) e o objeto (a natureza). A produção deste *meio de trabalho* coloca para o sujeito do trabalho o *problema dos meios e dos fins* (finalidades) e com ele, também, o *problema das escolhas*, ou seja, se pensarmos no caso de um dos instrumentos mais simples construídos pelo homem, por exemplo, um machado de madeira e pedra lascada do período primitivo, poderíamos pensar, para qual uso este seria construído e assim o sujeito partiria para a definição do tamanho, do tipo de madeira e da pedra a ser utilizada na sua construção, tendo em vista, a satisfação do objetivo proposto.

Estas características do trabalho pertencem somente ao homem e é na prática desta atividade que o ser humano se diferencia e se distancia da natureza. Esta é uma questão central no encadeamento de nossa discussão, porém, faz-se necessário explicitarmos outra característica do

⁵ Cabe fazer uma ressalva neste parágrafo para que não se torne confusa nossa exposição. As características de diferenciação do trabalho humano para a atividade animal aqui expostas são necessárias para a distinção correta entre estes dois tipos de atividade, porém, a distinção principal será discutida no momento apropriado.

⁶ Mais adiante retornaremos a esta problemática da utilização de instrumentos.

trabalho humano, ao qual, cabe aqui iniciarmos com uma citação do Marx que nos diz

o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. [...] Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1994, p.202).

A partir daqui podemos apontar mais uma característica determinante e fundamental na diferenciação entre trabalho humano e a atividade de transformação da natureza efetuada por outros seres vivos. Esta diferenciação parte de uma aceção de que o homem executa atividades à qual anteriormente já havia idealizado em sua mente. Assim, estes dois problemas (finalidades e escolhas) colocados pelo trabalho, remetem, para sua efetivação, a características especiais do processo de trabalho. A finalidade é antecipada na consciência humana previamente antes de ser efetivada na ação humana sobre a natureza. O sujeito projeta em sua mente o resultado de sua ação e a isto Lukács denominou *prévia ideação*.

A *prévia ideação* corresponde à antecipação na consciência de um resultado provável de uma atividade exercida pelo homem a partir das alternativas postas pela matéria disponível na natureza. È o momento pelo qual os homens confrontam passado, presente e futuro e projetam em sua mente os resultados de sua prática. Ao optar por uma das alternativas possíveis o indivíduo age objetivamente transformando

a natureza com a finalidade de construir algo novo. (LESSA; TONET, 2008). A este processo de converter uma prévia ideiação em objeto Lukács depois de Marx denominou *objetivação*.

Ao ser levada à prática a prévia-ideação se materializa num objeto, se objetiva. O processo que articula a conversão do idealizado em objeto – sempre com a transformação de um setor da realidade – é denominado por Lukács de objetivação. Pela objetivação “(...) uma posição teleológica se realiza no âmbito do ser material como o nascimento de uma nova objetividade.” (LESSA, 2007, p.38).

De forma a tornar mais claro o nosso entendimento do que é o processo de *prévia ideiação* e *objetivação*, imprescindíveis para a realização do ato de trabalho humano, afirmamos, junto com Netto & Braz (2010)

[...] o trabalho é uma atividade projetada, *teleologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito. Entretanto, se essa prefiguração (ou no dizer de Lukács, essa prévia ideiação) é indispensável à efetivação do trabalho, ela em absoluto o realiza: a realização do trabalho só se dá quando essa prefiguração se objetiva, isto é, quando a matéria natural, pela ação material do sujeito, é transformada. O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano subjetivo (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e num plano objetivo (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma objetivação do sujeito que o efetua. (p.32)

Para que um projeto idealizado pelo homem se torne trabalho, este projeto deve transformar-se através da ação, teleologicamente determinada, em produto que atenda a necessidades estabelecidas. Somente com a ação sobre a matéria com uma finalidade previamente determinada é que podemos considerar a *prévia ideiação* uma abstração que, segundo Lessa (2007), exerce um papel “fundamental na determinação material da práxis social”. Enquanto idéia não objetivada a *prévia ideiação* não pode ser considerada *prévia ideiação*. Não basta

que este esteja projetado na mente humana, mas para ser considerada parte do ato de trabalho, deve se efetivar através da transformação da natureza. É importante ressaltarmos que a cada ato de trabalho criam-se novas carências e possibilidades. Ao buscar atender novas necessidades o homem parte de certos conhecimentos e habilidades adquiridos em processos anteriores de trabalho. E é neste movimento cumulativo e constante que o trabalho se coloca como categoria ontológica para a formação do homem enquanto ser social enquanto ser que se complexifica e se constrói a cada ato de trabalho.

Sendo assim na efetivação do ato de trabalho, o sujeito se vê diante de uma realidade que não é constituída apenas por determinações naturais. Isto se dá porque o ponto de partida dos processos de trabalho será um mundo já transformado antes. Mais um aspecto que gostaríamos de ressaltar é que as objetivações realizadas pelo trabalho não se identificam com o sujeito, ou seja, o produto passa a existir independente do seu produtor. Verifica-se que o trabalho passa a exigir do sujeito o conhecimento sobre a natureza e a habilidade necessária para sua transformação. Ao possuir novos conhecimentos e habilidades o sujeito tem a possibilidade de fazer coisas que não fazia antes. “Do mesmo modo, com os novos conhecimentos e habilidades passa a ter novas necessidades; novos conhecimentos levam sempre a novas necessidades.” (LESSA, 2007, p.39)

Outro ponto a ser levantado aqui é que a partir do momento que a *prévia-ideação* através da *práxis social* se torna *objetivação* o objeto pelo homem criado se torna algo externo à sua consciência. A história deste objeto é uma história distinta do sujeito que a idealizou. A distinção entre o sujeito e o objeto criado é denominada *exteriorização*. Ambos, sujeito e objeto, possuem vida própria e distinta um do outro e em muitos casos o objeto criado pelo sujeito sobrevive a ele.

Para a realização do ato de trabalho é necessário que o homem reproduza idealmente as condições objetivas e possa transmitir a outros seres da mesma espécie essas representações.

Estas (*representações*) pouco a pouco tendem a se desprender da experiência empírica imediata – tendem a recobrir outras situações, projetadas para outros lugares e tempos; ou seja: a partir das experiências imediatas do trabalho, o sujeito se vê impulsado (*sic*) e estimulado a generalizar e a universalizar os saberes que detém. (grifo nosso, BRAZ; NETTO, 2010, p. 33).

Desta forma, o “trabalho é, sempre, atividade coletiva: seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto [...] de outros sujeitos” (BRAZ; NETTO, p.34). Inseridos assim numa sociedade o caráter coletivo do trabalho implicará na identificação do homem como ser necessariamente e inseparavelmente social. Por isso que, para Marx, o trabalho é o fundamento do ser social “pelo trabalho, o homem, ao transformar a natureza, também se transforma. Quando os homens constroem a realidade objetiva, também se fazem a si mesmos como indivíduo.” (LESSA; TONET, 2008, p.21).

[...] estamos afirmando que o trabalho, tal como viemos caracterizando até aqui, só deve ser pensado como a atividade exercida exclusivamente por homens, membros de uma sociedade, atividade através da qual – transformando formas naturais em produtos que satisfazem necessidades – se cria a riqueza social; estamos afirmando mais: que o trabalho não é apenas uma atividade específica de homens em sociedade, mas é, também e ainda, o processo histórico pelo qual surgiu o ser desses homens, o ser social. Em poucas palavras, estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. É preciso que nos detenhamos, mesmo que brevemente, nessa questão essencial. (BRAZ; NETTO, 2010, p.34).

Até o momento analisamos o conceito de trabalho a partir do indivíduo isolado o que transforma a teoria aqui exposta em algo abstrato, porém, isto foi necessária para que conseguíssemos alcançar um conceito de trabalho, dentro de uma linha marxista, bem definido de modo a tornar mais precisa a nossa exposição. Desta forma, é de grande importância ressaltar que a atividade de trabalho, para o seu desenvolvimento pleno, parte-se de uma complexa rede de inter-relações entre o sujeito e a sociedade. No próximo item deste capítulo avançaremos um pouco mais nesta questão.

1.1 TRABALHO, NATUREZA E SER SOCIAL: O TRABALHO E A SOCIEDADE

Anteriormente, vimos como o homem ao transformar a natureza, para atender a uma necessidade posta ao mesmo tempo transforma a si mesmo. Porém, a *objetivação* de uma *prévia ideação* parte do conhecimento do mundo real dentro de uma sociedade, pois não existe indivíduo isolado, as necessidades surgidas são antes de tudo necessidades socialmente postas, não apenas pelo indivíduo mas surgidas dentro da sociedade ao qual este indivíduo pertence.

Se usarmos como exemplo, novamente, um dos instrumentos mais simples criado pelo homem, um machado de madeira e pedra lascada, construído a milhares de anos, sabemos que à produção deste machado, embora tendo partido da consciência de um único indivíduo, é resultado de um desenvolvimento anterior da sociedade e só foi possível existir graças a este acúmulo de conhecimento. Ora se a construção deste machado só foi possível graças a um conhecimento anterior também é verdade que este objeto irá provocar conseqüências futuras que contribuirá, provavelmente, para a evolução da sociedade. Este instrumento ao “[...] ser objetivado, ele passa a fazer parte da história dos homens, passa a influenciar e a sofrer influências dessa história. Ou seja, ele é parte de um desenvolvimento muito mais geral, que vai para muito além dele próprio, que é a história humana.” (LESSA; TONET, 2008, p. 24).

Desta forma, todo ato de trabalho possui uma dimensão social, ou seja, torna-se coletivo. A objetivação de uma *previa ideação* do sujeito mediada pelo trabalho produzindo um objeto provoca uma nova situação tanto para o indivíduo como para toda a sociedade que se vê diante de um novo objeto e, portanto, de novas possibilidades, conhecimentos e habilidades. Esse caráter social do trabalho possibilita a evolução tanto da sociedade quanto do indivíduo. “[...] os conhecimentos adquiridos por um indivíduo tendem a se tornar patrimônio de toda a sociedade. Em mais ou menos tempo, dependendo do caso, eles se generalizam a todos indivíduos. O que era de domínio de apenas uma pessoa torna-se de toda a humanidade.” (LESSA; TONET, 2008, p.25).⁷

⁷ A partir da modernidade (capitalismo), o conhecimento já se generalizou e universalizou de tal forma que o homem pode criar um produto em um país para atender a um grupo de pessoas que vivem em algum país distante. A pouco mais de dois séculos e meio quando o modo capitalista de produção se consolidou e se tornou dominante no Ocidente foi e as barreiras

O processo de trabalho transformou o homem em algo diverso da natureza e foi através desta atividade que o homem se tornou ser social. Assim, é por meio da modificação contínua e cumulativa da natureza como princípio último do trabalho que o homem se humaniza, ou seja, se torna exclusivamente ser social. Na medida em que o homem se auto-constrói, num processo de trabalho contínuo e dialético, mais ele se distancia da natureza e menos a natureza determina sua vida. O processo de humanização, isto é, o processo pelo qual as determinações naturais possuem um impacto cada vez menor no dia-a-dia do homem, porém sem nunca deixarem de existir, constituem a evolução humana em seu cerne num processo pelo qual o homem se situa para além dos seres naturais.

O avanço do processo de humanização pode ser compreendido, pois, como a diferenciação e a complexificação das objetivações do ser social. O trabalho aparece como a objetivação primária e ineliminável do ser social, a partir da qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e as possibilidades de novas objetivações. (BRAZ; NETTO, 2010, p.41)

O trabalho, repetimos, é a *categoria fundante* do ser social, por ser a categoria determinante na diferenciação do ser humano dos outros seres e por ser a partir do desenvolvimento das atividades de trabalho que a existência humana se constitui em ser dos homens, contudo este ser não se resume ao trabalho, como dissemos, o trabalho é a categoria fundante e por esse motivo está no centro das determinações sociais, mas existem outros complexos sociais essenciais e constitutivos do homem que apesar da importância e relevância dos mesmos não iremos discutir aqui por fugir do tema proposto nesta pesquisa⁸.

Em resumo podemos dizer que o ser social constitui-se como um ser que se particulariza por ser capaz de: realizar atividades teleologicamente orientadas; objetivar-se materialmente e idealmente; comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada; tratar suas

físicas entre os países foram rompidas proporcionou-se o contato entre praticamente todos os seres humanos.

⁸ “Para denotar que o ser social é mais que trabalho, para assinalar que ele cria objetivações que transcendem o universo do trabalho, existe uma categoria teórica mais abrangente: a categoria de práxis. A práxis envolve o trabalho, que, na verdade, é o seu modelo – mas inclui muito mais que ele: inclui todas as objetivações humanas.” (BRAZ & NETTO, 2010, p.43).

atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente; escolher entre alternativas concretas; universalizar-se; e sociabilizar-se.

1.2 TRABALHO E FORMAÇÃO DO ESPAÇO

A estruturação do espaço é ao mesmo tempo manifestação e condição para o desenvolvimento das forças produtivas. O espaço é produzido a partir das necessidades impostas pelos homens em sociedade.

Do que foi discutido acima concluímos que, também, fundamentalmente, para o entendimento da formação do espaço uma definição dos conceitos de forças produtivas, relações de produção e modo de produção são importantes, pois estes termos farão parte, a todo o momento, da discussão teórica acerca da concepção de espaço.

As *forças produtivas* são um conjunto de elementos envolvidos no processo de trabalho, dentre eles podemos destacar: os *meios de trabalho* – instrumentos, ferramentas, instalações; os *objetos de trabalho* – matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho e; a *força de trabalho* – ou seja, energia humana utilizada para transformar os *objetos de trabalho* utilizando-se os *meios de trabalho* para a obtenção de produtos que satisfarão uma necessidade humana. As forças produtivas se desenvolvem dentro de relações determinadas entre os homens e a natureza e entre os próprios homens podendo ter caráter técnico – grau de especialização do trabalho, tecnologias empregadas, ou caráter social – sendo esta determinada pelo regime de propriedade dos meios de produção, submetendo a primeira, a união entre estes dois tipos de relação denomina-se *relações de produção*. (BRAZ & NETTO, 2010).

O *modo de produção* de um determinado período corresponderá à articulação entre as *forças produtivas* e *relações de produção*. Cada modo de produção possui características próprias e se desenvolvem, muitas vezes, com a contradição entre as *forças produtivas* e as *relações de produção*, quando isto ocorre, temos uma transformação no *modo de produção* podendo em muitos casos coexistir modos de produção diferentes num mesmo período histórico. Ao longo da história a humanidade conheceu vários *modos de produção* que caracterizam e particularizam diversas épocas históricas. (BRAZ; NETTO, 2010).

No caso estudado, Ribeirão da Ilha, percebemos este conflito quando analisamos as formas de trabalho existentes até os anos 1980. O trabalho era predominante como atividade de subsistência dos

pescadores tradicionais. Porém, o avanço do capitalismo tende, por uma necessidade interna de sua dinâmica, a suprimir estas formas de trabalho que podem se chamadas de pré-capitalistas, embora tenham coexistido por muito tempo. No Capítulo 4 voltaremos a essa discussão com mais vagar.

A partir desta discussão podemos compreender melhor a relação entre as necessidades humanas, a ação dos homens sobre a natureza e a construção do espaço. Segundo Milton Santos (1988), importante geógrafo brasileiro, *espaço* é o “conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos [...] Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O *espaço* é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.” (p.25). Sendo os objetos produtos resultantes em última instância da ação dos homens sobre a natureza, mediada pelo trabalho, o espaço nada mais é do que uma produção social. Mesmo aqueles objetos que não sofreram alterações humanas o fato de não terem se tornado objetos transformados partiu de uma escolha dos homens e, portanto, também fazem parte da produção humana. Por isso, podemos afirmar que todo o mundo em que vivemos desde a modernidade, ou seja, desde o momento em que foram rompidas as barreiras físicas entre os territórios, em especial, a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, quando o distanciamento e a dependência direta da natureza tornaram-se menos determinante, o espaço tornou-se em sua totalidade conjunto das relações sociais⁹.

Podemos, então, afirmar que o *espaço* é construído pela atividade de transformação da natureza efetuada pelo homem. Como já explicitamos anteriormente, esta atividade é mediada pelo trabalho sendo esta uma atividade coletiva e, por isto mesmo, social. Desta forma, todo o espaço é construção social dos homens e a sua formação está intimamente ligada às transformações que ocorrem nas relações definidas pelo processo de trabalho, ou seja, as *relações de produção* que ocorrem num determinado período histórico.

Para Santos (1988),

A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de

⁹ Mesmo a Amazônia onde recentemente foi encontrada uma tribo indígena isolada, permanência desta tribo em isolamento corresponde em último caso a escolhas efetuadas pelos homens, assim como, a preservação ou não da floresta depende única e exclusivamente das necessidades sociais.

paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas. (p.22)

De forma a tornar ainda mais preciso o que entendemos por espaço podemos contrapor à definição de paisagem que sugere o objeto imóvel, inerte podendo fazer analogia com uma fotografia tirada em determinado momento em um ambiente qualquer enquanto o espaço podemos dizer é formado pela paisagem (imóvel, inerte) e pela vida social que o habita, o *espaço* seria assim o movimento, a dinâmica, a constante interação entre os homens e o ambiente que o cerca.

Em resumo, o espaço é socialmente construído pela atividade de transformação da natureza efetuada pelo homem. As forças produtivas e as relações de produção envolvidas neste processo determinam o modo de produção. O espaço é transformado com vistas a corresponder e a contribuir para o desenvolvimento das atividades envolvidas neste processo, estamos falando do espaço como concretização-materialização do modo de produção de um dado período. (SPOSITO, 1994).

Assim, para tratar de forma específica sobre o assunto aqui discutido, podemos afirmar, junto com Manuel Castells (2000)

(...) toda sociedade concreta, e portanto toda forma social (por exemplo, o espaço), pode ser compreendida a partir da articulação histórica de vários modos de produção. Por modo de produção não entendemos o tipo de atividade produtiva, mas a matriz particular de combinação entre as “instâncias” (sistemas de práticas) fundamentais da estrutura social: econômica, político-institucional e ideológica, essencialmente. A econômica, a saber, a maneira pela qual o “trabalhador”, com a ajuda de certos meios de produção, transforma a natureza (objeto do trabalho) para produzir bens necessários à existência social, determina em última instância, a forma particular da matriz, quer dizer, da ação dos homens, determinada por sua inserção particular nos diferentes locais da estrutura assim definida. (p.192-193)

Se observarmos o modo de produção atual, dominado pelo capitalismo financeiro, verificaremos que o espaço tornou-se uma

barreira que deve ser transposta para a realização plena do ciclo do Capital. Nesta fase do capitalismo identificamos, mais uma vez, o importante papel da estruturação do espaço que deve se adequar às necessidades em vigor e assim contribuir para o desenvolvimento das atividades econômicas. Para David Harvey (2004),

Tudo assinala a grande importância de mover no espaço mercadorias, capacidade produtiva, pessoas e dinheiro. As condições vigentes nas indústrias de transportes e comunicações têm quanto a isso papel vital. Ao longo da história capitalista, as inovações tecnológicas nesse campo têm alterado de maneira dramática as condições da espacialidade (a fricção da distância) e produzido todo gênero de instabilidades na economia espacial do capitalismo. (...) Mas o que pode ser derivado teoricamente, e que é compatível com o registro histórico-geográfico do capitalismo, é um incessante impulso de redução, se não de eliminação, de barreiras espaciais, associadas a impulsos igualmente incessantes de aceleração da taxa de giro do capital.. A redução do tempo do movimento provou ser uma necessidade vital de um modo de produção capitalista. A tendência a globalização é inerente a este esforço, e a evolução da paisagem geográfica da atividade capitalista tem sido impelida sem remorsos por etapa de compressão do espaço-tempo. (HARVEY, 2004, p.85-86)

A compressão do espaço-tempo exposto por Harvey (2004) irá se refletir no espaço na medida em que observamos uma maior especialização na produção de mercadorias em determinados locais. A intensificação da produção tende a tornar este espaço mais homogêneo e de criar infra-estruturas que acompanhem e contribuam para a dinâmica produtiva. Este tipo de estruturação do espaço pode ser evidenciado em diversas regiões no mundo e, também, no distrito aqui analisado.

CAPÍTULO 2 – FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO RIBEIRÃO DA ILHA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA, GEOGRÁFICA E ECONÔMICA

É fundamental neste estudo analisar a evolução histórica da ocupação da Ilha de Santa Catarina e, em especial, do distrito do Ribeirão da Ilha. Este resgate da história parte de uma tentativa de visualizar as diversas relações sociais, políticas, econômicas e culturais construídas ao longo dos anos e que se materializaram na estrutura urbana daquele espaço.

Inicialmente abordaremos a ocupação do Ribeirão da Ilha nos primórdios de seu descobrimento até a chegada dos açorianos e a sua efetiva ocupação por europeus.

No item 2.2 trataremos das características urbanas do distrito no início de sua ocupação, visto que, partes destas características ainda permanecem consolidadas no espaço.

Mais adiante nos itens 2.3 e 2.4 iniciamos nossa discussão acerca da formação sócio-espacial do Ribeirão da Ilha com base na pequena produção agrícola e na pesca artesanal.

2.1 HISTÓRIA DOS PRIMEIROS POVOADORES DO RIBEIRÃO DA ILHA

O principal foco de ocupação da Ilha de Santa Catarina, pelos europeus, foi uma localidade conhecida como Simplício, hoje designada Barro Vermelho e que dista 660 metros da sede, antiga Freguesia do Ribeirão da Ilha. Os primeiros europeus que aí chegavam escolhiam aportar neste sítio devido às suas características geográficas. Esta área possuía uma pequena enseada protegida dos ventos fortes pela Ilha Dona Francisca em frente à qual deságua um pequeno rio, de nome de “Ribeirão”, conhecido pelos indígenas, que em grande número habitavam a região há cerca de 2.000 anos. (PEREIRA *et al*, 1991).

Tem-se notícia que o navegador veneziano Sebastião Cabotto, contratado pela coroa espanhola como mercenário, empreendeu, em 1526, uma viagem de exploração ao “Oceano Pacífico, Ilhas Molucas, cortando o Atlântico pelo Estreito de Magalhães, devendo por isso, necessariamente, passar pelo Rio da Prata, já de domínio espanhol, e ter

aportado antes no Porto dos Patos¹⁰, ilha de Santa Catarina.” (PEREIRA *et al*, 1991, p.50), tendo permanecido na proximidades do rio Ribeirão durante três meses e meio.

Nascia, em 1526, a “póvoa” Ribeirão da Ilha, sendo por esse motivo o povoado mais antigo da Ilha de Santa Catarina. Como foi dito a expedição de Cabotto aportou próximo ao rio conhecido como Ribeirão, e que mais tarde viria a se tornar um pequeno porto conhecido pela população como Porto do Ribeirão, local hoje conhecido pelo nome de “Canto do Candonga”. Este já possuiu o nome de Porto do Contrato ou Cadete.¹¹ (PEREIRA *et al*, 1991, p.52).

Ao aportar naquela região Cabotto constatou que ali viviam com os índios Carijó dois espanhóis náufragos da expedição de Juan Dias Solis, Melchior Ramires e Henrique Montez, chegados em 1515 e considerados patriarcas dos Carijó, por terem convertido os mesmos ao catolicismo e pela enorme descendência deixada no local. (IBGE, Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, apud PEREIRA *et al*, 1991, p.52).

A ocupação do Ribeirão da Ilha marca, assim, o início da história de Florianópolis tendo sido o primeiro local da Ilha de Santa Catarina onde tem notícia da presença de europeus.

Tem-se com os relatos da expedição de Cabotto a primeira descrição das construções aqui encontradas. Segundo cronistas de sua expedição, havia, na ilha, cinco ou seis tabas indígenas. Encontrando terreno favorável, no que diz respeito à docilidade dos nativos, Cabotto, a partir deste momento, dá início à construção de um acampamento em terra, tendo sido levantados uma igreja, casa de pólvora, vários paióis e dispensas, e uma tercena para a construção de uma galeota de pouco calado que serviria de meio de transporte para a exploração do rio. Além disso, construiu casas para os náufragos de sua embarcação, a Vitória, que ao enfrentar a barra sul da Ilha de Santa Catarina, naufragara. Desta forma, é com o veneziano e a serviço da corte da Espanha que se tem o início da Vila do Ribeirão. (PEREIRA *et al*, 1991, p.52)

Acredita-se que os índios convertidos que habitavam a região contribuíram através da troca de seu trabalho por objetos de uso cotidiano trazidos pela expedição de Cabotto que aqui permaneceu durante três meses e meio. Assim tem-se que:

¹⁰ O porto dos Patos localizado na “imponente *Bahia dos Patos*, mais tarde conhecida, em alusão ao estreito que tem entre as Baías do Norte e do Sul, pelo nome de Juriré Mirim.” (VEIGA, 2008, p.17).

¹¹ Mais adiante trataremos um pouco mais detalhadamente sobre os Portos existentes no Ribeirão da Ilha.

Os silvícolas, que viviam espalhados pelas redondezas, nos aldeamentos chamados RIBEIRACÔ (roça limpa), TINGUÁ (poço), TANEUBRE (ostra comida), TRINOÇA (casa do Morro) e ABOCAPECÁU (porto do Rio dos Patos), convidado por Montez e Ramires e em troca de anzóis, facas, tesouras e avelórios, passaram os espanhóis na construção de casas e embarcações e a fornecer-lhes os víveres e materiais necessários.” (grifos do autor. BOITEUX *apud* PEREIRA *et al*, 1991, p.51).

Além dos registros destes fatos históricos contados pelos cronistas da expedição de Sebastião Cabotto pouco se sabe sobre o Ribeirão. Somente em 1712 teremos, novamente, relatos e descrições de viajantes que tocaram a região do Ribeirão da Ilha. Um deles conhecido engenheiro militar francês de nome Amédée François Frézier fez um estudo para um mapa da ilha, Figura 3.



Figura 3 - Estudo de mapa para a Ilha de Santa Catarina elaborado por Frezier em 1716. Fonte: <http://www.feriasfloripa.com.br>.

Na Figura 3, Frezier desenha toda a Ilha de Santa Catarina, além de nomear a Ilha Fleury, na qual esteve de passagem e que atualmente é conhecida como Ilha do Largo fazendo parte do Distrito do Ribeirão.

Tem-se nos relatos de Frezier uma descrição do percurso que transcorreu durante sua passagem pela Ilha de Santa Catarina, tendo feito registros, nos quais descreve as habitações existentes, o Porto do Ribeirão e o tipo de comércio feito no mesmo, bem como as ilhas em que esteve. Em Pereira (1991), lemos trechos do relato de Frezier que julgamos importante transcrever aqui, para que possamos, ao analisar sua passagem pelo Ribeirão, encontrar em seu relato descrições sobre o nível de desenvolvimento encontrado na região, por volta do ano de 1712.

Passamos primeiramente por um pequeno estreito de cerca de 200 toesas de largura e formado pela ilha e pela terra firme, onde não há senão duas braças e meia d'água.

Então começamos a avistar de um e de outro lado belas habitações, as quais não fomos, pois assim tínhamos prometido aos deputados; prosseguindo sondávamos de vez em quando mas não encontrávamos água suficiente para um navio de seis canhões. Costeamos muitas belas enseadas e ilhas, até que detidos pela escuridão da noite, fomos obrigados a por-nos em terra: o acaso nos levou a uma pequena enseada (do porto do Ribeirão?) onde felizmente encontramos água e um pouco de peixe que muito a propósito pescamos e que um grande apetite o condimentou admiravelmente (...).

Este porto está a 27° e 50 a oeste na ponta sul da ilha de Santa Catarina. A leste da ilhota do Fleury existe uma enseada onde se encontram muito boa água e pequenas ostras verdes de um delicioso sabor. Estivemos nesta enseada e em duas outras mais ao norte; entramos em uma pequena propriedade abandonada de onde carregamos para nosso escaler quantidade de laranjas doces, limões (provavelmente no mês de maio) e grandes limas. À frente e perto da terra firme está um último ilhote, atrás do qual existe um pequeno porto, onde o Governador (nessa época deveria ser o Manoel Manso de Avelar) da

Ilha mantém ordinariamente uma barca para o serviço dos moradores e que comumente serve para comércio de peixe seco, transportado para a Lagoa (laguna) ou Rio de Janeiro. (FREZIER apud PEREIRA et al, 1991, p.53)

Segundo a descrição acima, acredita-se que Frezier esteve no distrito do Ribeirão costeando toda a Baía Sul da Ilha de Santa Catarina passando pela Ilha de Araçatuba, Ilha do Largo (que denomina Ilha Fleury), Ilha das Laranjeiras, Ilha Dona Francisca e, por fim, chegando ao Porto do Ribeirão. Informa-nos sobre as frutas encontradas em uma pequena propriedade não descrevendo em seu relato qualquer vida urbana na localidade.

Entretanto, foi ainda no século XVIII que a Ilha de Santa Catarina apresentou pela primeira vez uma dinâmica urbana um pouco mais intensa. E isto se deve à vinda dos açorianos e madeirenses para o Sul do Brasil.

A vinda de habitantes dos arquipélagos dos Açores e Madeira, para o Brasil, visava, principalmente, a ocupação e a defesa da Ilha de Santa Catarina, sendo um dos papéis dos açorianos e madeirenses o desenvolvimento da agricultura para suprir de víveres as tropas do Engenheiro Brigadeiro José da Silva Paes responsável pelo sistema de defesa da Ilha. Além disso, quando necessário fosse, os mesmos fariam parte de sua tropa. (PIAZZA, 1992).

Em contrapartida, a vinda dos açorianos e madeirenses para o Brasil solucionaria problemas das ilhas de origem, tais como: a superpopulação, os desastres naturais ocorridos com frequência (vulcanismo e terremotos) e a falta de alimentos e terras que acometiam os moradores do referido arquipélago. (PIAZZA, 1992).

Além destes fatores era, também, de interesse da Coroa Portuguesa assegurar controle na Bacia da Prata onde se tinha notícias do interesse dos espanhóis em possuir o domínio desta região.

Oswaldo Cabral (1994) em seu conhecido livro “História de Santa Catarina” aponta que anteriormente à vinda dos açorianos em massa para a Ilha de Santa Catarina em 1746, o então governador da Ilha o Brigadeiro José Silva Paes fazia constantes solicitações de povoadores para o território que então governava. Segundo Cabral (1994), o Engenheiro militar Silva Paes já em 1742

[...] insistia na conveniência de serem enviados casais ilhéus para o litoral sul, mas o Conselho

Ultramarinho despachou o solicitado de maneira protelatória, até que, em 1745, permitiu que todo navio que tocasse nos Açores, e viesse para o Brasil, pudesse até 5 casais, que deveriam ser encaminhados para a referida região. Em 1746, todavia, os moradores do arquipélago pediram ao Rei permissão para emigrar para o Brasil, pois as ilhas encontravam-se superlotadas, havendo miséria, à vista de não bastar a produção para alimentar e manter o excesso de população. Atendendo o pedido, em 8 de agosto, o Conselho Ultramarinho resolveu tomar uma atitude decisiva e a 31 do mesmo mês eram fixados os editais, abrindo a inscrição para os que desejasse imigrar. (CABRAL, 1994, p. 62)

Assim, em 31 de agosto de 1746, é expedido um edital, distribuído pelo Arquipélago dos Açores e madeirense, no qual o rei de Portugal, Dom João V, estabelece a forma como os “casais” de açorianos e madeirenses deveriam ser transportados e estabelecidos na nova terra, bem como os instrumentos de trabalho, os animais e o alimento que deveriam receber. Esta “ajuda” tinha como objetivo garantir a instalação e fixação dos imigrantes na nova terra. No edital de inscrição lia-se

El Rei, Nosso Senhor, atendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores (*sic*), que têm pedido mandar tirar delas o número de casais que for servido, e transportá-los à América, donde resultará às ditas Ilhas grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem, e ao Brasil um grande benefício em povoar de cultores alguma parte dos vastos domínios do dito Estado, foi servido por Resolução de 31 de agosto do corrente ano, posta em consulta do seu Conselho Ultramarinho de 8 do mesmo mês, fazer mercê aos casais da dita ilha que se quiserem ir estabelecer no Brasil de lhes facilitar o transporte e estabelecimento [...] e logo que chegarem aos sítios que hão de habitar se dará a cada casal uma espingarda, 2 enxadas, uma enxó, 1 martelo, 1 facão, 2 facas, 2 tesouras, 2 verrumas e 1 serra com a sua lima e travadeira , 2

alqueires de sementes, 2 vacas e 1 égua, e no primeiro ano se lhes dará a farinha que entender bastar para o sustento [...]. Os homens que passarem por conta de Sua Majestade ficarão isentos de servir nas tropas pagas, no caso de estabelecerem no termo de dois anos, nos sítios que se lhes destinarem, onde se dará a cada casal um quarto de légua em quadro para principiar a sua cultura, sem que lhes levem direitos, nem salário algum por esta sesmaria [...]. (MATTOS *apud* CABRAL, 1951, p.15).

A imigração açoriana e madeirense para Santa Catarina, iniciada em 1746, promoveu o transporte de mais de 6.000 pessoas, entre os anos de 1748 e 1756. Este incremento populacional influenciou significativamente no desenvolvimento da Freguesia do Ribeirão. Tem-se a informação de que a freguesia acolheu destes açorianos em torno de 50 casais, que se instalaram, em sua maioria, nas proximidades da Freguesia do Ribeirão correspondendo hoje à sede do distrito. (VEIGA, 1988).

De acordo com os relatos e as descrições feitas por cronistas e viajantes das embarcações que trouxeram os açorianos para Santa Catarina a Póvoa Ribeirão da Ilha havia apresentado diversos focos iniciais de ocupação pelos açorianos, mas que um destes locais

[...] o de nome SIMPLÍCIO, talvez pela proximidade do rio e de uma pequena enseada protegida pela Ilha Dona Francisca, foi o que recebeu entre **1748 e 1756** o primeiro grupo de casais açorianos, sendo assim o embrião da organização definitiva da hoje Vila de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha. (destaque do autor. PEREIRA *et al*, 1991, p.50).

Coube assim, aos “casais” de açorianos que se fixaram na região próxima à Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, a produção de alimentos e a garantia do sustento das tropas sediadas na Fortaleza de Araçatuba¹²⁴ (1744) que, juntamente com as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim (1744), São José da Ponta Grossa (1744) e Santo Antônio

¹²⁴A Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba foi a quarta e última das fortalezas idealizadas pelo Brigadeiro José da Silva Paes. Construída entre os anos 1742 e 1744, a fortaleza foi a única destinada a proteger a entrada da baía sul da Ilha de Santa Catarina.” (www.fortalezasmultimedia.com.br / acessado em 30/10/2011).

de Ratores (1744), obras do Brigadeiro José da Silva Paes, formavam a defesa da Ilha de Santa Catarina.

Neste momento observamos o início da ocupação, de fato, das terras na Ilha de Santa Catarina, por europeus. Esta, por sua vez, caracterizou-se pela priorização por parte da coroa portuguesa à distribuição de terras em pequenas propriedades rurais. Isto ocorreu, por um lado, pelo fato de que os principais interesses de Portugal nesta região eram relacionados à constituição de base militares, fazendo com que esta parte do Brasil fosse destinada precipuamente ao “povoamento” e não à exploração econômica como ocorria, por exemplo, no litoral nordestino. Além disso, os imigrantes vindos para região sul naquele momento não possuíam renda e dependiam exclusivamente do trabalho de sua família para o desenvolvimento das atividades de agricultura.

A ocupação tendo como base a pequena propriedade baseada na produção para o consumo interno, tal como fora implantada no sul do país, foi organizada a partir de comunidades com características totalmente distintas das que predominavam nas ocupações agrícolas estruturadas na grande propriedade e voltadas para a exportação características de regiões mais ao norte do Brasil.

Assim, nestes lugares onde predominou a pequena propriedade agrícola a concentração de renda era menor e, por este motivo, o mercado interno de bens de consumo cotidiano se desenvolvia mais intensamente. (FURTADO, 1998).

É este o modelo de ocupação que iremos observar no Ribeirão da Ilha.

Com este modelo de colonização implantado pelos portugueses na Ilha de Santa Catarina, com preocupações de ordem mais políticas do que econômicas, fica o açoriano destinado a desenvolver atividades relacionadas à pequena agricultura e a pesca artesanal de maneira a garantir o mínimo a sua subsistência.

Logo após o período de chegada e instalação dos açorianos, mais precisamente em 1760, chega à região do Simplício, Manoel de Valgas Rodrigues e este manda construir uma capela para o abrigo da imagem Nossa Senhora da Lapa. Deriva desta o nome da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão. É com Manoel da Valgas Rodrigues que se inicia uma afirmação da religião católica no distrito em estudo e que de certa forma irá determinar certas características das relações sociais estabelecidas na região.

A capela construída por Valgas Rodrigues foi mais tarde substituída por uma Igreja de pedra, como conta o geógrafo Saint-Adolphe:

Nova vila e antiga freguesia da Ilha de Santa Catarina, no fundo de uma enseada, a 2 léguas ao sul da cidade do Desterro. Manoel de Vargas Rodrigues mandou fazer em 1760 uma capela para a sua família e vizinhos e a dedicou a Nossa Senhora da Lapa. Como no princípio do século presente a população do Ribeirão passasse de 1.200 almas, foi a capela substituída por uma igreja de pedra, a qual foi sagrada em 2 de fevereiro de 1806. Solicitaram então os habitantes para ela o título de paróquia, o qual lhe foi conferido por alvará de 11 de julho de 1809. Passados dez anos, instalaram porque se concedesse à nova freguesia o título de vila, porém não foram bem sucedidos nessa representação nem no governo d'El-Rei D. João VI, nem no do Imperador D. Pedro I, e somente o conseguiram em 1839 ou 1840 por uma lei provincial. O distrito da vila do Ribeira é formado da parte meridional da Ilha de Santa Catarina e acha-se separado da parte do norte do da cidade do Desterro pelos ribeiros Tavares e Caiacanga-Mirim (...). (SAINT-ADOLPHE apud VARZEA, 1985, p.89).

Da Igreja de pedra restou apenas uma pequena parte da fundação, apresentando hoje no mesmo local uma nova capela construída há poucos anos e que recebe o nome de Capela de Nossa Senhora da Lapa. Assim entre 1839 e 1840 a antiga freguesia torna-se, por lei provincial, Vila de Nossa Senhora do Ribeirão. Atualmente Distrito do Ribeirão da Ilha.

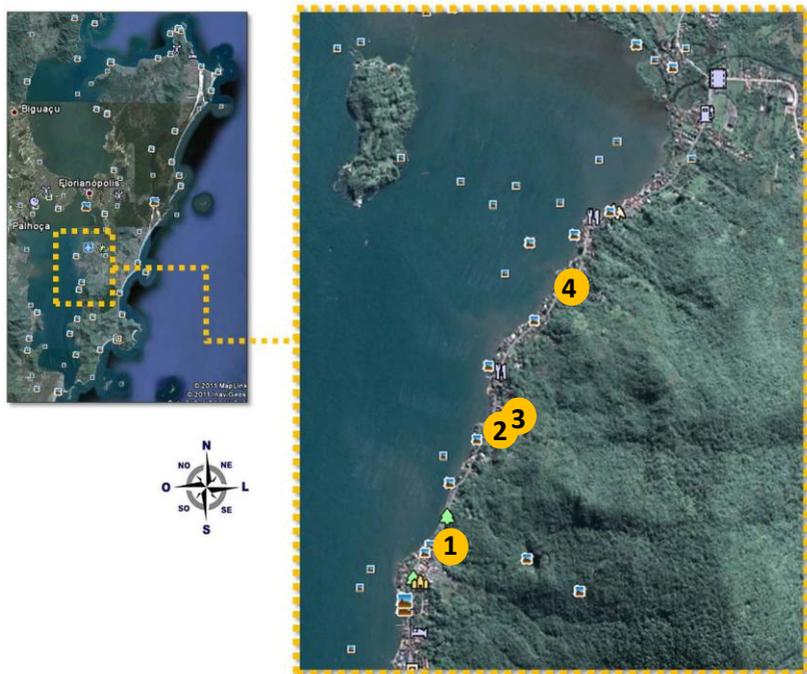


Figura 4 - Mapa com a localização das primeiras ocupações: Simplício(4), Porto do Contrato (3), Capela (2) a 660m da Igreja Matriz(1). Fonte: Google Earth, adaptado pela autora.

No século XIX, têm-se novas informações sobre a Freguesia do Ribeirão produzidas pela expedição chefiada pelo barão Georg Heinrich Von Langsdorff escrito, segundo Pereira (1991), no ano de 1803. No relato dizia Langsdorff:

Não tive boas informações sobre os engenhos de açúcar. Mas a pesca à baleia e produção de óleo na província merecem atenção especial. Antigamente eram arrendadas a uma sociedade comercial como monopólio e obtinham bons lucros; mas de alguns anos pra cá o governo encampou tudo. É possível que os antigos

arrendatários não tivessem mercado para seus produtos ou que o governo esperasse ganhar quantias maiores. Seja como for, o empreendimento da caça à baleia e produção do óleo é grande e oferece trabalho e sustento a algumas centenas de almas, principalmente a muitos escravos negros, que têm a executar os trabalhos mais duros durante todo o ano, para ganhar o sustento de cada dia. (LANGSDORFF apud PEREIRA *et al*, 1991, p.54).

Tem-se com este relato informações sobre o desenvolvimento da economia da pesca do Ribeirão, que no período descrito tem como característica principal a pesca em alto mar da baleia, bem como descreve também os engenhos de açúcar que possuíam pouca expressão para o período em comparação com as colônias do norte do país onde o uso da mão-de-obra escrava era muito mais intenso. Os poucos escravos encontrados no Ribeirão da Ilha tinham sua força de trabalho empregada na pesca à baleia havendo com isso um deslocamento do emprego do trabalho escravo dos engenhos de açúcar para a pesca da baleia.

Celso Furtado (1998), afirma que o “escravo africano constituía um negócio muito mais rentável para o grande capitalista, mas de maneira geral não estava ao alcance do pequeno produtor.” (p.30). A aquisição do escravo africano em larga escala só se concretizou onde a agricultura era especializada em produtos para a exportação. O que se verifica também no Ribeirão da Ilha.

Ainda no mesmo relato de Von Langsdorff observamos a valorização da pesca artesanal¹³, no momento bem mais rentável, e a pouca importância atribuída à plantação e beneficiamento da cana-de-açúcar.

Em 1820 visitou a Freguesia do Ribeirão o viajante Saint Hilaire. Este nos relata um passeio ocorrido na Freguesia no período em que esteve aportado na região. Descreve em seu passeio a estreita faixa edificada entre o morro do Ribeirão e a costa da Baía Sul, mais especificamente, os arredores da Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão com o espaço vazio à sua frente (hoje Praça Hermínio Silva) e as casas que a rodeavam.

¹³ No item 2.5 discutiremos um pouco mais sobre pesca artesanal, tema de grande importância para esta dissertação..

Na época estas casas descritas por Saint Hilarie eram distribuídas em pequenos lotes, onde as famílias cultivavam pequenas plantações, basicamente o suficiente para a garantia de sua sobrevivência.

Saint Hilarie descreveu, ainda, o número de indivíduos que habitavam a paróquia, os engenhos e as armações de pesca. Relata ele:

Passeamos por aprazíveis caminhos de chão muito liso, margeados de plantações e a pequenos intervalos encontrávamos casas rodeadas de laranjeiras e cafeeiros. De um lado eu via, há poucos de nós, as montanhas encimadas por muitas vargens e de outro avistava de vez em quando um braço de mar, cujos murmúrios podia ouvir.

Durante esse encantador passeio o Vigário me informou que sua paróquia, recentemente criada, se estendia até a extremidade da ilha e media cerca de 5 léguas de comprimento mas sua largura era pouca. Contava com uma população de 1900 indivíduos dos quais 400 eram escravos do sexo masculino e 100 do sexo feminino. Se a proporção de escravos era maior em N.S. da Lapa do que nas outras paróquias, isso se devia ao fato de existirem ali vários engenhos de açúcar e uma armação, a da lagoinha. Aliás como ocorria no resto da Ilha, não havia ali nenhuma família que possuísse mais de um ou dois escravos, mas o desejo de todos os agricultores era estar de posse de algo que satisfizesse ao mesmo tempo a sua vida e a sua indolência.” (SAINT HILAIRE apud PEREIRA *et al*, 1991, p.58).

Outros viajantes europeus aqui estiveram e relataram a vida cotidiana dos ribeirãoenses, os animais domésticos, a agricultura e a pesca desenvolvida na região. Porém, não cabe aqui nesta dissertação maiores aprofundamentos no que diz respeito às descrições destes viajantes.

Sendo assim, traçamos até o presente momento um panorama da ocupação do Ribeirão da Ilha pelos europeus ao qual através dos relatos de cronistas e viajantes pudemos definir algumas características da ocupação desta região e que irá repercutir de forma decisiva nas

características da estrutura urbana encontradas ainda hoje no Ribeirão da Ilha.

E é neste panorama histórico geral que se forma a comunidade do Ribeirão da Ilha com base na pequena produção de subsistência e na pesca artesanal. Cabia a esta região apenas este tipo de organização econômica que já previamente a coroa portuguesa havia determinado para suas colônias no sul do país.

2.2 CARACTERÍSTICAS URBANAS DO INÍCIO DA OCUPAÇÃO DO RIBEIRÃO DA ILHA.

A Freguesia do Ribeirão da Ilha é o núcleo histórico mais antigo do distrito e preserva o traçado urbano original de características coloniais portuguesa. Segundo Cabral (1951), “para a formação destes “lugares” ou núcleos, prescrevia a Metrópole, com inegável sabedoria, um certo número de regras e disposições básicas ” (p.28). Estas regras foram ditadas na Provisão Régia de D. João V de 9 de agosto de 1747. Nesta provisão têm-se as seguintes determinações:

Na fundação desses lugares, em cada um se estabelecerá pouco mais ou menos sessenta casais dos que forem chegando. No litoral ou nas terras que ainda não estiverem dadas de sesmarias, assinalar-se-á um quarto de légua em quadro para cada um dos cabeças do casal. Para o assento e logradouro públicos de cada lugar se destinará meia légua em quadro, e as demarcações destas porções de terras se fará por onde for melhor e permitir a comodidade do terreno, não importando que fiquem em quadrados, contanto que a quantidade de terra seja respeitada.

No sítio destinado para o lugar, será assinalado um quadrado à praça, com quinhentos palmos de face e em cada um dos lados colocar-se-á a Igreja. A rua ou ruas serão demarcadas ao menos com quarenta palmos e nos lados da praça se fixarão as moradias, deixando lugar suficiente para quintais e atender-se ao cômodo presente a possibilidade de ampliarem-se as casas, futuramente.

Nesses lugares, com os seus ranchos e casas de taipa cobertas de palha, providenciará logo o Brigadeiro José da Silva Paes para que fiquem prontas duas ou três delas para acomodar os primeiros casais que forem chegando, reparados da injúria do tempo e enquanto a própria indústria os prive de melhor cômodo, segurança e não se remeta mais ferramentas e fechaduras às portas. (ENCICLOPÉDIA SIMPOZIO, 2011).

Como resultado da colonização açoriana e, em função da Provisão Régia de 9 de agosto 1747, transcrita acima, a Vila de Nossa

Senhora da Lapa do Ribeirão foi erguida oficialmente. Atualmente ao observamos a malha urbana da Freguesia do Ribeirão descobrimos “a forma primitiva do traçado das vias. Percebe-se logo o modelo tradicional da colonização portuguesa: a igreja voltada para o mar, o espaço vazio à sua frente – ponto de encontro à reunião – que aos poucos tornaram-se praças com as ruas, e as casinhas ao seu redor, dispostas ao longo do alinhamento.” (VEIGA, 1988, p.29).

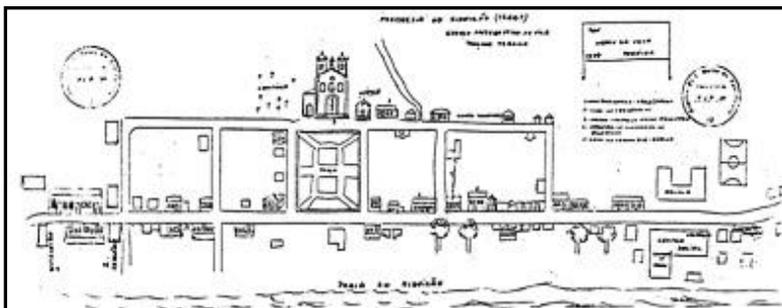


Figura 5 - Configuração da Freguesia no início do século XVIII. A atual Rodovia Baldicero Filomeno aparece margeando a orla. As ruas transversais eram, inicialmente, apenas caminhos. Fonte: PEREIRA et al, 1991.

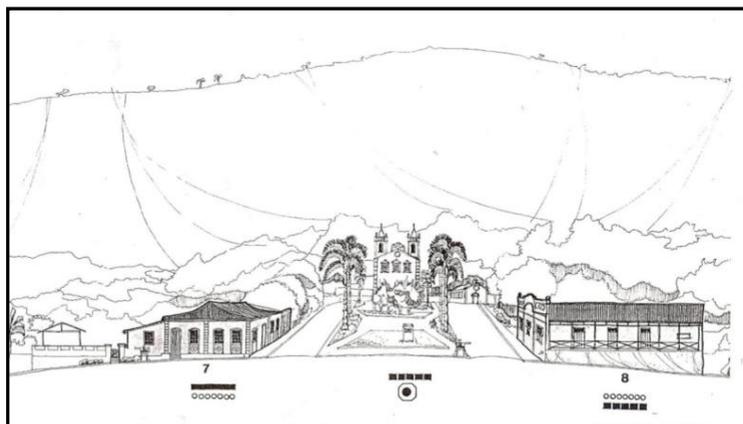


Figura 6 - Desenho da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Lapa, início da década de 1980. Fonte: VEIGA et al, 1983.

Em ambas as imagens, Figura 6 e Figura 7, são visíveis a ocupação padrão das ordenações portuguesas. Vale, também, observar a ocupação do entorno da praça neste período ao qual retornaremos mais adiante quando tratarmos da ocupação da praça nos dias atuais.

Segundo Holanda (1995), a construção das cidades coloniais portuguesas

[...] começaria sempre pela chamada praça maior. Quando em costa de mar, essa praça ficaria no lugar de desembarque do porto; quando em zona mediterrânea, ao centro da povoação. A forma da praça seria a de um quadrilátero, cuja largura correspondesse pelo menos a dois terços do comprimento, de modo que em dias de festa, nelas pudessem correr cavalos. Em tamanho seria proporcional ao número de vizinhos e, tendo-se em conta que as povoações podem aumentar, não mediria menos de duzentos pés de largura por trezentos de comprimento, nem mais de oitocentos pés de comprimento por 532 de largo; a mediana e boa proporção seria a de seiscentos pés de comprimento por quatrocentos de largo. A praça servia de base para o traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça. De cada ângulo saíam mais duas, havendo o cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos. (HOLANDA, 1995, p.97)



**Figura 7 - Igreja Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão do Ribeirão.
Fonte: Autora, 2011.**



Figura 8 - Praça Hermínio Fraga. Fonte: Autora, 2011.

As regras urbanísticas estabelecidas pela metrópole não foram exclusividade da colonização da Ilha de Santa Catarina, mas parte de uma proposta de dominação da Coroa Portuguesa estabelecendo, com este tipo de urbanização, o domínio do novo território.

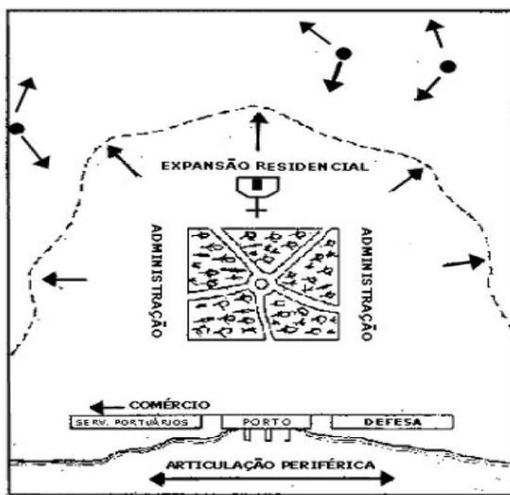
Segundo Eugênio Pascele Lacerda (2003), em sua tese que trata da imigração açoriana, as determinações portuguesas controlavam desde as regras urbanísticas até a idade reprodutiva dos “casais” de forma a manter assim todo o controle sobre a nova terra. Lacerda (2003), afirma que:

Estas “póvoas” urbanas obedeciam a um traçado retangular em que a igreja e a praça, constituíam o centro de referencia, atração social e expansão territorial. No desenho abaixo, identifica-se no traçado, a grande dependência das freguesias com as ligações marítimas e um padrão urbanístico confinado à estreita faixa de contato com o mar, com interiorizações mínimas. Este padrão urbano já estava embutido na Provisão Régia de D. João V (9 de agosto de 1747), que tratava da instalação das póvoas para os emigrantes açorianos. Mas, além do traçado retangular, que refletia a influência renascentista no desenho urbano português combinada a um projeto de defesa territorial das cidades atlânticas, a Provisão Régia definia detalhes disciplinares, a quantidade e a idade reprodutiva dos “casais”, além da prescrição obrigatória de emigrarem apenas os católicos romanos. As paróquias deveriam funcionar como cartórios para registros de ocorrências, incorporando funções de polícia e justiça. Em termos históricos, a Provisão mostra detalhes de um plano bem arquitetado de colonização [...]. (LACERDA, 2003, p.130-131).

No entanto, é importante atentarmos para o fato de que não obstante a existência deste conjunto de normas e regras, estabelecidas pela metrópole, a organização urbana no Brasil sofria alterações que se adequavam às necessidades econômicas existentes em cada região. Assim, os colonizadores portugueses desenvolveram um conjunto de regras urbanísticas que, diferentemente do que acontecia na metrópole possuía uma certa “maleabilidade”. Isto para que os espaços urbanos pudessem ser adaptados aos diferentes interesses de Portugal no Brasil.

Sobre este tema Sérgio Buarque de Holanda (1995), em Raízes do Brasil, afirma

Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão.(HOLANDA, 1995, p.95).



- povoaos, espaço rural → sentido da expansão

Figura 9 - Padrão urbano definido pela Provisão Régia de 9 de agosto de 1747. Fonte: LACERDA, 2003.

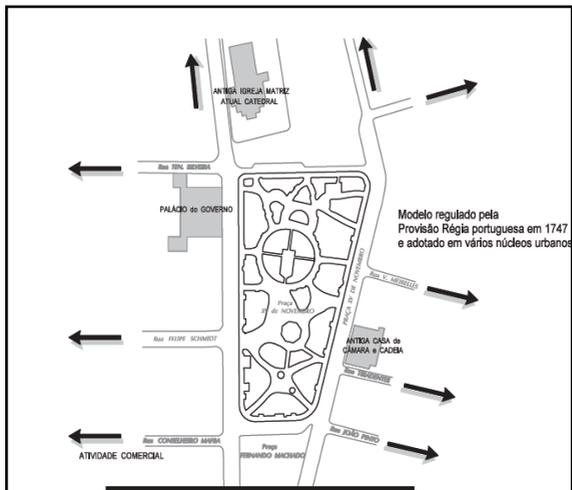


Figura 10 – “A Praça Central agregava as principais edificações e as ruas retilíneas e estreitas seguiam paralelas à orla marítima. Os lotes, também estreitos, apresentavam as edificações alinhadas em suas reduzidas testadas”. Fonte: Atlas de Florianópolis.

Em Florianópolis outras localidades fundadas no período colonial seguiram estas mesmas regras urbanísticas tais como: Santo Antônio de Lisboa, Lagoa da Conceição e Nossa Senhora do Desterro. Esta última atualmente correspondendo ao Centro da Cidade de Florianópolis (Figura 11).

Além das determinações de como se proceder à fundação das praças os lotes, também, neste momento, já eram determinados seja pelo número de açorianos aqui aportados, seja pela capacidade de cultivo que possuía cada família. Sobre esta configuração Veiga (1988), nos afirma que no Ribeirão da Ilha

Ainda sobrevivem os traços do modelo original, apesar de suas modificações e expansões que constituem a forma atual. A estrutura fundamental, característica destes núcleos, definiu-se a partir de um potencial de uso do sítio natural para as atividades de pesca e agricultura de

subsistência, considerando-se a acessibilidade pelo mar; junto ao mar, em sítios mais resguardados dos ventos característicos da região, no sopé dos promontórios, acompanhando a linha da praia e das picadas de acesso ocorreu uma ocupação tipicamente linear. Tal ocupação originou um parcelamento típico do solo com base nos minifúndios, inicialmente demarcados em função das iniciativas de utilização. (VEIGA, 1988, p. 29).

A fundação das vilas açorianas tinha assim como uma de suas características principais a proximidade com o mar, a pequena propriedade, com lotes lineares. Esta configuração favorecia a pesca artesanal e a pequena produção agrícola. Além disso, a proximidade entre os lotes favorecia a troca entre os vizinhos.

Além da repartição das terras pela coroa terem favorecido a configuração linear dos lotes as sucessivas divisões de terras por herança, num momento posterior, reforçou as características longitudinais da estrutura fundiária, “quando as propriedades foram divididas em sua testada, proporcionalmente ao número de herdeiros.” (VEIGA, 1988, p. 29).

Hoje ao observamos o número de servidões existentes no Ribeirão podemos atribuí-las a este tipo de evolução de lotes onde pequenas ruas vão surgindo com o intuito de permitir o acesso às propriedades surgidas a partir deste desmembramento.

2.3 A ECONOMIA AGRÍCOLA E PESQUEIRA DO RIBEIRÃO DA ILHA NO INÍCIO DE SUA OCUPAÇÃO PELOS AÇORIANOS

Pretende-se neste item fazer um breve levantamento de algumas culturas desenvolvidas no Ribeirão da Ilha desde a sua ocupação inicial, durante a colonização dos açorianos até o período de sua decadência apontando os motivos que levaram a quase extinção da maioria destas culturas agrícolas desenvolvidas no distrito estudado.

O Ribeirão da Ilha tinha como principal característica a pequena propriedade rural, visto que, a maioria dos colonizadores que aqui chegou dependia exclusivamente do trabalho de sua família nas terras em que recebeu da coroa portuguesa. Tendo sido o trabalho escravo

pouco utilizado na agricultura, porém era o braço forte nas armações de pesca da baleia¹⁴.

Os açorianos e madeirenses aqui instalados não “receberam sesmarias como os antigos donatários do século anterior, mas quinhões de terra. A perspectiva de uma colonização planejada pela Metrópole, com distribuição equitativa de terras e bens, nunca se cumpriu.” (LACERDA, 2003, p.132).

O colono vindo para a Ilha de Santa Catarina dedicou-se à agricultura familiar em pequenos lotes trabalhando com mão-de-obra doméstica. Desta forma, para suprir suas necessidades este trabalhador distribuía sua atividade entre a pequena agricultura e a pesca artesanal.

Em parte este predomínio da pequena propriedade rural na Ilha de Santa Catarina, e em especial no Ribeirão da Ilha, se deve ao fato de que os vicentistas e os açorianos não possuíam grandes recursos para adquirir expressivo número de escravos. “A população escrava em Santa Catarina foi trabalhar nos serviços domésticos ou urbanos além daquele dedicado à pescaria e ao pastoreio.” (LACERDA, 2003, p. 129).

Os açorianos que receberam lotes dedicaram-se, em sua maioria, à agricultura de subsistência até meados do século XIX, tendo na pesca uma atividade subsidiária. “Dedicaram-se basicamente à pequena produção agrícola, plantando mandioca, milho, cana-de-açúcar, feijão, café e algodão.” (LACERDA, 2003, p.132).

Os açorianos chegaram à Ilha num período de grande desenvolvimento da pesca da baleia e, por esse motivo, grande parte da sua força de trabalho era empregada nas armações de baleeiras junto aos poucos escravos existentes no local.

Piazza (1975) nos coloca que:

Ao lado dos remanescentes dos índios, houve também a presença do escravo negro. Os açorianos chegaram no período da pesca da baleia, o primeiro ciclo econômico da Santa Catarina. No inverno trabalhavam nas Armações de Baleia, complementando a mão de obra escrava negra fixa. É bom lembrar que a escravidão negra em Santa Catarina não teve as mesmas dimensões que em outras partes do Brasil (PIAZZA, 1975).

¹⁴ Mais adiante, no item que trata da pesca iremos aprofundar um pouco mais na questão da pesca artesanal da baleia.

De forma a garantir a sua sobrevivência o açoriano vai se dividir entre as várias atividades existentes no Ribeirão da Ilha. Lacerda nos faz uma interessante descrição sobre o ciclo da baleia, a agricultura e, também, sobre o artesanato desenvolvido pelo açoriano.

A partir da segunda metade do século XIX, com a inserção na economia monetizada e o contínuo empobrecimento do solo, após 200 anos de plantio, a pesca deixa de ser uma atividade acessória. Já no início, o **ciclo da baleia (1746-1801)** havia impulsionado os açorianos para o mar. Introduziram técnicas de salgamento e defumação do pescado, típicas do Atlântico Norte. Embora fossem pastores em suas ilhas de origem, aqui poucas condições tiveram uma vez implantado o regime de pequena propriedade. Logo se estrutura a indústria manufatureira, relativa à produção de farinha, confecção do linho e tecidos e rendas; artefatos de barro, cestaria e madeira. Mesmo quando a atividade pesqueira cessa, a produção agrícola permanece, dada a sazonalidade da pesca e o desenvolvimento dos mercados e feiras nas Vilas. Esta formação econômica do “homem açoriano” vai caracterizar sua vida de trabalho enquanto lavrador, pescador e artesão. (LACERDA, 2003, p.133)

Esta atividade de produção agrícola conjuntamente com a pequena produção pesqueira tornou-se a principal forma de subsistência do colono aqui estabelecido. E foram estas atividades que definiram a estrutura espacial e social do Ribeirão da Ilha.

Segundo Nascimento (2005):

O aprendizado do colono sobre os elementos climáticos que interagem na localidade favorecia a implantação e desenvolvimento do processo produtivo da pequena produção, incluindo produtos ao cultivo como a mandioca na medida em que outros como o trigo foram abandonados. As condições físicas do terreno e os elementos climáticos combinados com as correntes marítimas e a passagem de espécies pesqueiras junto a costa permitiram que a atividade pesqueira artesanal em conjunto com a produção agrícola

criassem condições favoráveis ao desenvolvimento da formação sócio-espacial da ilha de Santa Catarina como de todo o litoral catarinense. (NASCIMENTO, 2005).

Vale ressaltar que durante um longo período, em torno de 200 anos, foram estas foram as principais atividades econômicas empreendidas no Ribeirão da Ilha responsáveis pela formação sócio-espacial do Ribeirão.

Atualmente, o aspecto da colonização, ocupação, e distribuição de terras feita pela coroa portuguesa, bem como a estrutura do processo produtivo de pequena produção, expressa-se como uma rugosidade incrustada na paisagem, como testemunho de um tempo passado. Afinal, a localidade conserva uma estrutura agrária pré-urbana, conforme Tricart (1956), os antigos caminhos rurais acabam virando ruas, no caso, viraram servidões, permitindo perceber que no passado existiu uma propriedade maior, abre-se uma rua estreita – servidão – ao longo da propriedade, que passa a ser subdividida em pequenos lotes. (NASCIMENTO, 2005, p.36)

Esta estrutura urbana pode ser observada na Figura 12. Os lotes estreitos e compridos caracterizam a ocupação em pequenas propriedades que aos poucos foram sendo desmembradas em lotes ainda mais estreitos. Além disso, outra característica destes lotes é o seu posicionamento com a testada mais estreita perpendicular ao acesso principal.

A estrutura territorial dos lotes agrícolas se dava de forma diferente da estrutura territorial dos centros das freguesias. Nos centros urbanos priorizava-se a segurança e a economia, por isso, as casa eram geminada, configurando um ritmo de casas muito semelhantes ao longo da rua. Os fundos dos lotes eram utilizados para a agricultura familiar. Posteriormente conhecidos como chácaras (Figura 13).

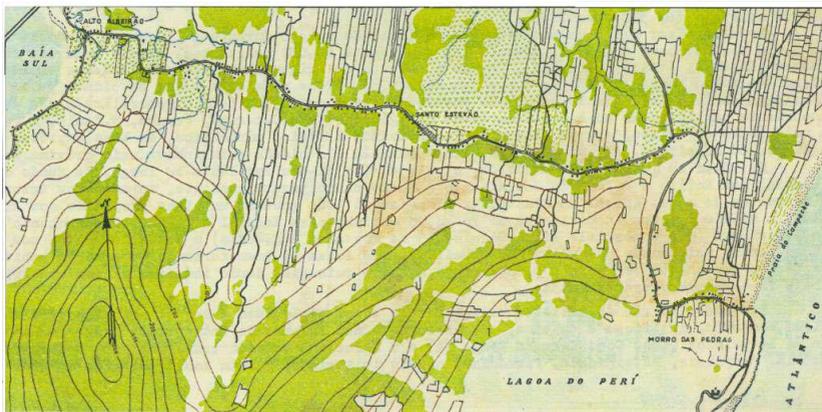


Figura 11 - Estrutura urbana dos lotes de Santo Estevão e do Alto Ribeirão, caracteriza o desmembramento dos lotes. Fonte: MAMIGONIAN *apud* NASCIMENTO, 2005.



Figura 12 - Parcelamento do solo na Freguesia. Fonte: FLORIANÓPOLIS, 2007.

2.4 A AGRICULTURA NO RIBEIRÃO DA ILHA

A cultura da mandioca foi a base da agricultura da Ilha de Santa Catarina e principalmente do Ribeirão. Seu emprego na alimentação e seu trato agrícola foram herdadas dos silvícolas que habitavam a região, porém coube aos açorianos o desenvolvimento de uma tecnologia de beneficiamento de sua farinha. (PEREIRA *et al*, 1991, p.81). Segundo Cabral (1951), a “maior parcela de produção agrícola de todos os tempos foi a farinha de mandioca. Desde os começos da colonização açoriana já constituía ela, como dissemos, o primeiro gênero de exportação, tendo perdurado esta primazia pelos anos a fora.” (CABRAL, 1951, p. 70).

A mandioca se destacava na paisagem rural. Difundida por todas as localidades não havia propriedade que não plantasse a mandioca. Fazia parte do cardápio diário do povo e, por este motivo, o número de produtores era bastante elevado.

Segundo Pereira *et al* (1991),

No Ribeirão, existiram, até o início do século XX, 82 engenhos de farinha operando regularmente. Desses, 16 estão ainda em operação e produzindo na época própria; meses de maio a agosto por serem os meses mais frios do ano. Dos engenhos em operação apenas cinco continuam com produção tradicional, isto é, são de tração animal; o boi adestrado e preso “canguinha da almanjarra”. Os demais já têm motor elétrico acoplado o que proporciona significativo aumento da produtividade.” (PEREIRA *et al*, 1991, p.82).

Foi considerável o uso da farinha de mandioca durante a colonização açoriana. Tendo os engenhos de farinha surgidos “na Ilha de Santa Catarina com a colonização açoriana (1748/1756). Tanto foi significativo o seu uso que estatísticas de 1794 registravam aqui existir cerca de 382 engenhos de farinha, mais de uma centena de cana (açúcar e cachaça) e atafonas diversas.” (PEREIRA *et al*, 1991, p.85).

Desde o início da utilização da farinha de mandioca como componente principal na alimentação do açoriano até a “década de 1960, quando começou a aparecer a eletrificação rural, estes engenhos de farinha prestaram serviços econômicos significativos.” (PEREIRA *et al*, 1991, p.85). Porém, na década de 1960 momento que surgem as feclarias com uma tecnologia muito mais avançada e o beneficiamento

da farinha de mandioca da forma tradicional começa a decair abrindo espaço à produção industrializada.

A cana-de-açúcar foi desenvolvida por todo o território brasileiro. Em se tratando do Ribeirão tanto a produção do açúcar como o álcool não obtiveram grande expressão. Acreditasse que a isto se deve à divisão de terras em pequenas propriedades e como conseqüência o escasso uso do trabalho de escravos africanos no desenvolvimento da atividade e, por isso, detinham uma produtividade inexpressiva em relação às outras partes do Brasil.

Segundo Pereira *et al* (1991), Com “o advento do comércio do açúcar refinado e branco, a produção de açúcar no Ribeirão desapareceu totalmente, restando assim o cultivo da cana para as outras duas finalidades; cachaça e alimentação do gado.” (p.80)

Mesmo com esta característica de baixa produtividade e do pouco emprego de mão-de-obra escrava na produção esta sobreviveu durante um longo período e ainda hoje são produzidas no Ribeirão cachaças de cana-de-açúcar em alambiques tradicionais, podendo estas serem encontradas no Sertão do Ribeirão que apesar de sua pequena produção tem fama de possuir excelente qualidade e, por isso, tem grande procura. (PEREIRA *et al*, 1991).

Além da mandioca e da cana-de-açúcar, a cultura do café alcançou notoriedade no Ribeirão da Ilha mais pela sua qualidade do que pela quantidade. Destacou, nesta localidade, por envolver não só o comércio do grão do café, mas também, por ter apresentado quatro torrefações, sendo duas delas encontradas na Freguesia e que eram consideradas de grande porte. Hoje as torrefações já foram extintas e as fazendas de café não apresentam grande expressividade econômica para a região. (PEREIRA *et alli*, 1991).

Dentre as várias culturas cultivadas no Ribeirão da Ilha destacam-se: A laranja, produzida em pequena escala no Ribeirão, porém de ótima qualidade, mas que algum tempo não se tem notícia de sua produção; linho e cânhamo que ocupou espaço significativo durante a colonização açoriana e servia de matéria-prima para a produção de linhas e fios e, para a confecção de tecidos e redes de pesca; O Trigo importado pelos açorianos que em seu país de origem eram grandes produtores, mas que acredita-se que a sua produção não se adaptou ao clima da Ilha de Santa Catarina apesar da insistências dos colonizadores acostumados a se alimentares da sua farinha; A melancia e o melão também foram produzidos no Ribeirão e se tem relatos de viajantes sobre a ótima qualidade da fruta. Além destas culturas, existiram, em menores

proporções, a cultura do Arroz, da Banana, entre outros. (PEREIRA *et al*, 1991).

Durante mais ou menos 200 anos a pequena produção agrícola do Ribeirão da Ilha foi capaz de suprir toda a vila de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão tendo inclusive exportado, mesmo que em pequenas proporções parte do que era produzido.

[...] o Ribeirão grande fornecedor de produtos diversos para os mercados catarinenses, centro de Florianópolis, Laguna, Imbituba e Terra Firme, como também Santos e Rio de Janeiro durante os séculos XVII e XIX, declinou rapidamente no início do Século XX, para hoje ter perdido totalmente essa característica a ponto de transformar-se de fornecedor e vendedor, para consumidor e comprador.” (PEREIRA *et al*, 1991, p.71).

Dentre os fatores que podem ter contribuído para a decadência das culturas agrícolas, podemos destacar: o desmembramento das terras por herança, muitos agricultores foram trabalhar como funcionários públicos no centro da cidade ao qual lhes proporcionava auferir melhores condições de vida e, por fim, o desenvolvimento da pesca industrial aos poucos deslocava um número cada vez maior de trabalhadores para esta atividade.

Para Nascimento (2005), outro aspecto a ser considerado

[...] são as mudanças nas relações do homem com a terra. No início, como condição de sobrevivência a natureza precisou ser transformada pelo emprego de técnicas como queimadas para que a terra pudesse ser trabalhada, e assim atender a uma finalidade produtiva, que num primeiro momento visava a subsistência da unidade familiar. Porém, este procedimento de queimada existente combinado com o uso contínuo do solo resultou na perda de produtividade dele, favorecendo a decadência da agricultura, a sucessiva divisão das terras por herança reforçam o processo de decadência da pequena produção mercantil do Ribeirão da Ilha. (NASCIMENTO, 2005, p.34-35).

Temos, assim, um panorama geral das culturas mais expressivas cultivadas no Ribeirão da Ilha durante o início da ocupação açoriana e os motivos da decadência de algumas destas culturas. Sabemos que no passado a economia ribeiroense foi baseada na pequena produção agrícola e pesqueira, porém, atualmente a renda da população é obtida por meio da pesca, maricultura, funcionalismo público, prestadoras de serviço, órgão e empresas públicas instaladas no distrito sede e um pequeno comércio existente no local.

Mais adiante trataremos da influência da redução de atividade econômicas tradicionais da comunidade do Ribeirão da Ilha nos fluxos migratórios seja ele de ida para o centro em busca de emprego e o outro de pessoas que vem morar na comunidade em busca de tranqüilidade.

2.5 A PESCA ARTESANAL E A BALEAÇÃO

Desde o início da ocupação do Ribeirão da Ilha pelos europeus a pesca tem sido uma atividade econômica e base de vida do ribeiroense. Nos escritos que se referem aos primórdios da ocupação do seu território encontram-se registros da variedade, quantidade e qualidade dos mariscos encontrados em suas águas e da abundante pescaria alcançada. Parte do pescado do Ribeirão era transportado para a sede Nossa Senhora do Desterro. O peixe ao longo da história foi à base alimentar dos habitantes do Ribeirão e a produção pesqueira teve e ainda tem capacidade de abastecer outros centros consumidores. (PEREIRA *et al*, 1991). Borges (2009), afirma que

Ao se estabelecerem no litoral catarinense, açorianos e madeirenses, por volta de 1740-60, exerceram as atividades permitidas pela Coroa Portuguesa. Entre elas estavam à pesca da baleia, que a princípio demonstrou grande importância para os primeiros povoados. Porém, quando esta atividade se mostrou incapaz de produzir à vida material nos povoados a pequena agricultura virou atividade permanente, aliada também à pesca de subsistência ou o que chamamos hoje pesca artesanal. (BORGES, 2009, p.401).

“No passado, o Ribeirão apresentava boa produção pesqueira, tanto da captura do pescado na baía sul como do volume capturado por pescadores do Pântano do Sul e da Armação, que compunham a localidade do Ribeirão.” (NASCIMENTO, 2005, p. 33). Porém, aos

poucos a pesca feita de maneira primitiva foi sendo substituída pela pesca industrial. Com isso, o pequeno desenvolvimento da atividade pesqueira frente a modernização da captura e das formas de aproveitar do produto desta captura, no início da década de 1960, fez com que esta atividade caísse em decadência, causando uma enorme pauperização do pescador ocasionando, desta forma, a migração dos trabalhadores da pesca para outros tipos de atividades.

Importante ressaltar que este processo será fundamental para o compreensão do desenvolvimento da atividade maricultora em Santa Catarina.

Nota-se que no Ribeirão da Ilha o desenvolvimento da pesca da baleia foi de tal importância que surgiu na localidade oficinas de produção de barcos desenvolvidos especialmente para este tipo de pescaria. No próximo item trataremos um pouco mais sobre este assunto.

Durante muitos anos a principal atividade da Freguesia de Nossa Senhora da Lapa foi a pesca artesanal e a caça à baleia que levou ao desenvolvimento de pequenas oficinas de construção da baleeira. Vale ressaltar que no Ribeirão não se teve conhecimento de manufaturas de produção de baleeiras, esta atividade era comumente desenvolvida pelo mestre baleeiro e por dois ou três ajudantes, porém a produção deste tipo de embarcação foi expressiva tendo sido vendidas embarcações para inúmeras cidades no estado de Santa Catarina.

“Trazida pelos açorianos por volta de 1780, a baleeira conquistou rapidamente a simpatia dos pescadores. Tornou-se indispensável não só para a caça da baleia, como também para todas as outras safras, como anchova, corvina, badejo, garoupa, bagre, pesca de espinhéis, etc.” (PEREIRA *et al*, 1991, p.92).

Adajbert Von Chamisso, viajante alemão que passou em 1815 pela ilha de Santa Catarina, registra a presença de baleeira fornecendo detalhes e anotando seu elevado uso, o que por certo exigira sua construção local. (...) “o nome armação designa as pescarias reais que executam sobre as baleias, existindo nesse governo em número de quatro. Tal pesca se dá nos meses de inverno junto à entrada do canal. Os barcos que vão ao mar são de madeira e abertos, tripulados por seis remadores, um timoneiro e o arpoador; a baleia é atingida e puxada à praia e lá retalhada.” O barco descrito é sem dúvida a baleeira, só que

atualmente não usa mais os seis remadores que foram substituídos por motores, e, por outro lado, desde o **início do século XX** a baleia não é mais capturada em Santa Catarina e assim as famosas lanchas baleeiras têm variadas aplicações em pescarias e transporte de cargas.” (PEREIRA *et alli*, 1991, p.96).

Segundo Pereira *et al* (1991), em “todo o litoral brasileiro especialmente no sul, predomina a famosa baleeira construída na Freguesia de Nossa Senhora da Lapa. Suas qualidades tornaram a embarcação base do pescador pequeno e médio. É dela que depende milhares de famílias.” (PEREIRA *et al*, 1991, p.94).

Por volta de 1991 o Estado passou a exigir do construtor de baleeira um projeto para execução destas embarcações. Exigindo destes construtores inúmeros documentos para a prática desta atividade. A decadência da pesca artesanal devido à concorrência com grandes empresas de pesca industrial junto aos trâmites burocráticos exigidos aos mestres baleeiros fez como que esta atividade se extinguisse no Ribeirão da Ilha.

2.6 A IMPORTÂNCIA DOS PORTOS NO RIBEIRÃO DA ILHA

Durante várias décadas a comunicação feita entre a Vila de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão e a Vila de Nossa Senhora do Desterro ocorria através do transporte marítimo. A isto se deve as facilidades para a navegação em alto mar naquele período se contrapondo ao difícil acesso terrestre, dificultado pelos morros, rios e florestas.

Existiram três portos no Ribeirão da Ilha, este número comprova a dificuldade de acesso por terra e ao mesmo tempo também pode ser justificado pela existência de uma produção agrícola e pesqueira significativa no passado.

Dentre estes portos podemos destacar um na foz do Ribeirão conhecido como o Porto do Ribeirão, ou Contrato que mais tarde ficou conhecido como Cadete, outro na sede da Freguesia, o Porto da Freguesia, e o terceiro Porto da Tapera na Ponta do Correia.

Os portos foram de grande importância para a organização da estrutura urbana do Ribeirão da Ilha, foram eles colocados próximos a rios e riachos e protegidos por enseadas para facilitar a comunicação entre os mesmos.

Porto do Ribeirão ou Porto do Contrato ou do Cadete, vários navegadores que estiveram no Ribeirão da Ilha relataram sobre este porto conhecido desde a estada do veneziano Sebastião Cabotto em 1526, tema já discutido no item sobre a evolução da ocupação da Freguesia do Ribeirão. Segundo Pereira *et al* (1991),

Este porto manteve-se em atividade até aproximadamente 1940, destacando-se para ele, nos últimos 100 anos, a função de entreposto de pescado, tanto fresco como salgado ou seco, e embarque de lenha destinada a consumo domiciliar ou industrial e ainda do comércio de produtos originários da Armação (matéria-prima das baleias e pescado), Pântano do Sul, Campeche, Sertão e do Ribeirão propriamente dito. (PEREIRA *et al*, 1991, p.73).

Este porto localizava-se próximo à foz do Rio de mesmo nome, este local é hoje conhecido como Canto do Rio ou Candonga e mais tarde deslocou-se para 500m ao sul. Segundo Pereira *et al* (1991) o nome “Contrato” se deve à função desempenhada por este porto que tinha como característica o contrato de mercancia com as dezenas de embarcações das diversas regiões do país. Mais tarde passou-se a se chamar Porto do Cadete.

No Porto do Contrato (figura 13) comercializa-se não só o peixe fresco como o salgado ou o seco. Da pesca da baleia, especialmente o óleo era todo ele comercializado por esse porto. Contudo este comando desapareceu em virtude de novas formas de comercialização, frigorificação e melhoria do transporte terrestre em substituição ao marítimo¹⁵.” (PEREIRA *et al*, 1991, p.84).

¹⁵ Construção da Ponte Hercílio Luz e melhorias no transporte terrestre.



**Figura 13 - Molhe de Pedras do antigo Porto do Contrato.
Fonte: Autora, março de 2012.**

O Porto da Freguesia tinha com característica principal o transporte de passageiros. Alguns relatos afirmam que em dias de festas religiosas tais como, Nossa Senhora da Lapa, São Sebastião e Espírito Santo vinham pessoas de todos os lugares e o porto ficava repleto de lanchas, barcos e baleeiras. O Porto da Freguesia atendia também e em menor número ao transporte de mercadorias e de alguns moradores em situação de emergências já que no período que funcionou ou transporte por terra era bastante precário. (PEREIRA *et al*, 1991, p.74). Sobre este porto não foi encontrado referências da existência de algum vestígio.

Já o Porto do Correia localizava-se na Tapera do Sul neste local também houve um trapiche com “enronçamento” (existente até hoje no local). Este porto era destinado ao comércio principalmente do café sombreado produzido no Ribeirão e que se tentava comercializar fora dos olhos da fiscalização, também se transportava neste porto a farinha de mandioca. (PEREIRA *et al*, 1991, p.74).

Como já foi dito, o Ribeirão da Ilha chegou a possuir três portos. Este fato deixa claro a importância da região para a economia da capital catarinense, tendo sido o último porto extinto na década de 1940 fica claro a decadência econômica vivida por esta localidade e o seu abandono e isolamento até meados da década de 1970.

A história dos portos na região conta, portanto, a história do auge e declínio de toda uma estrutura produtiva baseada na pequena produção agrícola, na pesca artesanal e na produção artesanal de embarcações.

CAPÍTULO 3 – RIBEIRÃO DA ILHA 1950 A 2010

No Capítulo anterior tratamos dos momentos iniciais da formação sócio-espacial do Ribeirão da Ilha. Neste discutiremos o processo de urbanização responsável pela atual configuração desta localidade. Deste modo, apresentaremos o conceito de urbanização e em seguida faremos uma exposição sobre como se formou, no decorrer da história, a estrutura urbana de Florianópolis e do Ribeirão da Ilha. Antes, contudo, é importante que situemos tal processo no contexto brasileiro.

3.1. PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

O termo urbanização é comumente utilizado para assinalar o processo pelo qual a população urbana cresce em proporção superior à população rural. É um processo que se estendeu por todo o mundo a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas, no meio rural, provocou o deslocamento de milhares de pessoas do campo para os aglomerados urbanos.

A palavra “urbanização” não significa apenas o crescimento das cidades, mas o aumento da população vivendo em um determinado espaço com certas características. Assim, para que uma determinada sociedade ou um país seja considerado urbanizado a sua população urbana deve ultrapassar 50% do total da população rural (CASTELLS, 2000).

A maior expressão deste tipo de organização da sociedade é a cidade. A cidade durante grande parte do desenvolvimento da história tinha como papel principal as decisões políticas do território, como exemplo, podemos citar, as cidades da Roma Antiga e Grécia Antiga. Porém, é no capitalismo que ocorre uma verdadeira revolução no papel desempenhado pelas cidades. Esta se tornou algo mais do que centro político tornou-se, também, lugar de produção e, com isso, o centro econômico e político de determinada região.

Com o passar do tempo a cidade passou a absorver um número cada vez maior de funções representando o centro de decisões seja ela econômica, política ou ideológica de determinada região, conforme Campos (2010)

A cidade tornou-se uma forma de organização social, de especialização do trabalho e de

atividades econômicas. Destes fatores, sofre constantes influências e adaptações, principalmente no mundo capitalista num determinado momento, e, posteriormente, pela economia globalizada. Transformou-se, também, num centro de negócios onde se defrontam vorazes empresários comerciantes, assim como se tornou, também, uma fonte geradora de empregos e, conseqüentemente, passou a ser reconhecida como um pólo de atração de mão-de-obra e de migração. (CAMPOS, 2010, p.21).

Em virtude desta concentração de funções a cidade passou a atrair um número cada vez maior de pessoas para seus arredores. Assim, a migração campo-cidade tornou-se característica principal do processo de urbanização das grandes cidades. Parte se deve à concentração fundiária no campo, com a intensa mecanização e modernização do mesmo, expulsando o trabalhador rural das terras. Em contrapartida, os centros urbanos de maior porte atraíam para suas indústrias milhares de trabalhadores interessados em empregar sua força-de-trabalho acarretando num aumento populacional significativo nos centros urbanos.

O processo de urbanização ocorrido nos países europeus teve como marco inicial a Revolução Industrial ocorrida inicialmente na Inglaterra no século XVIII e que se expandiu pelos países europeus no século XIX. Por este motivo, estamos comumente acostumados a atrelar a urbanização ao processo de industrialização. Em parte, isto se deve ao fato de que a estrutura espacial da cidade tende a se adequar às transformações econômicas e sociais que então se iniciavam. Segundo Singer (1995),

O processo de industrialização não consiste apenas numa mudança de técnicas de produção e numa diversificação maior de produtos, mas também numa profunda alteração da divisão social do trabalho. Numerosas atividades manufatureiras, que antes eram combinadas com atividades agrícolas, são separadas destas, passando a ser realizadas de forma especializada em estabelecimentos espacialmente aglomerados. A aglomeração espacial da atividade industrial se deve à necessidade de utilização de uma mesma infra-estrutura de serviços especializados (de

energia, água, esgotos, transportes, comunicações etc.) e às economias externas que decorrem da complementaridade entre os estabelecimentos industriais. Para reduzir os custos de transporte que consubstanciam estas economias externas, as empresas que realizam intenso intercâmbio de mercadorias tendem a se localizar próximas umas às outras. (p.32).

As aglomerações urbanas passam a ter função de facilitadora de todo o processo de produção de mais valia. Tem-se, com este aglomerado, a participação ativa da população no processo de desenvolvimento do capitalismo industrial, desde a sua produção nas fábricas passando pela circulação até chegar ao consumo. Todo este processo é impulsionado tanto pela aglomeração de pessoas num pequeno espaço como pela instalação de infraestrutura e isto ocorre porque há uma concentração de todo o processo de acumulação de capital neste espaço.

Com a Revolução Industrial temos uma profunda transformação nas relações do homem com espaço, visto que, o espaço atende cada vez mais às necessidades dos homens de acordo com o nível de desenvolvimento de suas forças produtivas.

Assim, podemos afirmar que com o

[...] advento da maquinofatura, a partir da Revolução Industrial no século XVIII, trouxe mudanças consideráveis nas relações de produção, consumo, transporte, comunicação etc. que interferiram consideravelmente nas relações sociais e na dinâmica de ocupação do espaço geográfico. Como consequência imediata dessa inovação, constata-se o crescimento e a modernização das cidades e o esvaziamento do campo, que, por sua vez, acelerou o processo de urbanização em diversos países de industrialização clássica. Assim, este período histórico vivido após a Revolução Industrial tem se caracterizado por grandes transformações urbanas, evidenciadas por um processo intenso e constante de urbanização. (CAMPOS, p.19)

No Brasil, país de industrialização tardia, foi com o surgimento de uma burguesia mercantil de raiz agrária que o processo de

industrialização apresentou um impulso definitivo e, conseqüentemente, um maior desenvolvimento das forças produtivas. Somente a partir da década de 1930, na administração de Getúlio Vargas, que o desenvolvimento das forças-produtivas comportou um início de industrialização no país. Durante o seu governo, Getúlio Vargas, deu início à implantação de uma infraestrutura industrial no país. Esta infraestrutura é caracterizada, no período, pela construção de usinas para a geração de energia, pela melhoria do sistema viário, dentre outras iniciativas, o que muito contribuiu para a instalação e funcionamento das primeiras indústrias no país (BRUM, 1995). Este momento da política brasileira ficou conhecido como fábrica de fábricas.

Desta forma, é no período descrito acima que se dá uma dinamização maior no processo de urbanização do Brasil tendo como motor, a exemplo do que ocorreu na Europa, a industrialização da economia que, então, se iniciava no país com mais de um século de atraso.

Outro ciclo de intenso desenvolvimento industrial ocorreu a partir dos anos 1950. De acordo com Campos (2010),

[...] a intensificação dessa urbanização ocorreria a partir dos anos 1950 e 1960 com as políticas desenvolvimentistas instituídas nesta época, principalmente no governo de Juscelino Kubitschek, quando a indústria brasileira começou a produzir bens duráveis e de produção, culminando com o “Milagre Econômico” dos anos 1970, durante a ditadura militar. Estes acontecimentos, combinados, potencializaram-se e fomentaram o processo de migração para os centros urbanos e cidades-polo, provocando o crescimento das cidades e a demanda por moradores, principalmente, nas capitais dos estados e nas cidades com significativo aporte industrial. (CAMPOS, 2010, p.24-25)

As políticas de desenvolvimento da indústria adotadas no país acompanhado de um momento histórico internacional particular favoreceram as migrações do campo para a cidade resultando num índice de urbanização no Brasil de 67,6%, na década de 1980, segundo dados do senso demográfico do IBGE (2000). Estes dados na década de 1940 não ultrapassavam 31% de pessoas vivendo nas cidades o que

demonstra a intensificação da urbanização junto ao programa de desenvolvimento de indústrias no país.

Tabela 1 - Taxa de urbanização brasileira.

Ano	Porcentagem da população residente nos centros urbanos
1940	31,2%
1950	36,2%
1960	44,7%
1970	55,6%
1980	67,6%
1991	75,6%
2000	81,2%
2010	84,3%

Fonte: IBGE (Censo).

Segundo dados do IBGE, na Tabela 1, acima, hoje vivem nos centros urbanos em torno de 82% da população brasileira. No entanto, juntamente com a crescente taxa de urbanização brasileira temos o crescimento, também, de problemas de infraestrutura nas cidades que atraem este fluxo populacional. Ocasionalmente problemas como a proliferação de favelas, poluição, falta de saneamento básico, violência, trânsito, entre outros.

3.2 FLORIANÓPOLIS NO SÉCULO XX

Nesta seção faremos uma exposição sobre a urbanização de Florianópolis. Antes, porém, é importante que façamos uma breve exposição sobre localização geográfica deste município.

Florianópolis, capital de Santa Catarina, delimita-se, a oeste, com o município de São José, Palhoça e, a leste, com o Oceano Atlântico. A área do município está dividida em duas porções de terra; a maior, na ilha, com 438,9 km², representando 97% de seu território, e outra porção, em área continental, com 12,1 km². Sua ligação com o continente, atualmente, é feita pelas pontes Machado Colombo Salles, Pedro Ivo Campos e Hercílio Luz, estando esta última desativada desde a década de 1980.

No estado de Santa Catarina e, mais especificamente, em Florianópolis o processo de urbanização começou a despontar somente no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960. Até então o estado de Santa Catarina era conhecido como região de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul, ficando Florianópolis isolada do resto do estado. Campos (2010), indica que

Até o limiar dos anos 1950 e início dos anos 1960, Santa Catarina era ainda tido como um estado pouco significativo economicamente em termos de Brasil, e a região da Grande Florianópolis também tinha pouca expressão econômica em relação ao resto do estado do país. [...] Santa Catarina, na década de 1960, era ainda vista como um mero território de passagem entre São Paulo e Porto Alegre, sendo que sua capital, Florianópolis, não se destacava como pólo devido ao seu isolamento do restante do estado, pois seus acessos não eram pavimentados e as principais indústrias estavam espalhadas por todo o território. Em Santa Catarina, só três regiões se destacavam pela importância econômica: as áreas alemãs, a região carbonífera e áreas agroindustriais do oeste. (CAMPOS, 2010, p.126)

Nas primeiras décadas do século XX a cidade de Florianópolis apresentou uma série de modificações em sua estrutura urbana. Não se tem dúvida de que a construção da Ponte Hercílio Luz, inaugurada em 1926, ligando a ilha ao continente foi um dos maiores empreendimentos deste período e significou um dinamismo nas atividades econômicas da Ilha.

Ainda nesse período, início do século XX, foi implantado o sistema de distribuição de água e captação de esgotos, iluminação pública por meio de energia elétrica além da abertura e urbanização¹⁶ das Avenidas Mauro Ramos e Hercílio Luz trazendo, com isso, novo impulso ao desenvolvimento da área central da capital. (VEIGA, 2008). Vale ressaltar que estas obras de infraestrutura foram um primeiro impulso no sentido de melhoramento de uma região que já vinha se desenvolvendo a passos mais largos do que outras áreas na cidade.

¹⁶ Neste parágrafo o termo “urbanização” se refere a melhorias feitas nestas avenidas, tais como, abertura da via, pavimentação, tratamento paisagístico e de trânsito.

Para Campos (2010) na “região da então “Grande Florianópolis”, o processo de urbanização mais intenso começou a despontar somente no final dos anos 50 e início dos 60 do século XX.” (p.25). É, então, a partir da segunda metade da década de 1950 que a cidade de Florianópolis se insere no “contexto do capitalismo industrial estadual e nacional, readquirindo funções de comando por todo o estado, criando empresas públicas de âmbito estadual com sede no município.” (NASCIMENTO, 2005, p. 39).

Foram estas empresas públicas instaladas na cidade de Florianópolis, no final da década de 1950 e início de 1960, que juntas deram um impulso maior na dinâmica urbana da capital.

Além disso, a implantação do campus da Universidade Federal de Santa Catarina no bairro da Trindade e a construção da Avenida Beira Mar Norte, também, foram determinantes para o crescimento populacional da cidade e, como consequência, provocou transformações na estrutura urbana do município.

Mais tarde, na década de 1960, a cidade de Florianópolis ganha um novo empreendimento que irá proporcionar sua inserção de forma mais eficaz na economia e nas decisões do estado, este empreendimento foi à construção e inauguração da BR-101. Até este momento às cidades localizadas no vale Itajaí e as cidades do oeste do estado possuíam proporcionalmente à capital uma representatividade econômica maior. Deste modo concordamos com Campos (2010) quando afirma que

A inauguração da BR-101 nos idos dos anos 1960, por exemplo, pode ser considerado um marco na expansão urbana do município de Florianópolis e de toda região, que, aliada à instalação da Universidade Federal de Santa Catarina, além de outras empresas e órgãos estatais, tanto estaduais como federais, instalados na capital, possibilitou uma posição hierárquica urbana superior a Florianópolis em relação às outras cidades do estado. Ademais na década de 1970, foram realizadas diversas obras pelo poder público estatal que muito contribuíram para o crescimento urbano do município e das cidades circunvizinhas (p.26-27).

É, então, na década de 1970, impulsionado pela inauguração da BR-101, na década de 1960, que liga Florianópolis ao norte e sul do país, que a organização sócio-espacial da Ilha de Santa Catarina, bem

como parte do continente fronteiriço, apresenta uma transformação de modo mais dinâmico na sua vida urbana. Neste período nota-se, também, o início do fluxo de turistas para a Ilha de Santa Catarina.

Nos anos 1970, em plena ditadura militar, com o processo de industrialização decorrente da combinação do “Milagre Econômico”, com o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), aliado à criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), ocorreu o coroamento da urbanização brasileira e foi justamente neste período que o município de Florianópolis e outros da região experimentaram o primeiro *boom* imobiliário como nos demais municípios da região metropolitana (CAMPOS, 2010, p.27).

Além das construções, citadas anteriormente, podemos destacar, alguns empreendimentos de pequeno porte, mas que contribuíram em grande medida para a aceleração da expansão urbana para o interior da ilha de Santa Catarina, dentre eles, os viadutos, ruas e vias duplas que fizeram a ligação entre o centro e o interior da ilha facilitando o acesso às praias.

Ainda na década de 1970

[...] na região metropolitana ocorreu uma verdadeira “explosão imobiliária, jamais experimentada. Florianópolis tornou-se um sonho de consumo das mais diversas classes sociais, nacionais e internacionais, principalmente por empresários paulistas, gaúchos e paranaenses e pessoas de outros países da América do Sul na busca por “tranquilidade”, “sossego” e “segurança”. (CAMPOS, 2010)

Após a fase áurea de desenvolvimento econômico do Brasil com as políticas desenvolvimentista do governo JK e com o chamado “Milagre Econômico”, têm-se um período de diminuição do processo de desenvolvimento da cidade ocasionado por duas crises internacionais do petróleo, ocorridas nos anos 70, que afetaram em grande medida a economia brasileira e, conseqüentemente, a florianopolitana.

Porém, apesar das crises internacionais que assolavam o país, a cidade de Florianópolis continuou a sofrer algumas alterações na sua

estrutura urbana, provocados em parte, pelo turismo, que vinha se destacando desde a década de 1960, mas que teve uma participação mais significativa na economia da cidade a partir da década de 1980. Verificamos então, que:

[...] foi a partir dos anos 1980 que o fenômeno do turismo passou a adquirir relevância econômica e servir de promotor de modificações culturais e paisagísticas significativas. Foram anos marcados pela expansão urbana desvinculada do centro, gerada basicamente pelas atividades de turismo e lazer. Este fenômeno altera a fisionomia, implementando condições de valorização do produto turístico como hotéis, restaurantes, loteamentos, casas de segunda residência ou de aluguel, principalmente aquelas mais próximas da orla. [...]. Foi a partir dessa realidade que a urbanização se acelerou transformando significativamente as áreas urbanizáveis dos balneários. (CAMPOS, 2010, p.162)

Deste modo, o fluxo de turistas para Florianópolis, em especial, para a ilha contribuiu de forma significativa para o aumento do número de migrantes para a região, “colaborando significativamente com o crescimento da população, com a expansão urbana regional e, conseqüentemente, com a indústria da construção civil.” (CAMPOS, 2010, p.192).

A cidade de Florianópolis passou nos últimos 50 anos por transformações espaciais profundas, decorrentes do intenso processo de urbanização e de expansão urbana. A Universidade e as Empresas estatais, federais e estaduais atraíram milhares de estudantes, professores, profissionais para o emprego na empresas públicas e privadas, além de aposentados que vieram de outras cidades e até mesmo de outros países em busca de melhor qualidade de vida.

Nos últimos anos, como evolução e diversificação da economia local, surgiu a aquíicultura, que, a cada dia, se torna mais expressiva para a economia e para a população ligada ao setor marinho, principalmente a maricultura na criação de ostras e mariscos. Despontaram, também, nas últimas décadas, o setor de informática e tecnologia, que, de certa forma, tem tido uma

evolução considerável nos últimos anos. Ambas as atividades estão sendo impulsionadas pelo grande número de instituições de ensino superior instaladas no município, sendo essa outra área que tem contribuído, sensivelmente, com a economia local. (CAMPOS, p.67)

3.3 EVOLUÇÃO POPULACIONAL E OCUPAÇÃO DO RIBEIRÃO DA ILHA

Passemos, agora, a análise de como o Ribeirão da Ilha passou por todo este processo de industrialização e urbanização que ocorria no Brasil e em Florianópolis.

O Distrito do Ribeirão da Ilha está inserido nesta tendência geral da economia e das migrações ocorridas no Brasil que, como já dissemos, anteriormente, parte de um processo histórico de industrialização e urbanização que vinha ocorrendo desde 1930 e que só veio a apresentar uma maior intensificação a partir da década de 1960.

Em se tratando do caso específico do Ribeirão da Ilha podemos observar algumas peculiaridades da sua evolução populacional.

Entre os anos de 1940 a 1996, ocorreram mudanças significativas na composição populacional do Ribeirão da Ilha. No início da década de 1940, a população girava em torno de 4.589 habitantes, número que se manteve com pequenas alterações até o final da década de 1970, conforme dados populacionais do IBGE expostos na Tabela 2.

Tabela 2- Dados populacionais do Ribeirão da Ilha.

Dados populacionais – Ribeirão da Ilha.		
Ano	População	Taxa de crescimento %
1940	4.589	----
1950	4.365	-4,88
1960	5.261	14,64
1970	4.229	-7,84
1980	6.404	39,55
1991	14.228	210,04
1996	18.034	292,98
2000	-----	-----
2010	20.392	280,55

Fonte: IBGE (Censo).

Assim, podemos afirmar que a população do Ribeirão da Ilha se manteve estável até a década de 1970. Porém, na década de 1980 observamos um aumento no número de habitantes na região. Este aumento se deve, em parte, às melhorias das condições de vida nesta comunidade bem como a uma maior oferta de trabalho com o desenvolvimento da pesca da maricultura e do turismo. Além disso, o distrito se tornou atrativo para moradores interessados em melhor qualidade de vida.

Nascimento (2005), observa que:

A década de 1970 caracteriza-se como uma fase de investimentos estatais na ilha, como a construção do aterro da baía sul e da ponte Colombo Machado Sales. O aterro facilitou o acesso ao distrito do Ribeirão da Ilha, favorecendo o crescimento populacional de localidades como Ressacada, antiga área comunal, próxima ao Aeroporto Hercílio Luz. (p.39).

Tabela 3 - Dados populacionais do Ribeirão da Ilha.

	População nos distritos de Florianópolis						
Distritos	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Cachoeira Bom Jesus	1.727	1.518	2.169	2.116	3.070	4.509	7.423
Canasv.	1.674	1.550	1.723	1.996	2.431	4.092	6.650
Florianópolis (Sede)	30.564	51.317	78.752	115.547	153.652	192.075	189.132
Inglese do Rio Vermelho	2.320	2.726	2.994	2.016	2.695	5.862	7.741
Lagoa da Conceição	3.251	3.589	3.613	4.985	7.821	14.228	18.034
Pântano do Sul				2.102	2.379	3.961	4.796
Ratones	670	666	862	795	902	1.080	1.320
Ribeirão da Ilha	4.589	4.365	5.261	4.229	6.404	14.228	18.034
S. J. Rio Vermelho				981	1.223	1.864	2.386
Santo A. de Lisboa	1.976	1.899	2.453	3.570	7.294	12.925	14.483
TOTAL	46.771	67.630	97.827	138.337	187.871	255.390	271.281

Fonte: IBGE (Censo).

Verifica-se com os dados da Tabela 3, acima, que a população da região permaneceu estável até a década de 1960, quando houve uma diminuição de população em 20%, só vindo a ocorrer um crescimento significativo em sua população a partir da década de 1980. Em grande parte, este gráfico de crescimento se deve-se às migrações internas ocorridas no município de Florianópolis, ao qual, houve um ganho populacional maior na Distrito Sede do município até a década de 1970 e que apesar de que este distrito ter se mantido em taxa ascendente durante todo o século XX, no período de 1970, em diante, o seu aumento em termos proporcionais foi menor. Tendo sido o Ribeirão um pólo de atração neste mesmo período.

Neste sentido, Singer (1995), esclarece que os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam. Entre os fatores de atração, o mais importante é a demanda por força de trabalho, entendida esta não apenas como a gerada pela empresas industriais, mas também a que resulta da expansão dos serviços, tanto dos que são executados por empresas capitalistas como os que são prestados por repartições governamentais, empresas públicas e por indivíduos autônomos. De uma forma geral, interpreta-se esta demanda por força de trabalho como proporcionando oportunidades econômicas, que constituem um fator de atração na medida em que oferecem uma remuneração mais elevada que a que o migrante poderia perceber na área de onde provém. (SINGER, 1995, p.40-41).

Este processo de migração para as cidades pólo de atração evidencia uma das características principais do processo de industrialização e, conseqüentemente, de urbanização das grandes cidades. Estas migrações são conseqüência do êxodo rural que se intensificou na década de 1960 refletindo o processo de estagnação das áreas rurais e da modernização e mecanização do campo dispensando um número cada vez maior de trabalhadores nestas áreas.

Machado (2002) analisando o caso específico do Ribeirão da Ilha aponta que:

A crescente e rápida ocupação de Ribeirão da Ilha confirma a tendência do que está ocorrendo com a população brasileira, ou seja, deslocamento das correntes migratórias para cidades de maior porte. Os dados preliminares do Censo 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

demonstram que, em cada quatro municípios brasileiros, pelo menos um apresentou redução da população. Dos 5.507 municípios do país, 1.501, ou 27%, diminuíram desde a contagem populacional feita em 96. Florianópolis, tendo sido um dos municípios cuja população ampliou entre 1996 e 2000, tornou-se atrativo pelas opções, principalmente do setor turístico e qualidade de vida veiculada. (MACHADO, 2002, p.101).

Com isso, podemos afirmar que o aumento populacional no Ribeirão da Ilha tem como motivação principal o aumento da demanda por mão-de-obra ocasionando um processo de adensamento populacional intensivo da região.

Segundo Machado (2002),

[...] os dados de 1996, a população do Distrito apresenta tendência crescente a partir dos anos 80, impulsionada, tanto pelas políticas que favorecem a expulsão do homem da terra e incremento turístico, quanto pelo incentivo dado recentemente para o cultivo dos moluscos marinhos. Isso manteve a mão-de-obra na área de origem, mas pode ter atraído novos moradores, em função da perspectiva oferecida (p.99).

Desta forma, em relação ao Ribeirão da Ilha é na década de 1980 que o turismo chama atenção como uma das atividades econômicas mais importantes da região. Esta se afirma como atividade econômica representativa na medida em que foi facilitada pela construção da BR-101, que apesar de este acesso existir anteriormente as estradas eram bastante precárias, pelo aterro da baía sul, facilitando em muito o acesso ao sul da ilha e, em virtude, também, da construção da terceira ponte, a ponte Pedro Ivo Campos, que possibilitou o alívio de veículos na ponte Colombo Machado Sales.

Neste período o Ribeirão da Ilha tornou-se um pólo atrativo de novos moradores. A ocupação mais intensa do distrito deve-se ao fato de que este apresenta melhores possibilidades de subsistência para esta mão-de-obra imigrada tendo como um dos atrativos a produção dos mariscos e ostras, o turismo e a qualidade de vida por ser considerado um lugar tranqüilo de se morar.

Por outro lado, o Distrito do Ribeirão da Ilha possui ainda uma ocupação esparsa com a existência de localidades pequenas como a sede do distrito Freguesia do Ribeirão, o Sertão do Ribeirão, Naufragados, entre outras localidades. Suas características geográficas com grandes morros e vegetação nativa não permitem uma ocupação extensiva do solo podendo incorrer em graves problemas em relação ao escoamento dos esgotos das residências para o mar. Além disso, o Ribeirão da Ilha é hoje um dos maiores produtores de mariscos e ostras do Brasil e com um adensamento maior da área sem um planejamento eficaz a produção destes mariscos e ostras ficaria prejudicada.

Mais adiante, no próximo capítulo, iremos tratar com mais profundidade sobre a produção maricultora no Ribeirão da Ilha.

CAPÍTULO 4 – A MARICULTURA – HISTÓRICO, LEGISLAÇÃO, DIMENSÃO ECONÔMICA

No presente capítulo vamos expor alguns aspectos gerais referentes à maricultura, com a intenção de compreendermos melhor todo o processo produtivo ligado a esta atividade e, ainda, pensarmos a respeito de seus reflexos na constituição sócio-espacial, especialmente do Ribeirão da Ilha.

Quando analisarmos a produção maricultora é importante termos em mente que denominamos aquicultura a exploração em ambientes aquáticos, em geral, para produção de peixes, moluscos, crustáceos, anfíbios e plantas aquáticas cujo ciclo de vida ocorre totalmente ou parcialmente em meio aquático.

Já a maricultura refere-se especificamente à aquíicultura praticada em águas marinhas, envolvendo o cultivo de peixes, de moluscos, de camarões e algas marinhas, enquanto a piscicultura se refere à produção de peixes principalmente em água doce.

Dentre os tipos de cultivos existentes na maricultura podemos destacar: a miticultura ou miticultura correspondendo ao cultivo de mexilhões e sururus, a carcinicultura ou cultivo de camarões em cativeiro e a ostreicultura termo utilizado para cultivo de ostras e vieiras também em cativeiro (PETRIELLI, 2008).

Atualmente a maricultura representa uma forma de produção de alimentos que mais cresce no cenário global encontrada como uma alternativa para a escassez de recursos pesqueiros. Esta atividade possui grande importância social e econômica, pois muitas comunidades tradicionais afetadas pelo declínio da produção da pesca extrativa, devido em grande parte à pesca predatória efetuada pela pesca industrial, atualmente sobrevivem do cultivo de organismos marinhos (PETRIELLI, 2008).

Assim, a maricultura proporcionou o desenvolvimento de uma nova atividade em várias comunidades, permitindo a fixação dos pescadores em suas comunidades de origem, através da geração de emprego e renda permitindo que os mesmos desenvolvam uma atividade na qual já detinham um conhecimento prévio.

4.1 LEGISLAÇÃO REFERENTE À AQUICULTURA

No Brasil existe uma legislação específica que dispõe sobre o desenvolvimento de atividades em áreas de posse da União. Segundo o Decreto-lei nº 4.895, de 25 de novembro de 2003,

Art. 1º Os espaços físicos em corpos d'água da União poderão ter seus usos autorizados para fins da prática de aquícultura, observando-se critérios de ordenamento, localização e preferência, com vistas:

I - ao desenvolvimento sustentável;

II - ao aumento da produção brasileira de pescados;

III - à inclusão social; e

IV - à segurança alimentar (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003).

De acordo com o Decreto-lei nº 4.895 a exploração e cultivo têm de atender a planos estabelecidos por órgãos competentes de atuação estadual, entre os quais a EPAGRI e de atuação municipal, Prefeituras e órgãos competentes, que atuam conjuntamente às associações de produtores, a fim de se ajustar à realidade sócio-econômica de cada região, visando o desenvolvimento sustentável, ao qual o artigo se refere, de modo a evitar o esgotamento das áreas utilizadas no cultivo. (MACHADO, 2002, p.109).

O Decreto-lei 4.895 de 25 de novembro de 2003 concede o direito a pessoas físicas ou jurídicas de se enquadrarem na categoria de aquícultor. No artigo 2º, define:

I aquícultura: o cultivo ou criação de organismos cujo o ciclo de vida, em condições naturais, ocorre total ou parcialmente em meio aquático;

II área aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático delimitado, destinado a projetos de aquícultura, individuais ou coletivos;

III parque aquícola: espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas outras atividades compatíveis com a prática da aquícultura (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003).

Este mesmo Decreto define ainda os aspectos legais de ocupação dos parques aquícolas. Segundo o Decreto-lei 4.895 de 25 de novembro de 2003 a “Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República delimitará a localização dos parques aquícolas e áreas de preferência com prévia anuência do Ministério do Meio Ambiente, da Autoridade Marítima, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da ANA¹⁷, no âmbito de suas respectivas competências”. (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003).

Desta forma, para se obter o direito de implantação e cultivo de fazendas marinhas em águas da União é feito um pedido de autorização à implantação de área de cultivo que deve ser analisado pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP), depois passa pela avaliação da Autoridade Marítima, pelo IBAMA, pela Agência Nacional da Águas (ANA) e, por fim, pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (NASCIMENTO, 2005, p.65).

4.2 A MARICULTURA EM SANTA CATARINA

4.3.1 Condições que Favoreceram a Introdução e Cultivo de Moluscos no Litoral Catarinense

A costa litorânea catarinense caracteriza-se por apresentar inúmeras áreas protegidas, composta por baías, enseadas e estuários. Além do seu litoral recortado a costa litorânea catarinense possui localização e clima propícios que associados a elevada produtividade da água do mar, favorecem a implantação de estruturas que permitem o cultivo de moluscos (mexilhões e ostras) e que vêm representando nas últimas décadas uma alternativa de emprego e renda para pescadores artesanais e populações tradicionais das comunidades pesqueiras que ocuparam e ainda ocupam as áreas próximas à costa do Estado de Santa Catarina.

Desta forma, um dos elementos mais relevantes na implantação da maricultura no Estado reporta-se ao aspecto sócio-cultural, “pois há uma estreita relação das comunidades litorâneas com o mar, principalmente comunidades de pescadores artesanais que por estarem enfrentando obstáculos como a concorrência desleal da pesca industrial e a forte redução do pescado”, tem nessa nova atividade uma alternativa de geração de renda para que permaneçam em suas áreas de origem,

¹⁷ ANA – Agência Nacional da Águas.

permitindo o resgate e valorização de sua cultura.” (NASCIMENTO, 2005, p.63).

Por outro lado, no aspecto econômico, a maricultura constitui-se uma atividade relativamente de baixo custo de instalação da estrutura produtiva e baixo custo na manutenção do cultivo permitindo retornos relativamente rápidos do capital investido. Isto vale, sobretudo, para o mexilhão, pois a ostra, ao contrário, exige um elevado investimento inicial e de manutenção. Do ponto de vista institucional, com o apoio do Estado, “a união entre pesquisa e extensão, UFSC e EPAGRI, num esforço de promoção do desenvolvimento científico e técnico permitiu a construção de conhecimentos e posterior transferência dessas informações e tecnologias aos produtores. O próprio suporte técnico oferecido pela EPAGRI permitiu o crescimento no número de produtores marinhos.” (NASCIMENTO, 2005, p.63).

No Estado de Santa Catarina a primeira produção comercial de ostra foi registrada em 1991, no município de Florianópolis. Após várias tentativas de introdução de algumas espécies de ostras no Estado os pesquisadores observaram que ostra *Crassostrea gigas* nome científico de uma espécie exótica conhecida como ostra japonesa ou ostra do pacífico foi a que mais se adequou ao clima da região. Esta espécie apresentou um crescimento rápido e uma mortalidade baixa no verão em relação às outras espécies pesquisadas.

De origem chilena e introduzida pela primeira vez no Brasil em 1974, a *Crassostrea gigas* foi reintroduzida várias vezes nestes últimos 30 anos. E, mesmo não sendo nativa da costa brasileira, esta espécie apresenta uma taxa de crescimento elevada no Estado devido às características das águas e das baías catarinense, por este motivo, suas sementes passaram a ser produzidas em laboratório, mais especificamente no LMM¹⁸/UFSC. (COSTA *et al*, 1998).

Segundo Petrielli (2008),

As sementes de ostras são produzidas pelo LMM/UFSC (Laboratório de Moluscos Marinhos), que é o único laboratório no Brasil a produzir regularmente sementes de ostras do Pacífico, constituindo-se, portanto no principal pilar de sustentação da atividade, atendendo tanto a comunidade catarinense quanto a outros estados brasileiros como São Paulo, Paraná, Rio de

¹⁸ LMM/UFSC – Laboratório de Moluscos Marinhos da Universidade Federal de Santa Catarina.

Janeiro, Espírito Santo, Piauí, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará (PETRIELLI, 2008, p.19).

Em relação aos cultivos praticados na costa do litoral catarinense os mais comuns são a ostreicultura já referenciada anteriormente e a mitilicultura ou miticultura, que consiste no cultivo de mexilhões, também conhecido como marisco, sururu e ostra-de-pobre, cujo nome científico é *Perna perna*, ao contrário das sementes das ostras, suas sementes são retiradas diretamente da natureza, por meio de coletores de sementes, raspagem das estruturas ou reaproveitamento das cordas (NASCIMENTO, 2005, p.62).

4.3.2 Evolução da Aquicultura em Santa Catarina

Foi a partir das décadas de 1950 e 1960 que o Estado assumiu um papel empreendedor, destinando partes de seus recursos à viabilização e implantação de infra-estruturas que permitiriam o desenvolvimento econômico de alguns setores produtivos e é neste período que começam a ser desenvolvidas pesquisas na área da aquíicultura (NASCIMENTO, 2005).

Em 1983 a UFSC dá os passos iniciais ao projeto de cultivo de ostra como alternativa econômica para os pescadores artesanais. “A *Crassostrea rhizophorae*, ostra nativa, apresentou resultados pouco animadores, por isso, importou-se do Rio de Janeiro a ostra do Pacífico, *Crassostrea gigas*, essa adaptou-se às condições ambientais do litoral catarinense, apresentando resultados promissores”(COSTA *et al*, 1998).

Assim, podemos afirmar junto com Machado (2002) que,

É a Universidade Federal de Santa Catarina que dará continuidade às pesquisas construindo, com recursos provenientes do Banco Mundial – BIRD, um laboratório para a produção de larvas de camarão, localizado na Barra da Lagoa, em Florianópolis. Em 1983, essa instituição dá início ao Projeto Ostra. Estuda-se a viabilidade do cultivo da ostra nativa “*Crassostrea rhizophorae*”, na Baía Norte da Ilha de Santa Catarina, mas os resultados apontam no sentido da introdução da ostra do Pacífico, “*Crassostrea gigas*”, porque a espécie além de adaptar-se muito bem às condições ambientais, desenvolve-se mais

rapidamente, tornando-se tanto mais rentável aos cultivadores, quanto mais apreciada pelo mercado pelo seu tamanho e sabor. Essa escolha tornou o cultivo dependente das sementes vindas de outros Estados ou importadas de países como o Chile. É, novamente, é a UFSC que vai tentar suprir essa deficiência construindo um laboratório para a produção de sementes, em parceria com pescadores da localidade de Santo Antônio de Lisboa, em Florianópolis, com vistas a atender a demanda dos interessados. (MACHADO, 2002, p.87).

Mais tarde em 1987 criou-se o primeiro condomínio de maricultura do Brasil, o Condomínio de Pesca e Maricultura Baía Norte, em Santo Antônio de Lisboa, município de Florianópolis.

Segundo Nascimento (2005), devido a estudos e levantamentos sócio-econômicos feitos pela ARCAPESC¹⁹ em 1985,

[...] fica evidenciado o empobrecimento da comunidade pesqueira, situação econômica que não muda na década de 1990. Porém, alguns pescadores, por orientação e treinamento, através da parceria entre ACARPESC e UFSC, em meados de 1988 começam a produzir mexilhões, dentro de um projeto denominado GAIVOTA I (cultivo de mexilhões) em fase de fomento, logo após implantou-se projeto GAIVOTA II (cultivo de ostras) em fase de experimentação. (NASCIMENTO, 2005, p.64).

Iniciado o Projeto GAIVOTA I para o cultivo de mexilhões, da espécie *Perna perna*, tem-se a instalação de 12 (doze) Unidades de Observação nos municípios de Garopaba a Itapoá. Ainda em 1990 a ACARPESC instala 5 (cinco) Unidades de Observação para o cultivo de ostras nos municípios de Penha, Governador Celso Ramos, Palhoça e Bombinhas. Mais tarde em 1995 é extinta a ARCAPESC e a EPAGRI²⁰ assume suas funções instalando mais 5 (cinco) Unidades de Observação com mais de 10.000 sementes de ostras gerenciadas a partir deste momento pelas Associações de Maricultores (MACHADO, 2002, p.88).

¹⁹ ACARPESC – Associação de Crédito de Assistência Pesqueira de Santa Catarina.

²⁰ EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

Abaixo temos na Tabela 4 com a evolução da aqüicultura no Estado de Santa Catarina.

Tabela 4 - Evolução da aqüicultura no Estado de Santa Catarina.

1966 – Início da construção da Estação Experimental de Aqüicultura – Barra da Lagoa.
1968 – Fundada a ARCAPESC – Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (1ª no País).
1970/1975 – ARCAPESC pesquisa criação de camarões marinhos em cativeiro e reprodução em laboratório.
1970 em diante – primeiras tentativas de introduzir a criação de peixes de água doce, com assistência da ARCAPESC.
1973 – Instalado 1º Escritório Local de Piscicultura no município de Blumenau e instalação de pequeno Posto de Piscicultura pela Prefeitura municipal.
1974 – Instalação do Posto de Piscicultura da Prefeitura Municipal de Chapecó sob orientação da ARCAPESC, onde em 1980 a SUDEPE inicia pesquisas de reprodução de carpas, viabilizando mais tarde a construção da “Estação Produtora de Alevinos da SUDEPE”, no mesmo Município.
1978 – Início da construção da 1ª Estação de Piscicultura de Santa Catarina projetada e construída pela ARCAPESC (atualmente, Estação de Piscicultura).
1978 – Estabelecimento pequeno Posto de Truticultura pela Prefeitura Municipal de Lages.
1978 – Início da construção da Estação Experimental de Aqüicultura da UFSC – Fpolis/SC.
1983 – Construção do Laboratório de larvicultura (camarões marinhos) – Lagoa da Conceição, da UFSC – Florianópolis-SC.
1983 – Iniciada a construção da Estação Experimental de Aqüicultura da UFSC no colégio Agrícola de Camboriú – SC.
1984 – A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina – EMPASC, inicia o Programa Estadual de Pesquisas em Piscicultura e instala a Estação Experimental de Piscicultura em Caçador-SC.
1984 – Fundação da Associação Catarinenses dos Criadores de Rãs (ACCR).
1985 – Fundado na UFSC o primeiro departamento de Aqüicultura do País.
1985 – Instalada a Estação de Piscicultura – Produtora de Alevinos SUDEPE – Chapecó/SC Programa BID/SUDEPE – Convênio Prefeitura Municipal.
1985 – Instalada a Estação Nacional de Truticultura de Lages-SC pelo Programa BID/ SUDEPE em convênio com a Prefeitura Municipal.
1985 – Fundada a ACAq – Associação Catarinense de Aqüicultura.
1986 – A Associação Brasileira de Aqüicultura – ABRAq, estabelece sede em Florianópolis por dois anos.
1986 – Estabelecido o 1º Curso de Pós-Graduação a nível de Especialização em Aqüicultura na UFSC.
1988 – Instalado o primeiro Curso de Pós-Graduação a nível de Especialização

“ <i>Latu sensu</i> ” em Maricultura – Convênio UFSC/SUDEPE.
1988 – Decreto do Governador do Estado, nº 1.626 – maio/88, cria a comissão Estadual de Pesquisa pesqueira para o Estado de Santa Catarina.
1988 – Será iniciado no 2º semestre curso de Aprofundamento em Estudos de Aqüicultura a nível de 2º grau, para técnicos em Agropecuária – Colégio Agrícola de Camboriú.
1988 – ARCAPESC/EMATER – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina assume o serviço de Extensão de Aqüicultura interior.
1988 – Projeto GAIVOTA I (cultivo de mexilhões).
1988 – Projeto GAIVOTA II (cultivo de ostras).
1995 – extinta a ACARPESC e a EPAGRI assume suas funções.

**Fonte: SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA.
COORDENADORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA, 1988.**

Com isso, temos que o cultivo de ostras teve início a partir de 1990 sendo possível somente com o auxílio financeiro de instituições como o Ministério da Agricultura, Prefeitura Municipal e IBAMA.

Desta forma, após incentivos públicos e privados o Estado de Santa Catarina torna-se o maior Pólo de Maricultura do País, com uma linha costeira que compreende 561,4 km de extensão e envolve 28 municípios, que fazem limite com o Oceano Atlântico, lagoas e lagunas costeiras, e apresentam uma base natural, recortada por costões e enseadas, favorecendo a expansão do Pólo de Maricultura nestas áreas. (MACHADO, 2002, p.88).

No Estado de Santa Catarina, a maricultura envolve o cultivo de ostras nativas (*Crassostrea rhizophorae*) e introduzidas (*Crassostrea gigas*), de vieiras (*Nodipecten nodosus*), de camarão branco (*Litopenaus vannamei*), de mexilhões (*Perna perna*) e de peixes marinhos. Segundo a EPAGRI no Estado de Santa Catarina existem 767 maricultores, sendo que somente a cadeia produtiva malacocultura (cultivo de moluscos) envolve direta e indiretamente cerca de 8.000 pessoas, desde a produção, colheita e beneficiamento, até a comercialização. A malacocultura no Estado esta distribuída por 12 municípios, inseridos na faixa costeira que se estende de São Francisco do Sul, no norte do

estado, a Palhoça, na região centro-leste. (PETRIELLI, 2008, p.20).

Em 1991, a produção total de moluscos no estado foi de 42,9 (ver Gráfico 1) toneladas 10 anos depois observando um incremento na produção de 37%. Já em 2006 o estado alcança 14.756,9 toneladas, segundo dados da EPAGRI (2006), e este crescimento vem aumentando a cada ano. Podemos observar estes dados no Gráfico 1

Dentre os municípios que mais contribuem para o crescimento da maricultura estão:

Florianópolis, com um volume de 559,61 toneladas a mais que o do ano passado, seguindo por Palhoça e São José, com aumento nos volumes de produção da ordem de 550 e 85 toneladas respectivamente. Os municípios de Florianópolis e Palhoça apresentaram os maiores volumes de produção de ostras, em relação aos demais municípios produtores. Juntos eles produziram 90,91% da produção artesanal, sendo que, em Florianópolis, a região do Ribeirão da Ilha foi responsável por 77% da produção. (PETRIELLI, 2008, p.21).

Os Gráficos 1 e 2, a seguir, mostram a importância da produção de moluscos em Florianópolis e especialmente no Ribeirão da Ilha.

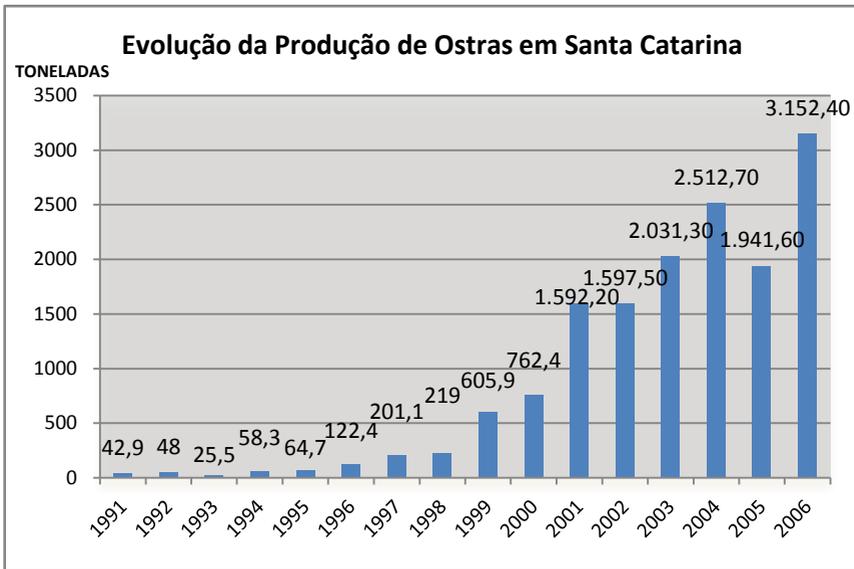


Gráfico 1 - Evolução da Produção de Ostras em Santa Catarina. Fonte: Elaborado pela autora, EPAGRI, 2008.

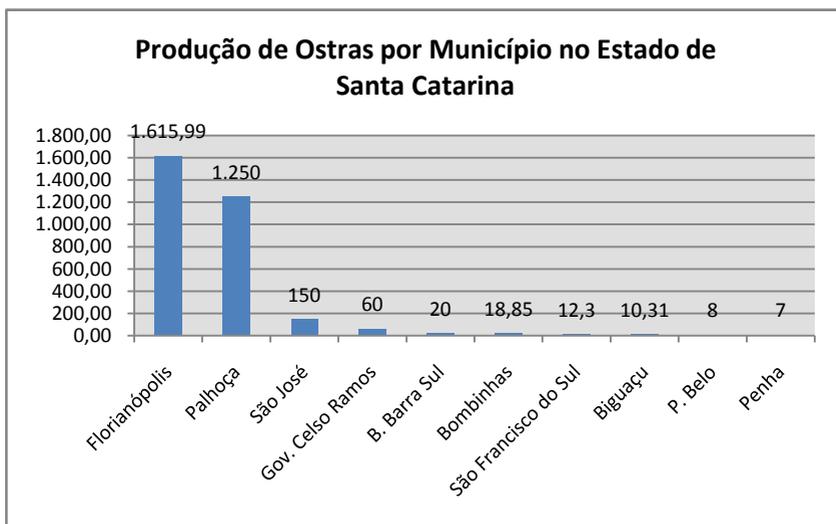


Gráfico 2 - Produção de Ostras por Município de Santa Catarina. Fonte: Elaborado pela autora, EPAGRI, 2008.

4.3 EVOLUÇÃO DA MARICULTURA EM FLORIANÓPOLIS

A produção maricultora em Florianópolis tem início já nos anos 1970. A cidade reúne, de forma singular, as condições necessárias para o melhor desenvolvimento desta atividade.

Nos anos oitenta a Universidade Federal de Santa Catarina passa a atuar de forma mais incisiva na pesquisa e produção de conhecimentos técnicos importantes para alavancar a maricultura. Em 1986 constrói um laboratório produtor de sementes (de ostras gigas) no norte da ilha e em 1995 implanta um segundo laboratório.

Em 1988 a EPAGRI, órgão Estadual, desenvolve técnicas de cultivo de mexilhões mais apropriados e, além disso, dá suporte técnico para pequenos produtores.

Em 1999 o poder público municipal articula-se aos órgãos estaduais e desenvolve políticas de incentivos para a maricultura.

Assim, a Prefeitura Municipal de Florianópolis implementa o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Maricultura por meio do Escritório Municipal de Agropecuária, Pesca e Abastecimento (EMAPA). A partir daí há um novo impulso para o cultivo de moluscos.

O programa municipal foi realizado tendo como eixo central uma série de ações, dentre as quais podemos destacar a criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e Marinho (FUNRUMAR); da Festa Nacional da Ostra e da Cultura Açoriana (FENAOSTRA) e do projeto de intercâmbio com a França (Mariano; Porsse, 2003, p.253).

A criação da FUNRUMAR teve como objetivo promover o desenvolvimento rural e pesqueiro do município de Florianópolis dando suporte financeiro a programas e projetos que contribuam para o desenvolvimento do município (NASCIMENTO, 2005, p. 81). O Decreto-lei nº 5.633 em seu Art.º 1º sanciona

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e Marinho – FUNRUMAR, vinculado ao Escritório Municipal de Agropecuária, Pesca e Abastecimento – EMAPA, com a finalidade de promover o desenvolvimento rural e pesqueiro do Município de Florianópolis, através do apoio financeiro a programas e projetos definidos pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesqueiro (NASCIMENTO, 2005, p. 81).

Um dos papéis principais da FENAOSTRA é a divulgação do setor da maricultura, ampliando o mercado consumidor através da difusão de um novo hábito alimentar. No período da FENAOSTRA, geralmente, no mês de outubro, os produtos derivados dos mariscos e ostras são comercializados diretamente aos consumidores através dos estandes de produtores representados pela AMASI e pela AMANI. Os restaurantes também servem moluscos ao consumidor por meio de um número variado de receitas (NASCIMENTO, 2005, p. 83).

Em relação ao intercâmbio técnico e científico com a França, em 2002, a Prefeitura Municipal de Florianópolis assinou “um termo de cooperação técnica com o governo de La Rochelle, na França, com intenção de aperfeiçoar as técnicas existentes e aprender outras, a fim de ampliar o conhecimento dos maricultores sobre a atividade.” (NASCIMENTO, 2005, p.257).

A França produz ostras e mexilhões há aproximadamente 200 anos e vem desenvolvendo técnicas que possibilitam a mecanização do processo e geram uma produção em larga escala. Em Florianópolis, a atividade tem apenas 15 anos e é praticamente artesanal. (MARIANO; PORSSE *apud* NASCIMENTO, 2005, p.257).

Mas, vale ressaltar que o processo produtivo na França ocorre de forma bem distinta do processo produtivo no município de Florianópolis. Neste país europeu o cultivo do molusco acontece de forma mais intensiva em uma área reduzida, isto se deve a vários fatores aos quais podemos destacar: a mecanização do processo, a variação da maré e, também, como afirma Mariano & Porsse (2005) ao tempo de experiência no cultivo de moluscos marinhos que a França acumula.

4.4.1 Organização dos Produtores

A organização dos aqüicultores catarinenses se dá a partir de associações e cooperativas.

A implantação de cooperativas, unidades de beneficiamento, coloca-se como um modelo que permite o desenvolvimento da maricultura, sendo sua mão-de-obra empregada entre familiares e amigos. Porém, é fato a resistência entre os produtores em tornarem-se cooperativados, pois

não acreditam que os obstáculos de produção e comercialização sejam amenizados ou resolvidos por meio de uma cooperativa. Exemplo em Florianópolis é a COOPERILHA, pois existem 161 produtores de moluscos e apenas 40 cooperados (NASCIMENTO, 2005, p.67).

Em relação às informações sobre a criação da Cooperativa Aquícola da Ilha de Santa Catarina, Nascimento (2005), nos coloca

A prefeitura de Florianópolis, em 2002, cedeu terreno e deu início a construção da sede operacional da COOPERILHA que custou pouco mais de R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), cedeu R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em insumos (corda, rede, arame, dentre outros), disponibilizando-os aos cooperados, membros da AMANI (Associação dos Maricultores do Norte da Ilha) e AMASI (associação dos Maricultores do Sul da Ilha). A COOPERILHA foi construída no distrito do Ribeirão da Ilha, nas margens da baía sul. (NASCIMENTO, 2005, p. 82).

Sabemos ainda que a quantia cedida pela Prefeitura de Florianópolis não foi suficiente para a construção da sede e a COOPERILHA obteve dificuldades na aquisição de recursos necessários à finalização da instalação dependendo de recursos públicos e privados. Somente em 2007 a cooperativa recebe as adaptações físicas e os equipamentos necessários para a obtenção do SIF. Assim, através desta unidade processadora o cooperado pode ter acesso a outros mercados. “O pleno funcionamento da COOPERILHA pode representar um maior controle do volume e da qualidade da produção de ostras e mariscos. Já o consumidor ao adquirir os moluscos com SIF conscientiza-se da qualidade do produto.” (NASCIMENTO, 2005, p. 82).

Apesar dos benefícios encontrados pela obtenção do SIF pelos cooperados este selo também se torna mais um fator de exclusão daqueles que não conseguirem se manter em nível de concorrência por não se enquadrarem nos padrões de qualidade exigidos pelo Ministério da Agricultura para a concessão do SIF.

Por outro lado, a organização dos produtores de moluscos em Santa Catarina não se restringe somente ao processo produtivo. Os

maricultores têm se organizado em manifestações contra a instalação de portos próximos ao cultivo, bem como, a projetos de implantação de estações de tratamento de esgoto que pretendiam despejar esgotos “tratados” na baía sul o que provocaria danos aos cultivos e à qualidade das águas da baía (Anexos 1 e 2). Estas manifestações organizadas fizeram com que os órgãos públicos recuassem na decisão da implantação da estação de tratamento de esgoto no distrito do Ribeirão da Ilha, mais especificamente na região da Tapera. O que demonstra a necessidade da organização efetiva dos maricultores para a manutenção de seus cultivos.

4.4.2 Demarcação do Parque Aquícola

Parque Aquícola é definido como, “espaço físico contínuo em meio aquático, delimitado, que compreende um conjunto de áreas aquícolas afins, em cujos espaços físicos intermediários podem ser desenvolvidas outras atividades compatíveis com a prática da aquíicultura.” (REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2003)

O IBAMA em convênio com a EPAGRI, no ano de 1995, elaborou um projeto de demarcação e mapeamento das áreas propícias a maricultura no litoral catarinense. Neste momento foram mapeadas 102 áreas em 12 municípios do litoral de Santa Catarina. Segundo Machado (2002), foi feita esta demarcação, pois “durante os anos de 1989 a 1992 os pescadores estavam instalando suas unidades de cultivo considerando apenas as condições favoráveis de abrigo e a distância de suas residências ou seus ranchos de pesca” o que provocou conflitos entre os interesses da maricultura e os setores do turismo, da pesca e entre os moradores. (p.144).

Das 102 áreas estabelecidas no Estado, em Florianópolis foram demarcadas 38. Essas delimitações foram selecionadas e encaminhadas para a Capitania dos Portos de SC, para obterem a plotagem oficial nas Cartas Náuticas originais, sendo a de número 1904 a referente ao distrito de Ribeirão da Ilha (MACHADO, 2002, p.144).

Após a demarcação do parque aquícola é feita uma solicitação pelo maricultor para o cultivo de determinada área, recebido a autorização o mesmo tem até seis meses para fazer a instalação de sinalização náutica. Tem três anos para concluir a implantação do

empreendimento projetado e até vinte anos para o uso da área podendo este prazo ser prorrogado a critério da SEAP.

Para Machado (2002), um dos problemas encontrados na demarcação das áreas de cultivo é que

No projeto divulgado em 1995 não foram estabelecidos os critérios de entrega de áreas aos maricultores, ficando com as associações locais a responsabilidade de fazê-lo. Esse aspecto tem importância fundamental pois pode estar no cerne dos conflitos gerados em função, principalmente, da variabilidade dos tamanhos concedidos e, por conseguinte, da produção, distribuição e renda econômica auferida por cada beneficiário. Ao determinar quem pode cultivar e em que áreas, que são públicas, as associações assumem um poder que não lhes cabe (MACHADO, 2002, p.147).

Toda a legislação tem possibilitado uma maior racionalização do exercício da atividade de maricultor permitindo a exploração do uso das águas públicas na costa brasileira, porém em virtude do rápido desenvolvimento da maricultura no Ribeirão da Ilha seria necessário uma flexibilização maior da legislação, uma maior rapidez na liberação de novas áreas, bem como, um maior controle sobre as áreas concedidas evitando a utilização incorreta do parque aquícola. (MACHADO, 2002, p.111).

No próximo Capítulo retomaremos a discussão das áreas demarcadas, porém, com ênfase em seus reflexos na estrutura urbana.

4.4 A MARICULTURA NO RIBEIRÃO DA ILHA

O Ribeirão da Ilha, área selecionada para o nosso estudo, apresenta características geográficas favoráveis à implantação de cultivo de moluscos, sendo que em toda a região podemos destacar alguns pontos propícios ao cultivo, dentre os quais: a Ponta dos Naufragados, Ponta do Correia; Ponta da Tapera; Ilha das Pombas; Ponta *Caiacangaçú*; Laje das Cocorocas; Baía do Ribeirão; Rio Ribeirão; Ponta das Laranjeiras; Ponta *Caiacangamirim*; Ponta das Laranjeiras e Ilha Maria Francisca. Estes são alguns dos acidentes geográficos importantes que garantem as condições necessárias ao cultivo de

moluscos e ostras na Baía Sul da ilha de Santa Catarina (MACHADO, 2002, p.95).

O sul da Ilha de Santa Catarina está hoje entre os maiores produtores de moluscos bivalves do país, sendo responsável por 80% da produção de ostras de Florianópolis. Tendo sido o Ribeirão da Ilha considerado um dos maiores fornecedores de moluscos cultivados para Santa Catarina e Brasil (Nór, 2010).

4.5.1 Produção

Existem, fundamentalmente, três tipos de cultivo de ostras: o cultivo em mesa; cultivo em varal ou *rack*, e; o cultivo em *long-line* ou em linha. Este último é o mais utilizado no Estado de Santa Catarina. O cultivo do tipo *long-line* é recomendado para locais mais profundos e mais exposto, sujeitos à ação de ventos e correntes marítimas, porém, também pode ser utilizado em locais com ventos e correntes marítimas amenos.

Em Florianópolis, o sistema de cultivo mais comum é do tipo *long-line*. Nesse sistema de cultivo, “as lanternas são amarradas numa linha principal denominada *long* que flutua por meio de bóias, dispostas a cada 100 cm, ou 80 cm, de acordo com o produtor. Existem estruturas no fundo do mar que prendem todo o sistema de cultivo, fixando-o de modo que não sejam levados pelas correntes e demais movimentos marinhos.” (PETRIELLI, 2008, p.23). As lanternas de ostras geralmente possuem andares variados de acordo com a profundidade do cultivo. No Ribeirão da Ilha a maior parte dos maricultores utilizam lanternas com 5 (cinco) ou 6 (seis) andares. Este sistema também é conhecido como suspenso flutuante e geralmente são aplicados a locais com profundidade superior a três metros, podendo haver correntes marinhas baixas e médias.

Outro sistema de cultivo praticado no litoral catarinense é o suspenso-fixo geralmente são utilizados em locais de baixa produtividade, com mar calmo e próximo a costa, tendo até cerca de três metros de profundidade (NASCIMENTO, 2005, p.67).



Figura 54 - Cultivo de ostras do tipo parreira, em desuso no Ribeirão da Ilha. Fonte: Autora, 2012.



Figura 65 – Cultivo de ostras do tipo long-line com bóias, exigência de padronização das bóias, no Ribeirão da Ilha. Fonte: Autora, 2012.

Em relação ao ciclo de trabalho do ostreicultor, segundo Petrielli (2008),

[...] no Ribeirão da Ilha é de ciclo anual, as sementes de ostras são colocadas no mar, principalmente entre os meses de março a outubro. A “colheita” tende a começar após seis meses, pois as ostras atingem o tamanho comercial entre o sexto e oitavo mês. Durante todo o ano os ostreicultores fazem o manejo constante das sementes e das ostras nas diversas etapas de desenvolvimento (PETRIELLI, 2008, p.24).

O cultivo de ostras pode ser dividido em 3 (três) fases: cultivo inicial, cultivo intermediário e cultivo final ou engorda. No cultivo inicial as sementes são distribuídas nas lanternas de forma homogêneas esperasse um tempo até que elas alcancem o tamanho para serem remanejadas. Na fase intermediária é feita a limpeza da lanterna lavando-a com água sob pressão para remover o sedimento marinho, algas, incrustações, ostras mortas ou mesmo parasitas. Depois de limpas é feita uma raspagem manual e elas são redistribuídas nas lanternas também limpas para então retornar ao mar. Na fase de engorda a ostra já atingiu o tamanho e peso para serem comercializadas, porém, podem ter um acréscimo de tempo para que aumente de tamanho. Antes da comercialização alguns ostreicultores colocam as ostras em imersão na água doce ou deixam por 24 horas fora da água para auxiliar na remoção de animais incrustantes. Esta fase é conhecida como castigo. Deste ponto em diante o produto passa pelo processo de separação, seleção e classificação em lotes segundo tamanho e qualidade até chegar à fase de comercialização podendo ser *in natura* ou resfriado (MACHADO, 2002, p.112).

No Ribeirão da Ilha não identificamos nenhum tipo de beneficiamento do produto que não seja em restaurantes na elaboração de pratos com os moluscos. Em parte o não beneficiamento se deve à falta de frigoríficos para o armazenamento do produto. Em se tratando das ostras e dos mariscos o tempo de espera fora da água é de 48 horas para que ainda esteja em condições de consumo, já se houve um beneficiamento como ocorre com o marisco, que é descascado, o tempo de venda pode ser maior se houve equipamentos para a sua refrigeração correta.

4.5.2 Custos da Produção

Concordamos com Nascimento (2005) quando afirma que os “custos para implantação de infra-estrutura e custos para o cultivo de ostras mostram-se altos se forem pensados do ponto de vistas de um pequeno produtor pescador artesanal decadente e descapitalizado.” (p.76). Se compararmos os custos entre a produção de mexilhões e ostras devido à diferença na forma de obtenção de sementes observamos um tendência de selecionar o tipo de investidor com clara exclusão de indivíduos sem capital para investir.

Nascimento (2005), afirma ainda, que na “mitilicultura observa-se a mesma tendência de aumento nos custos para a implantação de infra-estrutura e cultivo, mas trata-se de um investimento ainda possível para indivíduos com pouco capital.” (NASCIMENTO, 2005, p. 76), enquanto a produção de ostras tem se mostrado cada vez mais inacessível.

4.5.3 Gerenciamento da Produção

A mitilicultura e ostreicultura precisa de maior conscientização e incentivos ao ostreicultor para o seu controle administrativo. “No Ribeirão da Ilha, grande parte dos ostreicultores não gerencia a sua produção, não conhece dados sobre o seu manejo diário, não faz controle da produção, não calcula os custos reais de produção e, conseqüentemente, não sabe se o negócio é economicamente viável.” (PETRIELLI, 2008, p.22).

A falta de gerenciamento reflete de forma negativa na atividade do pequeno produtor, pois não há conhecimento quanto aos investimentos realizados na produção das ostras e mexilhões além da incerteza do retorno financeiro. Com a falta de gerenciamento os maricultores não têm como definir de forma coerente o preço de venda da ostra e o que verificamos é a baixa valorização do produto em Florianópolis e segundo informações de maricultores o preço está estável há quase 10 (dez) anos o que torna a renda auferida baixa causando desvantagens entre o pequeno produtor e o grande empresário. E mais uma vez a obtenção do SIF beneficia este último que fugindo da concorrência local vende seu produto a preços melhores em outras regiões.

O Ribeirão da Ilha é considerado um dos maiores fornecedores de moluscos cultivados para Santa Catarina e Brasil. Um processo de

gestão mais racionalizado do pequeno produtor pode ser um instrumento de informação para que ocorra um desenvolvimento da pequena produção para que o pequeno produtor não seja “engolido” pelos produtores com maior capital investido.

4.5.4 Comércio

O pequeno produtor concentra a comercialização do pescado, principalmente, durante o verão apesar da produção dos moluscos acontecer durante o ano inteiro. Isto ocorre por que, por um lado, o pequeno produtor destina seu produto ao mercado local, pois enfrenta dificuldades em obter o SIF (Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura), o que permitiria que comercializasse seu produto em outros estados. E, por outro lado, é no período de verão que aumenta o fluxo de turistas na Ilha de Santa Catarina interessados no consumo do marisco e da ostra podendo o pequeno produtor vender diretamente ao consumidor.

As empresas com maior infra-estrutura e que, por este motivo, possui o SIF colocam o produto a disposição do consumidor o ano inteiro e exportam para outros estados e países. (NASCIMENTO, 2005, p. 79-78).

Segundo os maricultores o marisco pode ser vendido de duas formas: com a concha (mariscado), ou sem a concha (desmariscados). A maior parte da comercialização se dá com o mexilhão desmariscados, pois alcança maior valor na venda bem como há uma facilidade maior no acondicionamento e transporte, quanto a venda do produto mariscado é o tamanho e o aspecto visual da concha quem vai definir o seu preço. Já a comercialização da ostra se dá *in natura*, ou seja, ostra viva na concha, somente as empresas maiores executam algum beneficiamento do produto.

È importante ressaltar que este tipo de produção caracterizada como familiar exposta acima defronta-se com a alta competitividade no mercado local baixando o preço do produto final. Segundo Nascimento (2005),

são 98 ostreicultores e 63 mitilicultores produzindo nas baías sul e norte no município de Florianópolis (EPAGRI, 2005), sendo que apenas três produtores possuem SIF, podendo escoar sua produção pra fora do estado, estes em função do SIF, detém possibilidades de aumentar seus

ganhos, direcionando sua produção para o mercado nacional, sem ter que competir com os baixos valores praticados no mercado local.” (NASCIMENTO, 2005, p. 80).

Nos últimos anos ocorreu um rápido crescimento da produção de ostras e mexilhões (ou mariscos), porém, é evidente que uma maior organização dos pequenos produtores em cooperativas acarretaria em melhorias na infra-estrutura o que facilitaria a obtenção do SIF e m contrapartida poderia escoar a produção para mercados distantes pois, “a competitividade no mercado local provoca a redução do lucro, desse modo dificulta a capitalização e conseqüente aumento de investimentos na capacidade produtiva.” (NASCIMENTO, 2005, p. 80).

Segundo Machado (2002), em uma visita ao Ribeirão da Ilha em 2001,

[...] foram contados 17 restaurantes especializados e 16 pontos de venda que contribuem para a intensificação das atividades econômicas que a cada ano se especializa. É importante salientar, porém, que os pontos de venda são extensões dos cultivos, sendo as mesmas realizadas, normalmente, em frente às áreas cultivadas, no barraco da limpeza ou nas residências, caracterizando uma atividade que elimina a atuação de intermediários para a venda e o consumidor final, o que certamente aumenta a renda da família, não deixando, no entanto, de se caracterizar como informal. Há, porém, restaurantes especializados que atendem durante o ano todo, justificando a tendência de definição daquele espaço como rota turística para consumo de mariscos e ostras, bastando apenas investimentos e adequações infra-estruturais para a expansão do setor com qualidade (p.112).

Existe hoje no Ribeirão da Ilha um número significativo de restaurantes e postos de venda, inclusive com disque entrega. Desta forma, visando fazer uma espacialização do comércio que ocorre nesta localidade identificamos 17 restaurantes e 16 postos de venda identificados através de placas indicativas. A maioria dos restaurantes e pontos de venda encontra-se próximos ao mar ao longo da Rodovia Baldicero Filomeno.

4.6 DIMENSÕES DA MARICULTURA NO RIBEIRÃO DA ILHA

4.6.1 Dimensão Social

Ao longo do século passado ocorreram transformações nas atividades econômicas desenvolvidas no Distrito do Ribeirão da Ilha, “tendo o agricultor que exercer atividades paralelas, principalmente quando nos períodos de sazonalidade, dedicando-se assim a atividade de pescador, não o baleeiro, mas, da pequena pesca voltada a melhoria da renda familiar”. (MACHADO, 2002, p.98).

Durante várias décadas a atividade de pescador era uma atividade considerada acessória. Porém, ao longo do século XIX o desmembramento do solo, o esgotamento do solo entre outros fatores provocaram o aumento do número de indivíduos que passaram a depender, exclusivamente, da pesca artesanal para sua sobrevivência. Segundo Luz (*apud* MACHADO, 2002), “enquanto em 1843 a profissão de pescador era exercida por 2,3% dos chefes de família, em 1872 envolvia 6,85% da população ativa do Distrito [...] evidenciando o desempenho de mais de uma ocupação para garantia da sobrevivência dos familiares.” (p.98). Com o passar do tempo a atividade de pescador artesanal entra em decadência apresentando um índice de pauperização assustador nas tradicionais comunidades de pescadores em toda a Ilha de Santa Catarina.

Na passagem da década 1980 para a década de 90, a maricultura representou um novo impulso para o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades tradicionais de pesca, passando a se destacar como alternativa econômica para os moradores do Ribeirão da Ilha, favorecendo em grande parte a permanência destes moradores nos locais de origem (Nór, 2010, p.140).

Hoje, nas várias praias de areia grossa pode-se observar fazendas de moluscos (ostras e mexilhões) que repetem a tendência histórica de uma das áreas onde se observa a manutenção da tradição e características próprias, que devem ser preservadas porque guardam ainda, parte da cultura da Ilha de Santa Catarina e demonstram a capacidade dos povos que deram origem àquela população, certamente, possibilitará ao Estado ser o pólo hegemônico na cultura de moluscos bastando, para tanto que se priorizem alternativas

de produção que não destruam o meio ambiente e que valorizem o homem.” (MACHADO, 2002, p.98).

Com isso, o panorama que se tem hoje do Ribeirão da Ilha é bem diferente daquele do início do século XX, onde a pauperização das comunidades tradicionais de pesca artesanal era bastante preocupante o que ocasionava a evasão de grande quantidade de pessoas para outras áreas a procura de emprego.

4.6.2 Dimensão Sócio-Econômica

Nesta seção gostaríamos de discutir alguns aspectos econômicos relativos à introdução da maricultura em Santa Catarina que julgamos importantes para a nossa argumentação.

A produção de moluscos bivalves foi incentivada, como já dissemos anteriormente, com o objetivo de ser uma alternativa econômica para a pesca extrativa artesanal que, nos anos 1970, já não se constitui como uma atividade viável para os pescadores. Somente nos anos 1980 a maricultura se consolida como importante meio de vida para parte significativa de famílias. É na segunda metade desta década que instituições como UFSC e EPAGRI vão dar suporte técnico e possibilitar grande desenvolvimento da produção e comercialização de moluscos no Estado.

Em Florianópolis há ainda um forte incentivo do poder municipal à atividade maricultora. Nos anos 2000 a capital catarinense torna-se o maior centro produtor da região e alcança, ainda, destaque nacional.

O objetivo central de todos os programas de incentivo e parcerias voltados ao desenvolvimento dos cultivos de moluscos em Santa Catarina e, especialmente, em Florianópolis é, antes de tudo, a geração de emprego e renda tendo como consequência a melhoria da qualidade de vida de um grande contingente de famílias de pescadores artesanais que se encontravam em condições precárias de existência.

Neste instante devemos fazer algumas reflexões. O que está implícito nas ações governamentais é o entendimento de que é necessário encontrar maneiras de enquadrar os pescadores na dinâmica do mercado capitalista, pois é justamente a não inserção destes trabalhadores a responsável por sua situação desprivilegiada.

Deste modo, alguns vão se inserir no mercado vendendo a única mercadoria que lhes restava: a força de trabalho. Assim, a indústria pesqueira assimila parte dos pescadores artesanais.

Porém, outra parte dos trabalhadores tentará continuar com uma produção familiar de caráter artesanal, contudo em outro ramo de atividade: a maricultura.

A questão é que ao se inserir no mercado os pequenos produtores estarão, tanto quanto os grandes, inseridos em uma lógica mercantil própria do capitalismo que muitas vezes se choca com o caráter artesanal e familiar de sua produção. Assim, por exemplo, a forte concorrência, a necessidade de alcançar a taxa média de lucros, o imperativo da acumulação de capital, exploração do trabalho (de familiares ou de contratados), etc. são elementos inerentes à produção capitalista, mas completamente estranhos àqueles pescadores artesanais. Esta contradição vem resultando em um processo de expulsão dos pequenos produtores do mercado maricultor²¹. E os que ainda resistem encontram-se em condições desfavoráveis ou, ainda, não mais como produtores, mas como assalariados. São, portanto, expropriados dos instrumentos de produção e, também, do seu próprio saber fazer que é utilizado por outra pessoa.

Outro aspecto que merece reflexão é quanto a um dos objetivos declarados da inserção da maricultura, como alternativa econômica, a saber: a melhoria da renda e da qualidade de vida das comunidades que viviam da pesca.

Mas será que isto tem mesmo ocorrido? Vejamos.

Sem dúvida a maricultura produz muita riqueza. A média da movimentação financeira ligada à comercialização de moluscos em Santa Catarina no período de 2006 à 2010 foi de R\$ 23.115.188,60, segundo dados da EPAGRI. Em 2010 esta movimentação foi estimada em R\$ 37.883.770,72. Este é um número bastante relevante se considerarmos que no mesmo ano o contingente de maricultores que participou diretamente da produção foi de apenas 695, segundo dados publicados na “Síntese anual da Agricultura e Pesca de Santa Catarina 2009-2010.” (EPAGRI, 2011, p.1).

À primeira vista estes números deveriam confirmar melhoria da renda e da qualidade de vida das famílias envolvidas com a maricultura, mas acreditamos que isso é apenas uma miragem (ou aparência), que quando analisada mais de perto não se sustenta. Vejamos por que.

Segundo Mariano e Porsse (2003) a renda média dos maricultores em Florianópolis era de quase 8 (oito) salários mínimos, isto para o ano de 2002. Oito anos depois em um período de crescimento vertiginoso da

²¹ Ver Gráfico 3, p.124, ali discutimos melhor a diminuição do número de maricultores no decorrer dos anos 2000.

produção e da movimentação financeira relacionada ao cultivo de moluscos bivalves esta média caiu para 3 (três) salários mínimos. No bairro do Ribeirão da Ilha, maior centro produtor da capital e destaque nacional no que diz respeito a maricultura, a renda média de seus moradores, em 2010, é de pouco mais de 2 (dois) salários mínimos, segundo dados do IBGE. Mesmo sendo um dos principais centros de produção e comercialização de ostras, vieiras e mexilhões do país o Ribeirão da Ilha apresenta um dos níveis de renda mais baixos dentre os bairros de Florianópolis²².

Das informações acima podemos inferir que a enorme riqueza que está sendo produzida com a maricultura não representa necessariamente uma melhoria nas condições de vida de todos os envolvidos com esta atividade.

Se é certo que parte de antigos pescadores artesanais encontraram na maricultura um meio de vida que garantiu a sua existência e a de seus familiares, não acreditamos ser tão óbvio que as condições de vida destes trabalhadores melhoraram substantivamente em relação a sua atividade anterior.

Em outras palavras, eles garantem a sua subsistência, mas em condições mais desfavoráveis que anteriormente. Ou tornam-se trabalhadores assalariados ou têm jornadas mais intensas e extensas a fim de garantir espaço no mercado de trabalho. Por um lado, são expropriados de seus meios de produção e seu conhecimento é apropriado pelo empregador e, por outro lado, são impelidos a se enquadrar na lógica mercantil capitalista abandonando práticas seculares em que o ritmo e a qualidade da produção eram ditados somente pelo próprio trabalhador e não por uma força externa a ele e que o controla dominando-o completamente, chamado mercado²³.

Outro aspecto importante a ser considerado é o da dimensão espacial, porém, trataremos deste tema com mais vagar no próximo capítulo.

²² Ver IBGE, CIDRA: WWW.ibge.gov.br.

²³ Mais adiante voltaremos a discutir outros aspectos da economia maricultora importantes para o avanço de nossa discussão.

4.7 A MARICULTURA INSERIDA NA REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL

Sabemos que qualquer organização social tem como fundamento de sua existência a produção de bens a partir de uma intervenção sobre a natureza. Esta intervenção objetiva, em última instância, produzir bens úteis à vida humana. Esta interação, por sua vez, se desenvolve de maneira dinâmica e ininterrupta. Deste modo,

[...] qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer, periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução (MARX apud NETTO & BRAZ, 2010, p.124).

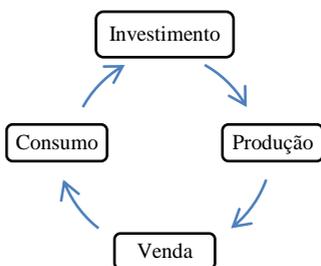
Esta dinâmica na formação social capitalista possui como característica peculiar o fato de que o objetivo de todo o ciclo de interações, que se dá entre homem/natureza e entre os próprios homens, tem como objetivo final a acumulação de capital. Esta é a maneira indelével da produção e da distribuição de bens no interior do capitalismo.

Importante destacar que a sustentação de toda esta estrutura econômica encontra-se na extração de mais-valia, no tempo de trabalho não pago aos produtores efetivos.

Neste contexto acumular capital significa simultaneamente ampliar a apropriação de mais-valia. Mas não só isso. A verdadeira acumulação de capital ocorre quando há, por parte dos empresários, a utilização de parte dos lucros em reinvestimentos no processo produtivo. Isto possibilita, por seu turno, que o capitalista extraia um *quantum* maior de mais-valia da produção, pois introduz inovações tecnológicas, contrata mais trabalhadores, expande totalmente seus negócios, etc. Então, consome parte deste lucro com suas próprias necessidades e a outra parte é novamente reinserida na produção, com o devido acréscimo em relação aos investimentos anteriores. E o ciclo reinicia-se mais uma vez (NETTO & BRAZ, 2010).

Toda esta dinâmica é conhecida como reprodução ampliada do capital. Nela verifica-se de imediato que a acumulação de capital depende da exploração da força de trabalho. Quanto maior a exploração da força de trabalho maior será a mais-valia e, portanto, a acumulação. E isto pode ser feito por meio do prolongamento da jornada de trabalho, intensificação do trabalho, rebaixamento dos salários e inovações tecnológicas.

Ao analisar o processo produtivo no interior do capitalismo destaca-se o fato de que o processo de acumulação é tanto mais eficiente quanto mais rápido o ciclo:



se realizar, ou seja, na medida em que o tempo de rotação for menor.

O tempo de rotação é igual à soma do tempo de circulação e do tempo de produção. Para o capitalista é interessante “reduzir ao máximo o tempo de rotação do seu capital: quanto menor o tempo de rotação, mais reinvestimentos podem ser feitos; interessa ao capitalista o maior número de rotações no menor espaço de tempo.” (NETTO & BRAZ, 2010, p.129).

Existem vários meios para que este objetivo, a diminuição do tempo de rotação, seja alcançado, tais como, a intensificação do trabalho, incorporação de inovações tecnológicas, encurtamento de distância, por meio do desenvolvimento dos meios de transportes entre outros.

A partir destas breves considerações a respeito do funcionamento da economia capitalista poderemos proceder algumas análises da implantação da maricultura em Santa Catarina e, especialmente, no distrito Ribeirão da Ilha no município de Florianópolis.

É importante, neste momento, colocar em relevo algumas questões pouco observadas na bibliografia que trata sobre o tema.

A maricultura, no Ribeirão da Ilha, passa de um estágio em que caracteriza, fundamentalmente, pela produção artesanal com trabalho familiar voltado, principalmente, para a subsistência e gradualmente passa a ser inserida, de maneira mais efetiva, na lógica mercantil própria das relações capitalistas de produção, com todas as conseqüências que este processo implica.

Neste processo de transformação o poder público teve um papel central. Em virtude da constatação de um alto nível de pauperização dos pescadores artesanais, o Estado promoveu a atividade maricultora como alternativa econômica para as comunidades litorâneas. Isto ocorre por meio de órgãos de pesquisa e financiamento tanto em nível estadual quanto federal e, também, instituições internacionais. Dentre estes podemos destacar UFSC, EPAGRI, BIRD etc.

A maricultura emerge, então, no final da década de 1980, como atividade que poderia evitar e reverter à decadência visada por grande número de pescadores artesanais. Pode-se dizer que em seus momentos iniciais o projeto foi muito bem sucedido. Porém, logo que a lógica mercantil da produção capitalista se estabelece em toda sua extensão e profundidade o quadro começa a mudar. Isto porque a tendência inerente à reprodução econômica, citada acima, termina por resultar em um processo de assalariamento e de pauperização relativa dos trabalhadores. Isto tem como conseqüência transformações na própria subjetividade dos pescadores tradicionais (especialmente em seus valores e saberes).

Contudo, a maioria dos órgãos oficiais envolvidos com a maricultura tem uma visão unilateral de todo este fenômeno. Entendem que o incentivo a esta cadeia produtiva traz apenas benefícios para as comunidades envolvidas. A EPAGRI, por exemplo, afirma que:

A atividade de maricultura, ao longo dos últimos vinte anos, promoveu a inserção econômica dos pescadores artesanais e das comunidades litorâneas, aumentando a renda familiar e impedindo o êxodo para os grandes centros em busca de emprego. A ostra, por exemplo, alavancou o turismo gastronômico e deu visibilidade ao Estado, considerado, hoje, referência nacional em maricultura. (EPAGRI, 2010, p.240).

Porém, é possível perceber este fenômeno por outro ângulo.

Como já foi dito acima, a inserção dos pescadores artesanais no mercado não corresponde a um benefício em si, de forma independente de toda a estrutura econômica. Ou seja, em uma dada conjuntura, a inserção, pode ter sido favorável a estes trabalhadores do mar. Mas, visto em perspectiva mais ampla não poderíamos ser tão otimistas.

Os pequenos produtores estão cada vez mais perdendo espaço dando lugar aos médios e grandes empresários. E este fenômeno ocorre na mesma proporção em que a produção e os lucros aumentam vertiginosamente.

Isto se dá porque há, na economia capitalista, uma tendência a concentração e centralização de capital. E este fenômeno ocorre, fundamentalmente, pelo fato de que o processo de acumulação estimula e é estimulado por inovações científico-tecnológicas. Este processo causa continuamente um enorme impacto na composição orgânica do capital elevando-o constantemente. Quanto mais elevada for a utilização de capital constante em relação ao capital variável maior o *quantum* de investimentos e, conseqüentemente, mais excludente é o processo produtivo para os pequenos proprietários. Quanto maior a acumulação mais capital para investir na produção e, com isso, mais elevada a acumulação e assim sucessivamente até que não seja mais possível a concorrência entre grandes e pequenos proprietários²⁴. Tendendo, com isso, a uma concentração do capital nas mãos de um número menor de produtores.

Há, também, a tendência à centralização. Diferente da tendência à concentração, a centralização não ocorre em função de uma nova acumulação, mas o aumento de capital se dá pela fusão de vários capitais, ou seja, através da união de capitais já existentes (NETTO & BRAZ, 2010). Assim grandes e poderosas empresas passam a concorrer entre si, eliminando os pequenos produtores que não tem capital suficiente para se equiparar a estas empresas que concentram enormes volumes de capital.

Em defesa deste argumento, basta observar alguns dados colocados à disposição do público pela EPAGRI em artigos publicados anualmente.

Em 2001 existiam 850 maricultores em Santa Catarina. Em 2010 o número de maricultores caiu para 695 produtores (EPAGRI, 2001 E

²⁴ O próprio poder público contribui para este fenômeno. Basta observar o convênio estabelecido entre a Prefeitura de Florianópolis e o governo de *La Rochelle* na França que teve como objetivo a inserção na produção maricultora de Santa Catarina de inovações tecnológicas que beneficiaram, principalmente, as grandes empresas.

2010). O que demonstra a tendência da centralização própria da economia capitalista atuando na maricultura catarinense.

No caso específico da ostreicultura observando o Gráfico 3, abaixo, o número de produtores entre 2000 e 2005 vinha aumentando, chegando a 171 produtores. Porém, a partir de 2005 observamos uma tendência inversa com a diminuição do número de produtores de 2005 a 2006, que foram 5 produtores a menos, e, em 2010 o número de ostreicultores no Estado foi para 121, ou seja, 50 produtores a menos do que em 2005.

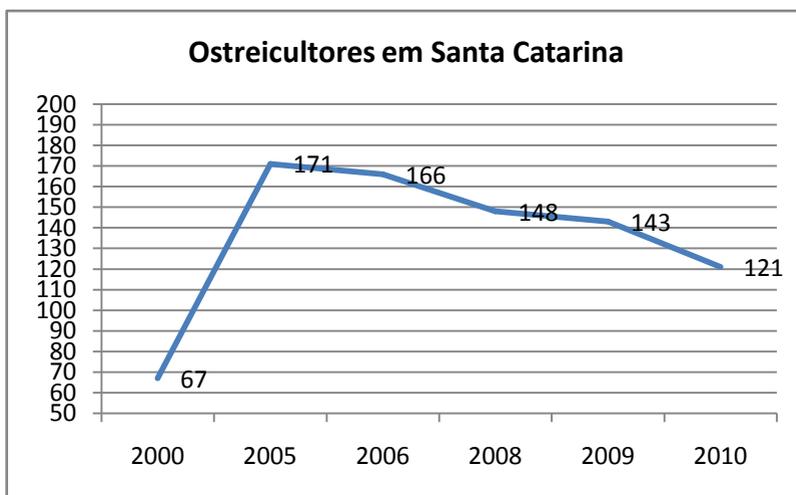


Gráfico 3 - Produtores de Ostras em Santa Catarina. Fonte: EPAGRI, 2010.

Em relação à produção, em 1991 a produção foi de 43.000 dúzias e em 2000 esse número aumentou para 762.426 dúzias. De 2000 a 2009 passa de 762.426 dúzias à 1.792.240 dúzias.

Com isso, verifica-se que o número de produtores caiu, porém, a produção de ostras subiu vertiginosamente, em dez anos ou aumento na produção foi superior a 1.000.000 (1 milhão) de dúzias. E a movimentação financeira do setor da maricultura em 2005 foi de R\$ 7.145.180,00 passando para R\$ 37.883.770,72 em 2010. Ou seja, com um número menor de fazendeiros marinhos movimentou-se uma quantia muito maior em dinheiro.

Além do que foi dito acima, é importante destacar que o custo da produção das ostras é elevado se se levar em consideração que o pescador artesanal não dispõe do capital necessário para tal empreendimento. Conforme o levantamento do CEPA/ EPAGRI, para se implantar uma fazenda de ostras de 1(um) hectare é necessário que se tenha disponível os valores da Tabela 5, abaixo:

Tabela 5 - Custos da Implantação e Produção de Ostras em 2003.

Custos da Produção da Ostra / Hectare em 2003:	
Custo de Implantação	→ R\$ 44.953,00
Custos de Produção	→ R\$ 69.145,40
Custos variáveis	→ R\$ 54.610,72
Custos fixos	→ R\$ 14.534,68

Fonte: CEPA/EPAGRI, 2003.

Outro aspecto da implantação da maricultura a destacar é o fato de que as transformações do Ribeirão da Ilha em pólo gastronômico e turístico representaram um significativo encurtamento da distância entre a mercadoria produzida no local e o consumidor. Ocorre, portanto, uma diminuição do tempo de rotação.

Deste modo, infere-se que a preocupação central não estava voltada para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e moradores do bairro em geral. Mas, sim para a eficiência da reprodução do capital. Se em curto prazo o estabelecimento de restaurantes e pousadas, o movimento intenso de turistas trouxeram algumas melhorias para a comunidade local a manutenção e ampliação de tais benefícios em longo prazo é bastante questionável, tanto no aspecto econômico quanto no aspecto sócio-ambiental.

CAPÍTULO 5 – O PAPEL DA MARICULTURA NA ESTRUTURAÇÃO E CONFIGURAÇÃO URBANA DO RIBEIRÃO DA ILHA

No presente capítulo discutiremos como a implantação da maricultura repercutiu na estrutura urbana do Ribeirão da Ilha.

Porém, nossa análise estaria incompleta se não levássemos em consideração o fato de que quando uma atividade econômica entra em declínio e uma outra ascende para ocupar o seu lugar, como o que no bairro no sul da ilha a partir do anos 1970, todo um conjunto de relações sociais também passam por significativas alterações.

Por isso trataremos aqui das mudanças ocorridas no Ribeirão da Ilha tendo como referência o conceito de paisagem, que pensamos ser mais apropriado para abarcar tanto os impactos urbanos quanto os sócio-culturais e ambientais da substituição da pesca artesanal pela produção maricultora inserida na lógica mercantil capitalista.

Desse modo iniciaremos nossa discussão apresentando a definição de paisagem com a qual trabalharemos.

5.1 TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM

Segundo o dicionário da língua portuguesa, Michaelis, a palavra “Paisagem” significa “extensão de um lugar aberto que se abrange num lance de vista”. Paisagem Cultural é uma porção do território onde o homem imprimiu características próprias a sua cultura.

Milton Santos (2009) conceitua paisagem como a resultante material de todos os processos (naturais e sociais) que ocorrem em um determinado espaço. A paisagem é assim expressão própria de uma sociedade em um período histórico determinado. Os elementos que compõem a paisagem refletem as necessidades e condições próprias a cada etapa da evolução do homem.

Sendo a paisagem composta de objetos naturais e sociais está assim submetida às ações efetuadas pelos seres humanos. Estas ações variam de acordo com as necessidades de cada um individualmente e coletivamente. Desta forma, a paisagem se altera a medida que são alteradas as relações do homem com a natureza.

Para Milton Santos (1999), os “movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram os processos, incitam a novas funções. Do mesmo modo, as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para

atender às transformações da sociedade.” (SANTOS, p. 55) A paisagem funciona como um documento que guarda na sua forma física e/ou representativa da evolução da humanidade.

A história do Ribeirão da Ilha revela que não somente este distrito fez parte de um dos primeiros assentamentos da Ilha de Santa Catarina como também nos relata as peculiaridades de sua ocupação e evolução visto que sua geografia fez com que esta pequena área permanecesse durante décadas isolada das outras freguesias. Além disso, a colonização açoriana registrada nesta área somada ao seu isolamento possibilitou a formação de uma sociedade com características particulares. Estas características se manifestam em sua paisagem

Verificamos que o Ribeirão da Ilha possui em seu espaço e em sua cultura fortes características remanescentes da colonização açoriana em Santa Catarina. Estas características foram identificadas de maneira singular no Ribeirão, visto que a dificuldade de acesso ao sul da ilha até meados da década de 1970 favoreceu a permanência destas características.

Isto, por que, uma das características marcantes das comunidades do interior da Ilha era um forte isolamento social promovendo um universo cultural peculiar. Neste distrito, preservam-se tradições como a Festa de Nossa Senhora do Divino Espírito Santo, Festa de Nossa Senhora da Lapa, a produção das rendas de bilro, das canoas e baleeiras, dos balaios e cestos de cipó, além de atualmente ter se tornado o maior produtor de ostras do Brasil.

A paisagem do Ribeirão da Ilha modificou-se com o trabalho, hoje é pontilhada pelas bóias que suspendem as lanternas submersas de cultivo de ostras e mariscos. (Nór, 2010, p.141).

A nova paisagem conformada evidencia o processo de produção da vida, que pode ser reinventada, sem necessariamente aniquilar o existente, sem extinguir o “espírito do lugar”. (Nór, 2010, p. 142).

A recente homogeneização da cultura florianopolitana tende a transformar todos os pontos da ilha em balneários turísticos (NÓR, 2010). A descaracterização das regiões de antigas vilas açorianas provocou perdas expressivas na paisagem transformando-as em cenários

turísticos. Neste contexto, o Ribeirão da Ilha se desenvolveu com características particulares.

As manifestações culturais que ocorrem no Ribeirão da Ilha representam a permanência de características culturais que se formaram ao longo dos anos. Estas manifestações podem ser expressas no pau-de-fita, e no boi-de-mamão, festas pagãs que ocorriam em espaços e lugares variados. Estas festas ainda ocorrem esporadicamente no Ribeirão e podem ser extintas no momento em que estes espaços forem ocupados com construções ou com outras manifestações trazidas recentemente de fora ou por setores econômicos, institucionais ou sociais da região.

Além dessas manifestações pagãs ocorrem as festas religiosas, já citadas anteriormente, tais como: a Festa do Divino Espírito Santo e a festa da padroeira do bairro Nossa Senhora da Lapa. Ambas as festas ocorrem nas proximidades da Igreja Nossa Senhora da Lapa. Estas manifestações vêm ganhando adeptos a cada ano e a Paróquia de Nossa Senhora da Lapa junto com a prefeitura e alguns donos de restaurantes tornaram estas festas símbolos da representação cultural do Ribeirão da Ilha. Hoje essa festa reúne cerca de 10 mil convidados trazendo benefícios para os proprietários de restaurantes e comerciantes em geral. Porém há discussões sobre a proporção destas festas, principalmente para a população mais preocupada com possíveis depredações no bairro.

Outra festa que tomou proporções maiores é a festa de carnaval conhecida como festa do Zé Pereira. Esta festa tradicional do Ribeirão que ocorria há muitos anos e possuía características peculiares, sendo que uma delas é que durante o passeio atrás da banda as pessoas vestiam-se de fantasmas e andavam com lanternas pelas ruas, e ao fim do trajeto acontecia uma brincadeira chamada “jogar n’água” na qual as pessoas eram jogadas ao mar. Estas peculiaridades permanecem ainda hoje, porém, somente são feitas pelos moradores do bairro que conhecem a tradição.

Todas essas festas que acontecem no Ribeirão da Ilha vão formando um universo cultural particular que têm suas raízes nos espaços físicos e sociais onde ocorrem. Sejam os espaços construídos pelo homem ou os espaços naturais estes refletem os processos de ocupação e desenvolvimento desta comunidade. A contemplação do morro do Ribeirão por seus moradores e, também, por seus visitantes, a diferenciação entre este morro de mata exuberante e dos morros onde a ocupação em massa da população transformou completamente o ambiente natural em ambiente construído refletem as qualidades da paisagem a ser preservada nesta localidade.

O calçamento das ruas em paralelepípedo, onde o automóvel necessita diminuir a velocidade para se locomover, e a estreita faixa de terra entre a areia da praia e o morro fazem com que essa pequena comunidade tenha um convívio social semelhante a pequenas cidades e favorecem de certa forma a permanência de manifestações culturais comuns a todos.

Além da possibilidade de subsistência, essa atividade contribuiu também para a “reaproximação” dos moradores com o mar e para a fixação da população no local. [...] Esse aspecto é considerado bastante relevante para a análise em foco, a maricultura possibilitou a permanência das pessoas em com elas sua cultura. (Nór, 2010, p.141).

5.2 IMPACTOS DA MARICULTURA NA PAISAGEM

5.2.1 Uso e Ocupação do Solo

O solo do Distrito Ribeirão da Ilha é formado por declives íngremes e regiões costeiras. É bastante acidentado e rochoso apresentando apenas duas pequenas áreas planas: uma localizada ao norte, na costa oeste, entre o Alto Ribeirão, a Tapera, a Base Aérea, o Aeroporto e Carianos²⁵; a outra localizada em um vale na Tapera do Sul.

Como consequência desta formação física a população está concentrada nestas duas áreas planas e ao longo da costa, como podemos observar na Figura 17, onde a área com maiores ocupações humana está representada na cor vermelha.

Nas demais regiões predominam a vegetação secundária, utilizada na pecuária, e a agricultura de culturas cíclicas, além de pequenas faixas de vegetação pioneira com influência marítima e fluvial.

²⁵ Nome de origem indígena surgida de uma variante do termo Carijó, o mesmo que Carijó ou Cário (CUNHA, 2007).

Nos últimos anos o crescimento populacional do Ribeirão da Ilha foi apontado como motivo de preocupação. Conforme dados do IBGE, entre 1990 e 2000 a região apresentou um grande aumento. No caso do Alto Ribeirão o crescimento foi entorno de 130% e na Tapera da Base este aumento foi de 250%. Em ambas regiões este crescimento tem se dado de forma desordenada, com o aparecimento de ocupações irregulares (LOGULLO, 2005).

Os dados populacionais do IBGE revelam que o distrito passou a apresentar um crescimento acelerado a partir dos anos 80 impulsionado, de um lado, pelas políticas que favoreceram a expulsão do homem da terra devido o incremento turístico e, de outro lado, a manutenção da população em parte devido ao incentivo dado ao cultivo de moluscos marinhos.

Tendo o turismo provocado à expulsão de moradores antigos das áreas próximas à praia, a maricultura, por outro lado, auxiliou na manutenção da mão-de-obra em sua área de origem e, também, atraiu um número maior de moradores para as áreas de cultivo (LOGULLO, 2005).

Essa atração exercida pela maricultura e pelo turismo de populações para áreas próximas aos principais locais de cultivo, pode interferir, por que não dizer, interfere no estilo de vida dos habitantes locais e no meio ambiente. Esta concentração de população pode causar problemas como aumento de resíduos urbanos e a ausência de saneamento resulta no escoamento de esgotos para o mar.

Assim podemos afirmar junto com Logullo, que

[...] devido ao rápido crescimento, a maricultura tem esbarrado nos interesses de outras atividades sociais e econômicas que desenvolvem na costa e competem por recursos comuns. Entre estas, as que mais se destacam são o turismo, a construção e a expansão dos centros urbanos (LOGULLO, 2005, p.6).

De um lado a maricultura mantém as comunidades tradicionais no local. Mas, de outro lado, atrai a especulação que tende a expulsar estes moradores. A questão é que a balança está pendendo para este último. Isto porque há um processo de concentração de capital já discutido anteriormente.

A maricultura proporcionou a permanência de moradores antigos no distrito bem como favoreceu a vinda de novos moradores para a

região. Ao observarmos o crescimento populacional do Ribeirão da Ilha podemos afirmar que o mesmo se manteve em um patamar médio até a década de 1940 com aproximadamente 4.000 habitantes quadruplicando o seu número de habitantes em 1996, fenômeno observado em várias cidades de porte médio no Brasil, em grande parte devido à expulsão do campo e à “promessa” de uma vida melhor nos centros urbanos. Porém, o crescimento mais substancial ocorreu entre os anos de 1991 e 1996 com um acréscimo de 3.806 pessoas no distrito coincidindo com o desenvolvimento da maricultura.²⁶

Desta forma, a implantação da maricultura acelerou e consolidou o processo de crescimento populacional que já vinha ocorrendo no distrito. A administração pública e os empresários dos restaurantes e empreendimentos imobiliários contribuíram para a intensificação deste processo. De um lado, a administração pública viabilizando os empreendimentos imobiliários e, de outro lado, os empresários canalizando recursos para a exploração do turismo gastronômico.

Verificamos novos usos em áreas que anteriormente eram ocupadas por pequenos produtores e artesãos. Afirmamos junto com Nór, que os “novos usos já materializados representam a nova etapa do capitalismo, que rapidamente ocupa o espaço da forma anterior, a dos pequenos agricultores e pescadores artesanais, e avança com a urbanização e o turismo gastronômico sobre o Ribeirão da Ilha.” (2010, p.140).

Outro aspecto importante é a valorização nos últimos anos de residências situadas em áreas mais atrativas ao turismo, próximas ao mar, geralmente são as que possuem mais valor de venda, além da valorização dos pontos de venda ao longo da Rodovia Baldicero Filomeno, única via de acesso ao distrito do Ribeirão. No entanto, à medida que estes espaços são vendidos vão diminuindo os espaços destinados à guarda dos apetrechos usados no cultivo das ostras e marisco, além de ser nestes locais onde se faz a limpeza e separação do produto, dificultando, desta forma, o desenvolvimento da atividade do maricultor (MACHADO, 2002, p.132).

²⁶ Dados mais detalhados sobre o crescimento populacional do Ribeirão da Ilha já foi discutido no Capítulo 2 desta dissertação.

5.2.2 Adensamento Populacional

O distrito do Ribeirão da Ilha possui um valioso potencial paisagístico, “abrigando planícies de restinga, promontórios rochosos e exuberante vegetação nativa, caracterizando-se pela ocupação esparsa e existência de pequenas localidades.” (LEDO, B.S; SORIANO-SIERRA *apud* MACHADO, 2002, p.103). Situado numa região de estrutura frágil, não comporta ocupações muito densas, pois acarretaria a destruição de suas montanhas de vegetação nativa e de seus rios e de todo o potencial natural necessário ao desenvolvimento da atividade de maricultura.

Nos últimos anos temos observado um grande adensamento de todo o distrito do Ribeirão da Ilha com ênfase na região da Tapera. Esta forte tendência ao adensamento já foi discutida anteriormente por Machado (2002), onde afirma que ainda à época de sua pesquisa estava prevista

a construção de shopping, setores hospitalares, Jardim Botânico, indústrias de alta tecnologia, e novo acesso à habitação para famílias de baixa renda. Tudo foi estabelecido em nenhum momento foi levado em consideração que o ambiente para produção de mariscos e ostras tem que ser resguardado. Ao contrário, é possível que os espaços ainda preservados venham a ser ocupados, o que representará uma perda adicional ao meio ambiente de Ribeirão da Ilha e a interferência na qualidade ambiental necessária à produção de mariscos e ostras. (MACHADO, 2002, p.104-105).

Segundo Nórr (2010), “a partir da década de 90, com a atividade promovida pelas novas atividades econômicas, constatou-se que o distrito do Ribeirão começou a vivenciar problemas com o crescimento desordenado, como ocupação de encostas e margens de rios, desqualificando o espaço urbano e representando riscos para a população de baixa renda e para o meio ambiente.” (p.144).

Este crescimento é incompatível com a atividade de maricultura. Machado (2002), ainda nos faz uma descrição interessante do adensamento iniciado na década de 1970.

As fotos 13 e 14 registram a evolução paisagística de Ribeirão da Ilha em dois momentos distintos, 1976 e 1998 e estabelece o uso que foi dado a zona costeira do distrito. Mostram a intensa ocupação recente, principalmente na região da Tapera, com devastação clara das duas ilhas, o adensamento de construções ao longo da estrada e no sentido dos morros próximos, com nítidos loteamentos morro acima, e ocupação da praia de Naufragados. A intensificação de construções numa área tão frágil e com espaços legalmente protegidos, poderá apresentar, no curto prazo alguns problemas sérios, que interferem no cultivo marinho, a saber: ocupação irregular com devastação da Área de Preservação Permanente; aumento de esgotos e acúmulo de lixo, contaminação das fontes de água, caos no trânsito devido ao aumento populacional e problemas decorrentes da convergência dos acessos, fatores entre outros, que poderão promover e intensificar a contaminação das áreas de cultivo, diminuindo sua qualidade. (MACHADO, 2002, p.105).

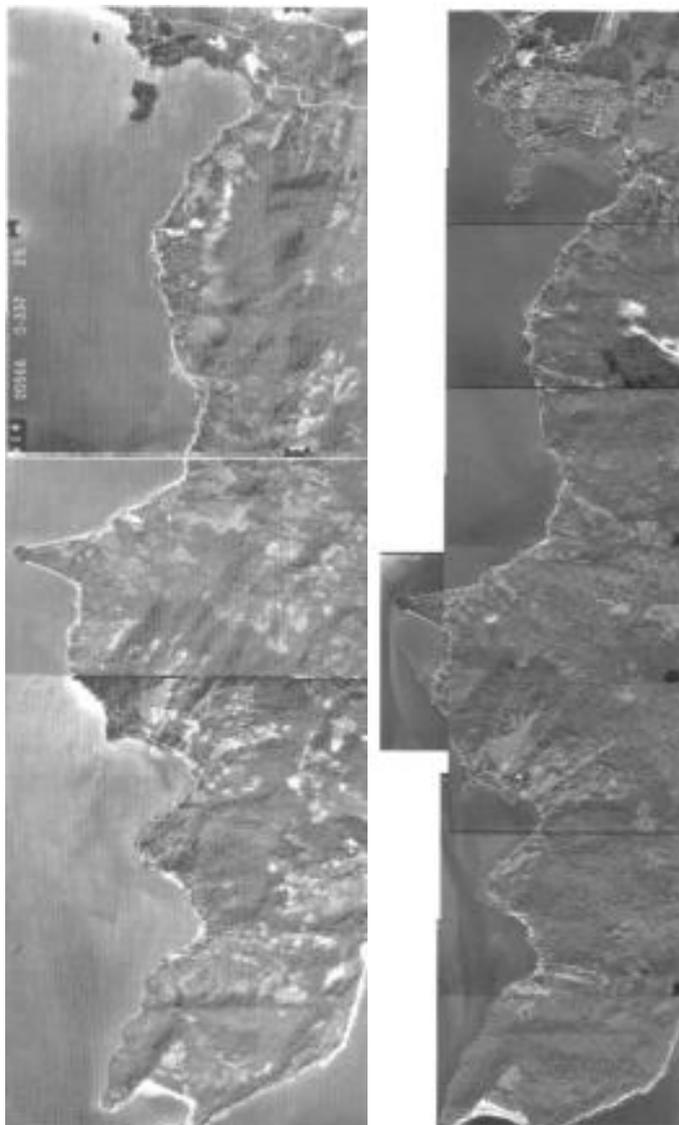


Figura 8 - Ocupação do Ribeirão da Ilha, 1976 e 1998 respectivamente. Fonte: MACHADO, 2002.

A inexistência de infra-estrutura de saneamento básico pode se agravar e causar problemas sérios de saúde, principalmente para a população consumidora de moluscos. Essa ausência associada ao aumento crescente do número de residências interfere no ecossistema ocasionando impactos negativos para outras atividades que produzem renda, principalmente aquelas ligadas ao turismo e a produção de alimentos. Sendo uma área de expansão natural da cidade de Florianópolis com forte tendência de ocupação em percentuais bem elevados, o distrito torna-se um local de grande importância econômica impondo políticas públicas de curto prazo a serem implementadas, entre as quais a implantação de esgoto sanitário que favorecerá a manutenção da qualidade ambiental. (MACHADO, 2002, p.168).

5.2.3 Ocupação do Mar

As Fazendas Marinhas

Existem no Ribeirão da Ilha 36 áreas de cultivo, estas estão divididas em 110 lotes, os quais não estão totalmente ocupados. A EPAGRI possui o cadastro de 94 lotes produtores de moluscos, número este baseado na elaboração de 94 Termos de Ajuste de Conduta²⁷ (TAC), sendo que, destes 94, apenas 73 foram assinados (NASCIMENTO, 2005).

O Ribeirão da Ilha abrange 66,87% da área total destinada à produção de moluscos no município de Florianópolis o que corresponde a 118,7 ha disponíveis para a produção dos moluscos (NASCIMENTO, 2005).

A área costeira do distrito, em estudo, compreende toda a costa da baía sul localizado na Ilha de Santa Catarina. As áreas destinadas ao cultivo de moluscos, local onde se encontram as fazendas marinhas, foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios:

²⁷ “O Termo de Ajuste de Conduta (TAC) atende a Portaria nº 69, de 30 de outubro de 2003, a qual afirma o objetivo de regularizar e enquadrar a situação dos maricultores, submetendo-os a posterior licenciamento ambiental. Somente assinando o TAC o produtor mantém a permissão ao cultivo de moluscos.” (NASCIMENTO, 2005, p.88).

- 1) Serem abrigadas de ventos e correntes fortes;
- 2) Profundidade na meia maré igual ou superior a um metro e meio;
- 3) Afastadas dos locais de tráfego regular e embarcações;
- 4) Afastadas de áreas consideradas fundeadouros de embarcações;
- 5) Afastadas de áreas tradicionais de pesca;
- 6) Afastadas de praias utilizadas para lazer da população e o turismo;
- 7) Afastadas das desembocaduras de rios. Dessa forma, elas foram plotadas dentro da zona considerada não navegável segundo critérios do Ministério da Marinha (MACHADO, 2002, p.144).

Após, estabelecidos os critérios, foram selecionadas 38 áreas. Estas foram encaminhadas à Capitania dos Portos e com base nas Cartas Náuticas originais, sendo a de número 1904 que se refere ao distrito do Ribeirão da Ilha, foram delimitadas às primeiras áreas de cultivo na localidade.

Os espaços selecionados no Ribeirão da Ilha são favorecidos pela existência dos acidentes geográficos que compõem a paisagem local, entre eles: Ponta da *Caiacangamirim*; Ponta das Laranjeiras; Ilha Maria Francisca; Laje das Cocorocas; Baía do Ribeirão; Rio Ribeirão; Ponta *Caiacangaçu*; Ilha das Pombas; Ponta da Tapera; Ponta do Correia; Ponta do Sinal; Saco da Caieira; Ponta do Caetano e Ponta dos Naufragados.

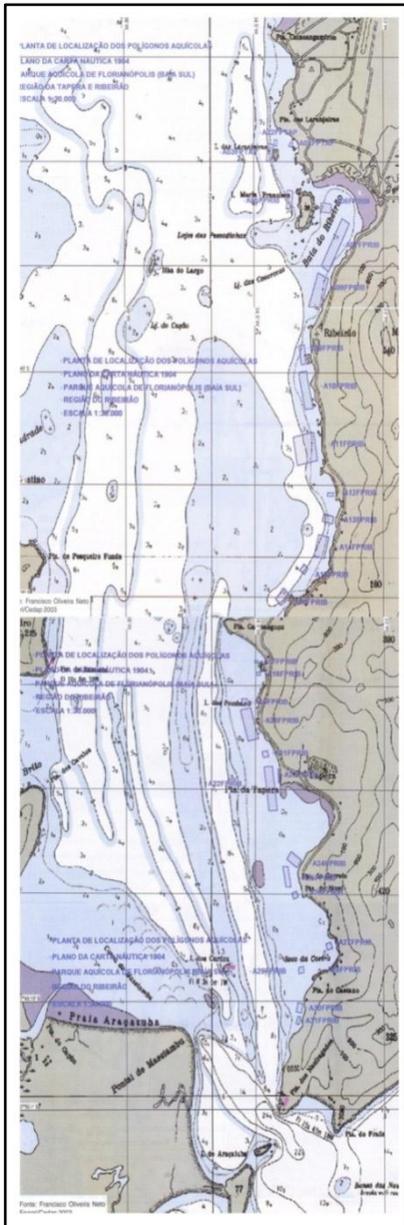


Figura 9 - Áreas de ocupação do parque aquícola do Ribeirão da Ilha. Fonte: NETO, 2003, adaptado pela autora.

Analisando o mapa com a demarcação do parque aquícola da baía sul (Figura 19) conclui-se que em grande parte do litoral sul é permitida à instalação de áreas de cultivo. As instalações destas fazendas possuem influência direta na configuração urbana do distrito.

A localização das fazendas marinhas em áreas de “melhor qualidade”, mais próximas da praia e de mais fácil acesso, auxilia no desenvolvimento do processo de produção, além de implicar em custos mais reduzidos em relação a áreas mais profundas que exigiriam dos maricultores maiores investimentos (MACHADO, 2002, p.164).

Porém, ao mesmo tempo em que a localização das fazendas próximas à areia da praia auxilia na produção, por outro lado, implica em transtornos aos banhistas, aos praticantes de esportes, às embarcações de pesca artesanal e as embarcações de passeio gerando conflitos de interesses entre a população e os maricultores.

Em áreas onde antes existiam antigos atracadouros para barcos de pesca, hoje, encontramos fazendas marinhas para a produção das ostras e mariscos. Podemos citar, como exemplo, o local onde hoje se encontra o Restaurante Porto do Contrato, e que, anteriormente, servia de porto para transporte de mercadorias. Hoje, vemos os molhes de pedra, no qual se acredita ter existido o porto, lado a lado com as fazendas de ostras e mariscos.

Além disso, a implantação das fazendas marinhas iniciadas na década de 1980 provocou grandes alterações na paisagem do Ribeirão da Ilha²⁸ que repercute na qualidade sócio-ambiental do distrito.

Os Ranchos²⁹

Os maricultores necessitam de espaço apropriado para apoio no desenvolvimento da atividade de maricultura, por esse motivo, as fazendas marinhas estão localizadas próximas aos ranchos, nos quais são guardados os apetrechos e onde é feita a limpeza das lanternas utilizadas na produção de ostras e mariscos bem como é o local onde também é feita a separação e o armazenamento dos moluscos. Nos locais onde não existiam estas construções é a implantação das fazendas marinhas que irá determinar a localização.

²⁸ Mais adiante no item sobre as transformações na paisagem retornaremos a este tema.

²⁹ Os ranchos é o nome atribuído pela comunidade aos galpões utilizados no vários tipos de trabalhos executados no mar. Por ser o nome mais utilizado pela comunidade e por alguns autores adotaremos no texto.

A maior parte dos ranchos encontrados no Ribeirão da Ilha eram antes utilizada pelos pescadores artesanais e aos poucos se tornou um espaço para uso dos maricultores. Desta forma, apesar da mudança de atividade há certa similaridade no uso destinado a estas edificações que continuam a servir de apoio no desenvolvimento da atividade.

É interessante destacar que além de se localizarem próximo às fazendas marinhas, um número significativo dos ranchos funciona em uma parte da residência ou próximos a elas o que se torna uma característica comum às comunidades de pesca.

Segundo Lago (1966),

[...] evidência material mais imediata, que denuncia a presença de uma comunidade de pesca, segundo configuração prevalecente, é assinalada quando deparamos um número significativo de galpões que se enfileiram, sem uniformidade e com espaçamentos variáveis entre elas, mantêm-se proximamente das águas oceânicas, lagunares ou ao longo de desembocaduras de rios cujas águas se confundem com as salgadas do mar (p.24).

O Ribeirão da Ilha não é exceção à regra e, podemos verificar isto no mapa de localização destas construções, geralmente, próximo a estes ranchos localizam-se as construções residenciais e estabelecimentos comerciais.

Outro ponto a ser destacado é a valorização dos pontos comerciais e a procura por imóveis próximos à praia, principalmente no verão, tem ocasionado a diminuição da oferta de espaços destinados aos ranchos, essenciais para o desenvolvimento da atividade de maricultura. As residências de maior valor são as situadas em áreas atrativas ao turismo e à medida que são vendidas diminui os espaços destinados à maricultura (ver Figura 20).



Figura 19 - Pontos de venda de ostras e mariscos localizados no Ribeirão da Ilha. Fonte: Autora, março, 2012.

5.2.4 O Comércio

Outro ponto importante é a localização dos restaurantes e dos postos de venda do marisco, também estes, assim como os ranchos, estão localizados próximos ao mar.

Em geral os pontos de venda funcionam nos mesmos locais de guarda de apetrechos e separação do marisco diminuindo assim a distância entre as fases de produção e distribuição. Estes, em sua maioria, estão localizados ao longo da Rodovia Baldicero Filomeno³⁰.

Os restaurantes encontrados no Ribeirão da Ilha seguem as mesmas características dos ranchos em relação à sua localização. A maioria dos restaurantes localiza-se próximos ao mar para que o cliente possa usufruir tanto da culinária quanto da paisagem. Além de a localização ser beneficiada pela proximidade com o mar e com os locais de produção estes estabelecimentos comerciais também beneficiam-se em relação ao acesso, pois os mesmos em sua maioria se localizam entre a areia da praia e a Rodovia Baldicero Filomeno.

Nos últimos anos o Ribeirão da Ilha recebeu o título de rota turística para consumo de mariscos e ostras o que vem provocando um intenso fluxo de turistas em especial na alta temporada. Porém, com inadequação da infra-estrutura viária os transtornos vêm aumentando a cada ano, podendo provocar, em curto prazo, sérios danos ao ambiente e à renda dos comerciantes.

A promoção do Ribeirão como rota gastronômica tem provocado um apelo, por parte dos donos de restaurantes, a uma imagem um tanto fantasiosa no que diz respeito à cultura açoriana. A venda de *souvenirs*, o apelo à gastronomia açoriana com a instalação de um café com doces portugueses, manifestações culturais fora do contexto em que surgiram são apenas umas das alterações provocadas com o intuito de atrair mais turistas interessados numa cultura mercadológica.

Como consequência do cultivo e comercialização de ostras e mariscos, intensificou-se a abertura de restaurantes, tornando o Ribeirão um destacado centro gastronômico especializado em frutos do mar. Essas atividades, associada às belezas naturais e ao casario histórico preservado têm impulsionado o turismo local (Nór, 2010, p. 143).

³⁰ Até a presente data é a única via trafegável de acesso ao Distrito do Ribeirão da Ilha. Mais adiante iremos tratar mais detalhadamente dos acessos.

É inegável que a gastronomia e a maricultura têm dinamizado o turismo no Ribeirão da Ilha, “inserindo novos hábitos, novas atividades econômicas e atraindo cada vez mais pessoas para o lugar.” (Nór, 2010, p. 143), porém, dependendo de como este desenvolvimento ocorrer pode provocar uma variedade problemas aos moradores e aos frequentadores do Ribeirão, os quais trataremos, mais adiante.

A maior parte dos restaurantes localizados na Freguesia do Ribeirão estão instalados em edificações antigas e utilizam a imagem das mesmas como mais um atrativo ao turismo atribuindo certa sofisticação ao negócio (ver Figura 21). Além disso, um dos restaurantes mais conhecido tem instalado trapiches no intuito de prolongar o contato do cliente com o mar (ver Figura 20), criam fachadas coloridas, colocam placas informativas de maneira a atrair o maior número de clientes.



Figura 100 - Trapiche em frente ao Restaurante Ostradamus. Fluxo de navegação inexpressivo. Fonte: Autora, abril de 2012.



Figura 21 - Restaurantes no Ribeirão da Ilha. Ostra da Ilha; Rancho Açoriano; Ostras e Ostras Coisas; Moqueca da Ilha; Umas e Ostras; Vila Terceira; Ostradamus. Fonte: Autora, março, 2012.

5.2.5 Os Acessos

A utilização da Ponte Hercílio Luz a partir de 1926 “provocou uma redução no número de embarcações ligadas ao transporte de pessoas e transporte de produtos oriundos dos pequenos produtores destinados ao comércio.” (NASCIMENTO, 2005, p. XX). Vale lembrar, que o acesso ao Ribeirão se dava principalmente por um caminho natural, a baía sul, com acesso a três portos: Porto do Correia, Porto do Contrato e Porto do Ribeirão. Dois destes portos mantinham contato comercial regular com o porto do centro da cidade, sendo que a maior parte das trocas comerciais ocorriam nos arredores dos portos.

Porém, a infra-estrutura viária passou a ter importância de fato para as atividades econômicas de Santa Catarina e, particularmente, do litoral a partir, principalmente, da construção da BR 101, na década de 1960, ligando o Estado por via terrestre ao Sul e Sudeste do país.

No período anterior à década de 70 a navegação era um importante componente para São Francisco, Itajaí, Florianópolis, Imbituba e Laguna, portos tradicionais de Santa Catarina. Com a expansão do transporte de cargas e passageiros pelas rodovias, os portos de Florianópolis e Laguna foram desativados, exercendo no momento a função de desembarque de pescado e de área de embarque para passeios turísticos em pequenas embarcações. (FIESC, 1998, p.13)

Com isso, passou-se a privilegiar o acesso por vias terrestres, tornando-se o principal meio de entrada ao Ribeirão da Ilha.

Atualmente, não há no Ribeirão da Ilha acesso normatizado por via marítima ou qualquer outro meio alternativo de comunicação, ocorrendo casos esporádicos de transporte de turistas para passeios e visitas turísticas no bairro e nos restaurantes do Ribeirão.

O Distrito do Ribeirão da Ilha possui três vias pavimentadas, de acesso rodoviário e uma estrada rústica, são elas:

- Avenida Deputado Diomício Freitas, com 4 km de extensão, é um prolongamento da Avenida Santos Dumont fazendo a ligação com a Rodovia Baldicero Filomeno que dá acesso ao Ribeirão da Ilha. Nesta Avenida somente é permitido o tráfego com a autorização Força Aérea Nacional, pois se encontra dentro da Base Aérea, toda ela está pavimentada;
- A Servidão Aparício Ramos Cordeiro, com 5 km de extensão, faz a ligação entre o Ribeirão e o Campeche, passando pela Rua José Olímpio, a qual somente recebeu pavimentação em 2007;

- A Rodovia Baldicero Filomeno, com 22 km de extensão, é a via mais importante do Ribeirão, pois além de ser toda ela com pavimentação asfáltica, com exceção da região da Freguesia, é a única via que percorre toda a área costeira do distrito, passando pelo Alto Ribeirão e ligando o Distrito ao Pântano do Sul. Por ser uma via de livre acesso é por ela que se faz todo o transporte de insumos para a produção de mariscos e, também, do produto final, além disso, é por ela que se dá o tráfego de turistas e moradores.
- A Rua Francisco Thomás dos Santos, com 6 km de extensão, é uma trilha de chão batido que liga o Ribeirão ao Pântano do Sul, passando pelo Sertão do Peri, por esta via trafegam apenas veículos de tração animal ou com tração nas quatro rodas.

Em relação às estradas que dão acesso aos cultivos no Ribeirão da Ilha e que também permitem a comercialização da produção, o tipo de pavimentação predominante é o calçamento de pedra. Esta característica da pavimentação do distrito tem suscitado discussões. De um lado, os moradores não aprovam a pavimentação da área histórica, pois isto implicaria na sua descaracterização, além do que, ruas pavimentadas permitem uma maior velocidade dos automóveis acarretando em perigo para pedestres. Por outro lado, este tipo de pavimentação predominante no Ribeirão dificulta o transporte de mercadorias aos postos de vendas localizados em outros bairros.

As dificuldades de acesso terrestre ao Ribeirão têm causado transtornos a todos aos moradores, aos maricultores e até mesmo aos turistas, pois o aumento de fluxo de carros na única via de acesso ao Ribeirão tem dificultado o transporte dos mariscos, além, do que a frequência de barcos de turismo pode ocasionar a contaminação com óleo de cultivo das áreas o que provoca a diminuição ou perda da qualidade do produto.

Assim podemos afirmar junto com Machado (2002),

Outro problema detectado se refere à infraestrutura viária existente, depende de uma única via de acesso para o tráfego viário. Essa deficiência decorre da própria configuração espacial que limita a construção de novas vias de acesso ao local. Isso parece ser preocupante, pois com o aumento populacional observado e o incremento da cadeia produtiva dos cultivos, a tendência de uso da área indica o aumento do

fluxo viário com prováveis dificuldades de deslocamento dos habitantes locais, incremento da poluição sonora, e sérias dificuldades para o transporte e comércio dos moluscos. Além disso, à medida que for facilitado o acesso ao tráfego, favorece-se ainda mais o crescimento do comércio ao longo da rodovia, intensificando a urbanização da área. Isso representa um grande risco para os cultivos e merece estudos para manutenção da qualidade do ambiente se se quiser expandir o setor de forma a atender os preceitos de desenvolvimento sustentável. (MACHADO, 2002, p.168).

Tanto os maricultores quanto os moradores e turistas que freqüentam o distrito, sofrem com a carência de uma infra-estrutura viária adequada. A extinção de outros meios de transportes alternativos ao sistema rodoviário vem provocando a sobrecarga da Rodovia Baldicero Filomeno (Figura 23) o que traz conseqüências danosas à atividade da maricultura, ao comércio e aos moradores.



Figura 112 - Rodovia Baldicero Filomeno. Fonte: Autora, março, 2012.



Figura 12 - Distrito do Ribeirão da Ilha: principais acessos. Fonte: CUNHA, 2007 adaptado pela autora.

5.3 TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

O aumento de estabelecimentos comerciais, especialmente restaurantes de alta gastronomia, juntamente com a paisagem natural acessos possibilitou ao Ribeirão da Ilha se transformar em um importante pólo turístico da capital catarinense.

O fluxo de pessoas que circulam no bairro atualmente é muito maior que no fim do século passado, quando a atividade maricultura estava apenas começando.

Esta realidade trouxe consigo um interesse por parte dos empresários, líderes locais e a comunidade em geral de conservar o tecido urbano, pois a arquitetura açoriana pode ser um elemento de atração para turistas que freqüentam Florianópolis.

Abordaremos, a seguir, alguns dos fatores que levaram à permanência no tecido urbano de traços da colonização açoriana, os novos usos dados a área de preservação bem como os novos usos destinados à areia da praia e ao mar.

A Freguesia do Ribeirão da Ilha, sede do Distrito do Ribeirão, ainda mantém em seu traçado urbano características das determinações portuguesas do início do século XVIII da época em que recebeu os primeiros colonizadores portugueses.

A manutenção do traçado urbano do Ribeirão da Ilha em parte se deve ao relativo isolamento sofrido pelo distrito até meados da década de 1970 quando ocorreu o asfaltamento de parte da Rodovia Baldicero Filomeno. E outra parte, deve-se ao tipo de atividade desenvolvida nesta região ao longo de seu processo histórico. Isto também se explica pelo fato de que, durante muitos anos, subsistiu uma comunidade onde predominava a pesca artesanal, em que o pescador retirava do mar o necessário a sua sobrevivência e a de sua família, e por terem vivido durante muitas décadas com dificuldade de comunicação com o restante da ilha as mudanças econômicas e sociais no Ribeirão da Ilha ocorreram lentamente. Como já discutimos, anteriormente, são as mudanças econômicas e sociais que iram contribuir para mudanças no espaço urbano.

A morfologia da estrutura agrária pré-urbana mantém-se conservada na paisagem do Ribeirão. Os antigos caminhos que organizavam o parcelamento rural e conectavam as moradias dispersas, com o tempo, passaram a consolidar características

mais urbanas, a partir da localização de atividades comerciais e comunitárias, transformando-se em rodovia, a chamada “estrada-geral”. O Ribeirão desenvolveu-se ao longo da rodovia Baldicero Filomeno, paralelo à orla marinha (Nór, 2010, p.127).

No início de sua ocupação o Ribeirão da Ilha se caracterizava-se como uma comunidade agrícola em que a pesca era uma atividade considerada acessória, pois somente acontecia entre as safras e como complemento na alimentação. Aos poucos o empobrecimento do solo e o desmembramento por herança causaram a diminuição da produção provocando o aumento do número de agricultores que se tornavam pescadores artesanais.

Esta comunidade pequeno-produtora e, mais tarde, pesqueira produzia o necessário para a sua subsistência. No entanto, com o desenvolvimento da pesca industrial o pescador artesanal foi impulsionado a procurar ocupações em outras atividades. É neste momento que a maricultura encontra terreno fértil para sua implantação.

Ao mesmo tempo em que a maricultura estimula a implementação de novos empreendimentos comerciais que, por sua vez, modificam o traçado urbano por si só ou por causa do aumento do fluxo de pessoas, também se defende a preservação do patrimônio cultural e arquitetônico presente no local. É uma contradição que, infelizmente, tende a se resolver em detrimento deste último elemento. Isto porque como não há, ainda, no Ribeirão da Ilha, o desenvolvimento de projetos adequados, por parte do poder público, de proteção a este patrimônio é visível uma tendência a descaracterizá-lo ou mesmo substituí-lo para a construção de empreendimentos comerciais ou imobiliários.

Com a atividade turística, as populações locais reinventam seu cotidiano e, nessa reinvenção, corre-se o risco de a lógica turística se sobrepor às tradições locais e à identidade dos lugares, pelo surgimento de novos valores, novas referências e novas expectativas. (Nór, 2010, p. 143).

[...]

O crescimento do turismo no Ribeirão, alicerçado nas belezas naturais, na gastronomia e no patrimônio cultural, se não for acompanhado de uma consistente e bem direcionada política social, tende a comprometer a sustentabilidade ambiental,

a incrementar a especulação imobiliária e a expulsão da população local. (Ibid, p. 146).

Como discutimos anteriormente, as mudanças na paisagem não se limitaram, no caso do Ribeirão da Ilha, a transformações no meio natural ou na estrutura urbana. As próprias relações entre as pessoas, destas com o meio ambiente e o trabalho foram alteradas.

As práticas tradicionais cuja força de trabalho se encontra, em parcela dominante, mobilizada pela atividade pesqueira, compreendida nas suas várias etapas desde a captura até a confecção de utensílios e construção de embarcações, envolvem um conjunto de relações sociais que irão se manifestar na vida cotidiana e nas manifestações culturais e no espaço. Estas comunidades que baseiam suas atividades na pesca possuem características peculiares às quais se emoldurava parte do distrito do Ribeirão da Ilha, mas que vieram sofrendo alterações na medida em que as práticas tradicionais foram sendo substituídas pela produção em série da maricultura em seus moldes mercantis.

Conforme abordamos no Capítulo 1, o espaço é a representação concreta das relações sociais estabelecidas num dado momento histórico. Tentaremos, neste momento, compreender como as transformações no espaço são resultantes de mudanças ocorridas nas relações sociais que, como vimos em nossa discussão teórica, tem como fundamento de suas dinâmicas a categoria trabalho.

O espaço vem se formando ao longo da história. O espaço não é um objeto construído a partir do zero, mas sim resultado de um acúmulo de períodos históricos diferentes. Podemos afirmar, junto com Sposito (1994), que

[...] entendemos que o espaço é história e nesta perspectiva, a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações (p.11).

As transformações ocorridas no espaço são resultantes das mudanças nas relações sociais, e, neste sentido, concordamos novamente com Sposito (1994), quando afirma

O corte no tempo, sem a recuperação histórica, conduz ao estudo de um espaço estático, de uma

cidade apenas formal. É preciso considerar todas as determinantes econômicas, sociais, políticas e culturais, que no correr do tempo dando sustentação às transformações engendradas pelo fluir das relações sociais (p.10).

Partindo desta perspectivas poderemos compreender melhor o Ribeirão da Ilha.

Até meados da década de 1970 este bairro se caracterizava como uma comunidade de pesca, visto que, a maioria dos seus moradores se dedicava unicamente a esta atividade. Porém, com a diminuição do pescado, a venda de lotes dos pescadores às pessoas vindas de fora ocasionando a diminuição dos acessos ao mar. À medida que estas transformações foram acontecendo o quadro social apresentado por estas comunidades era de pauperização. Muitos destes pescadores foram procurar emprego no serviço público no centro da cidade. A especulação imobiliária, o turismo e a urbanização das comunidades pesqueiras tem sido um processo intenso ao longo dos últimos 40 (quarenta) anos. A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca em Santa Catarina, órgão responsável por pesquisas referentes à condição dos pescadores artesanais, faz um resumo preciso do processo sofrido pelos pescadores artesanais ao longo das últimas décadas

[...] o processo de expansão da especulação imobiliária no litoral catarinense a partir dos anos 70 foi intenso devido principalmente ao turismo. A apropriação pelos especuladores das terras devolutas utilizadas pelos pescadores para a prática da agricultura de subsistência deu-se de maneira fácil. O sistema tradicional da pesca e agricultura praticada ao longo da história começou a ser rompido pela venda destas terras aos turistas, a preço de ouro sem o conhecimento dos pescadores. Em decorrência disto o sistema pesca/agricultura ficou inviabilizado na medida que a perda da terra impossibilitou a atividade agrícola. Dessa forma uma atividade que era complementar a outra, esporádica e não permanente teve que se tornar permanente cada vez mais dependente do mercado urbano e de seus produtos industrializados. Sabemos também que é imprescindível para a continuidade da atividade pesqueira a preservação de uma área mínima

destinada aos ranchos de pesca aos portos pesqueiros, etc. a perda deste espaço implica irremediavelmente no abandono da mesma, o que agrava ainda mais a situação que já é crítica e que atinge cada vez mais intensa e realmente o litoral catarinense. O pescador está sendo expulso da praia, obrigado a abandonar a atividade e sobreviver de biscates, trabalhando no verão cuidando de casas de praia ou se transferindo para periferias urbanas em busca de emprego ou subemprego (SUDEPE. COORDENADORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA, 1998, p.04).

As transformações sócio-econômicas ocorridas na cidade de Florianópolis ao longo da década de 1970 com o crescimento do setor terciário e a expansão urbana verificada favoreceram a transformação das comunidades tradicionais agrícolas e pesqueiras em balneários turísticos e, posteriormente, em locais atrativos para a expansão e densificação urbana.

A implantação da maricultura agravou o processo descrito acima, com sua expansão a partir dos anos 80, e provocou transformações no espaço urbano de grandes proporções. A produção, distribuição e comercialização dos produtos oriundos da maricultura ocasionaram e continuam ocasionando uma maior concentração de pessoas na região costeira o que causa conflitos de interesses. De um lado, o maricultor necessita de espaço para a execução da atividade e, de outro lado, os turistas e novos moradores querem usufruir da paisagem privilegiada da baía sul o que acarreta numa procura cada vez maior de imóveis próximos à baía aumentando o preço dos imóveis e provocando a saída dos pequenos produtores das áreas próximas à costa.

Ao se implementar a maricultura nos anos 1970 a idéia original era de propiciar uma alternativa de sobrevivência aos pescadores artesanais sem que seu modo de vida fosse radicalmente alterado. Mas mesmo que a maricultura seja uma atividade ligada ao mar e sabendo que em um primeiro momento ela cumpriu bem o seu papel, mas atualmente a realidade é um pouco diferente.

Os espaços instrumentalizados pela lógica do capitalismo, com a função de multiplicar a produção e o consumo, em regra, convertem o espaço social e a cultura em mercadorias,

modificam as paisagens e acabam por expulsar a memória. (Nór, 2010, p. 143).

Há, na atualidade, um maior incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas ao capital (HARVEY, 1992). Desse modo, muitos lugares passaram a forjar uma imagem distintiva e a investir numa atmosfera de tradição a partir da diversidade étnica e da cultura local, de forma a servir como atrativos tanto para investidores, como para consumidores com poder aquisitivo. (Nór, 2010, p. 144)

A produção de moluscos logo foi inserida no processo de reprodução ampliada do capital, como vimos anteriormente. Ou seja, a autonomia do trabalhador foi sendo aos poucos substituída pelo controle do mercado sobre sua atividade. E atualmente está em estudo até mesmo a mecanização da produção, modelo desenvolvido pelos franceses com os quais os órgãos de apoio à maricultura em Santa Catarina mantém estreitos laços de cooperação. Além disso, vimos que há um contínuo processo de assalariamento dos maricultores.

Já comentamos no Capítulo 3 as conseqüências da inserção da maricultura no mercado. Agora gostaríamos de destacar algo que ainda não foi suscitado: quando o trabalhador já não tem o controle da produção (seja por que o mercado a exerce externamente, seja por que é assalariado e o patrão o exerce diretamente) sua própria subjetividade é reconfigurada. Há um novo conjunto de valores, idéias, concepções que são incorporados ao ser destes trabalhadores.

Outro elemento de essencial importância para a configuração urbana do espaço urbano é a intervenção política que ocorre quando a sociedade estabelece regras e normas de utilização e ocupação do espaço. Tais intervenções são expressas em planos que orientam os agentes públicos na gestão da estrutura urbana. No próximo item veremos como o município de Florianópolis desenvolveu e aplicou tais planos e como eles impactaram na estrutura do Ribeirão da Ilha e em sua dinâmica sócio-econômica

5.4 PLANOS DE DIRETORES E O ORDENAMENTO DA ILHA

Pode-se considerar que as primeiras tentativas de elaboração de planos para o ordenamento do território da Ilha de Santa Catarina ocorreram na década de 1950. Segundo Trindade (2009)

O primeiro plano diretor³¹ de Florianópolis foi elaborado em 1952 e passou a vigorar em 1955. De autoria dos arquitetos gaúchos Edvaldo Paiva, Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, o plano diagnosticou atraso industrial e comercial em Florianópolis, enfatizando a necessidade de crescimento econômico. A Industrialização foi o meio recomendado para atingir esse objetivo, numa clara alusão ao modelo de desenvolvimento de outros centros urbanos e capitais (TRINDADE, 2009, p.96).

Este primeiro plano para a cidade tinha como característica principal a preocupação com a área central da Ilha e com o continente e não considerou o interior insular. A análise feita pelos arquitetos, Paiva, Ribeiro e Graeff, indicavam uma tendência industrial para que a capital rompesse o atraso diagnosticado.

O plano de 1955³² “não considerou o interior insular e seu potencial para a expansão urbana e turística. O turismo foi mencionado apenas como uma possível função complementar, subestimando sua importância econômica (...)” (Ibid, 2009, p.96).

Em 1967 começa a ser elaborado um novo plano diretor para Florianópolis o Plano de Desenvolvimento Integrado da Área Metropolitana de Florianópolis. Este plano foi desenvolvido pelo Escritório de Planejamento Integrado coordenado pelo arquiteto Luís Felipe Gama D’êça, ficando conhecido como Plano Gama D’êça. De caráter desenvolvimentista o segundo plano foi aprovado em 1976³³.

Mais tarde, em 1977, um ano após a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, foi criado o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF)³⁴ “com o propósito de elaborar as diretrizes de desenvolvimento para o aglomerado urbano de Florianópolis, intensificam-se as ações e a elaboração de leis de caráter urbanístico.” (FAUTH, 2008, p.53).

³¹ “O Plano Diretor é um conjunto de princípios, regras, instrumentos, projetos e ações que visam orientar o desenvolvimento local sob os aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais e institucionais de organização territorial.” (IPUF, 2007, p.3).

³² Lei 246/55, responsável pela aprovação do “Código Municipal de Florianópolis”.

³³ Lei 1440/76, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI).

³⁴ “Criado em 1977 para ser um órgão de planejamento integral e com visão metropolitana, o IPUF já elaborou planos diretores para todos os 438 km² do território municipal e dois planos de desenvolvimento distritais, utilizando uma política de desenvolvimento raramente explícita.” (ATLAS DE FLORIANÓPOLIS, p.134).

No ano de 1985, a Lei Municipal N° 2193/85, tem como objetivo principal dispor sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina, declarando-os área especial de interesse turístico.

No Plano Diretor dos Balneários, como ficou conhecido o plano de 1985, o desenvolvimento turístico dos balneários assumiu uma posição de destaque passando a nortear a proposta de planejamento como, podemos observar, em artigos da referida lei:

Art. 2° As disposições da presente Lei aplicam-se ao território delimitado no mapa do anexo I, e formado pelos distritos de Santo Antônio de Lisboa, Ratoles, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul.

Art. 3° Os balneários da Ilha de Santa Catarina a que se refere o artigo anterior, são declarados **ÁREA ESPECIAL DE INTERESSE TURÍSTICO** na forma dos artigos 12 e 21 da Lei Federal n° 6513 de 20 de dezembro de 1977, e do art. 127 da Lei Complementar de novembro de 1975, do Estado de Santa Catarina. (ESTADO DE SANTA CATARINA, Lei N° 2193/85).

Segundo Trindade (2009) o Plano Diretor dos Balneários propôs dois elementos básicos para a ocupação do interior da ilha.

Balneários como Campeche, Canasvieiras, Jurerê e Pântano do Sul foram considerados áreas de urbanização, enquanto que em núcleos tradicionais como Ribeirão da Ilha, Caieira e Sambaqui foram previstas ocupações urbanas lineares. Completando a proposta, uma série de rodovias seria responsável por interligar essas áreas, possibilitando o estabelecimento de um circuito turístico. (IPUF, 1984; *apud* TRINDADE, 2009, p.101).

Em relação ao Ribeirão da Ilha, conforme o zoneamento do Plano Diretor dos Balneários, apenas a Freguesia é considerada área de preservação cultural por se tratar de um núcleo urbano considerado tradicional (ver Figura 25).

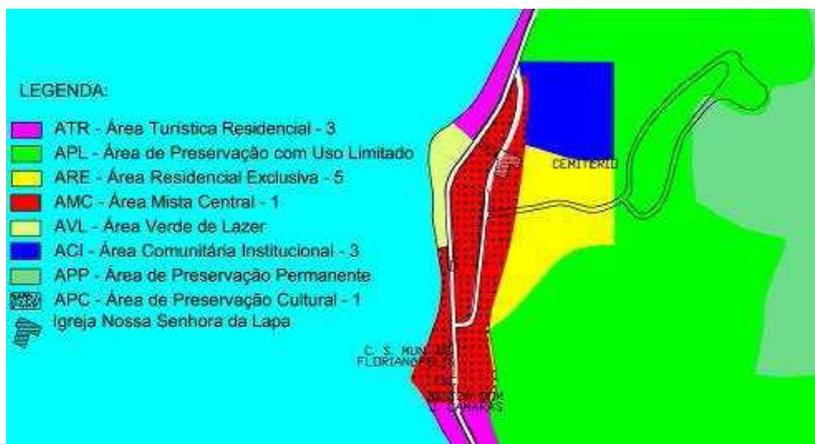


Figura 13 - Zoneamento Freguesia do Ribeirão. Fonte: IPUF, 2005.

Contudo, o Plano Diretor dos Balneários ao estipular a função balneária para o interior da ilha favoreceu uma ocupação urbana de caráter sazonal trazendo conseqüências negativas para a população local. Com o passar do tempo a população local incorporou as mudanças econômicas ocorridas com a introdução do turismo e passou a usufruir desta nova dinâmica econômica. Porém,

O modo como foram exploradas estas regiões litorâneas contribuiu para o crescimento intensivo dos então balneários da Ilha, demonstrando, em parte, a fragilidade do Plano Diretor dos Balneários (Lei Municipal n. 2.193/85), pois seus objetivos ambientais e culturais e o modelo espacial proposto expresso no zoneamento e nos índices urbanísticos se contradizem. Se por um lado, pensou-se na preservação ambiental e cultural, ao mesmo tempo intensificou-se a ocupação destes espaços ditos protegidos, através de incentivos ao turismo de massa, principalmente na orla da Ilha. Algumas regiões foram demasiadamente exploradas, outras até hoje não possuem a infra-estrutura adequada para o recebimento do grande número de turistas,

prejudicando inclusive esta indústria – o turismo.
(FAUTH, 2008, p.56)

Em 1997, após a elaboração de diversos planos e a alteração constante dos mesmos através de decretos, tem-se a aprovação de uma única lei que contempla toda a região do Distrito Sede³⁵. Assim, a lei que institui o Plano Diretor do Distrito Sede é a Lei Complementar N° 001/97 que, segundo Fauth (2008), a Prefeitura Municipal de Florianópolis afirma que a referida lei teve como finalidade “*“unificar em um só documento um conjunto de leis esparsas”*”, bem como contrapor-se a uma “*“defasagem de vinte anos na legislação, e pôr fim a um emaranhado de leis urbanísticas desatualizadas e de complicada aplicação”*” (PMF apud FAUTH, 2008, p.57).

A discussão sobre o Plano Diretor dos Balneários e o Plano Diretor do Distrito Sede são de grande importância para nossa pesquisa, pois estes dois planos em conjunto abrangem todo o município de Florianópolis e vigoram até o presente momento. Porém, o Plano Diretor dos Balneários valorizou excessivamente o turismo em detrimento de outras atividades econômicas ligadas ao mar. O que veio a determinar uma ocupação intensiva das áreas próximas à costa por casas de veraneio, hotéis, pousadas e restaurantes.

Em 2001 a Lei Federal N° 10.257/01 – Estatuto da Cidade “tornou obrigatória a chamada “gestão democrática da cidade”, envolvendo a criação de órgãos colegiados, orçamento participativo, audiências e consultas públicas e sujeitando o Prefeito que não cumprir esta Lei a crime de improbidade administrativa.” (FLORIANÓPOLIS, p.134). Desta forma,

o Estatuto da Cidade [...] exige um Plano Diretor configurado como um instrumento abrangente, integrado e participativo, que indique caminho nos diversos aspectos físicos, sociais, econômicos e institucionais do Município, tornando o planejamento urbano a linha mestra das administrações municipais, a dirigir até o orçamento anual e pluri-anual. Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento do Município tornaram-se indissociáveis dos aspectos urbanísticos e passa a ser mais importante

³⁵ Composto pela área central e bairros adjacentes da Ilha e os bairros do continente.

conhecer aquelas adotadas no IPUF. (FLORIANÓPOLIS, p.134).

Atualmente, um novo plano diretor para Florianópolis tem sido discutido e elaborado com base nas determinações do Estatuto da Cidade. Este plano tornou-se conhecido como Plano Diretor Municipal Participativo de Florianópolis (PDP-Fpolis). Segundo IPUF (2005),

A concepção de Plano Diretor Municipal Participativo [...] faz parte do arcabouço legal vigente, desde o nível federal até o municipal, cabendo-lhe observar especificamente o que dispõe a Constituição Federal, a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município, além demais novo instrumento incorporado a política urbana do Brasil, o Estatuto da Cidade, a Lei Federal 10.257/2001 (p.2).

Os objetivos deste plano é a atualização da legislação municipal; elaboração de um diagnóstico do município; propor diretrizes de atuação da gestão; propor programas, projetos e obras prioritárias; dentre outras questões.

Florianópolis é internacionalmente conhecida como um dos principais pólos turísticos do Brasil. Durante o verão a capital do estado recebe duas vezes o número de habitantes. Além disso, o crescimento da urbanização tem favorecido a ocupação inadequada. Segundo IPUF (2005), “40% da urbanização é clandestina, o que implica em ocupação de áreas protegidas, carências de infra-estrutura e conseqüente degradação da paisagem natural e poluição de praias e cursos d’água.” (p.4).

O aprofundamento destes problemas pode acarretar na estagnação ou declínio de uma das principais fontes de renda do município. Por este motivo justifica-se a necessidade de Planos Diretores que assegurem um desenvolvimento sócio-econômico sustentável. Bem como uma legislação que abarque toda a região costeira da Ilha de Santa Catarina.

Desta forma, para que a maricultura continue a se desenvolver é necessário que os planos para a cidade levem em consideração a necessidade da preservação da mata, do não adensamento dos balneários, de forma a se manter um desenvolvimento que não contribua para a destruição do ecossistema da ilha que teria como conseqüência o fim da maricultura.

5.4.1 Ocupação da Orla

Em 1988 é instituído o Plano de Gerenciamento Costeiro, Lei N° 7.661, “o PNGC visará especificamente a orientar a utilização racional dos recursos na Zona Costeira, de forma a contribuir para elevar a qualidade da vida da população, e a proteção do seu patrimônio natural, histórico, étnico e cultural.” (BRASIL, 1988). Este plano torna-se um importante instrumento de ordenamento e proteção de toda a costa brasileira.

O Plano de Gerenciamento Costeiro considera Zona Costeira o “espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas pelo Plano.” (BRASIL, 1988).

Mais tarde, em dezembro de 2004 no Decreto N° 5.300 é regulamentada a Lei 7.661/88. Este Decreto dispõe sobre as regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima. Em seu Art. 1º, dispõe:

Art. 1º Este Decreto define normas gerais visando a gestão ambiental da zona costeira do País, estabelecendo as bases para a formulação de políticas, planos e programas federais, estaduais e municipais.

Segundo o Decreto N° 5.300, orla marítima “é a faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre terra e mar”. (Brasil, 2004).

Em abril de 2005 o Governo do Estado de Santa Catarina institui a Comissão Estadual para o desenvolvimento do Projeto Orla. Esta Comissão tem a função de coordenar o Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro (GERCO).

O Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla) é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), e busca contribuir, em escala nacional, para a aplicação de diretrizes gerais de disciplinamento de uso e ocupação da Orla Marítima. Este projeto tem como uma de suas funções criar interfaces com os diversos usos da orla.

Art. 23. O planejamento das atividades portuárias, aquícolas e turísticas devem contemplar as normas

definidas pelo Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Art. 24. Os Planos de Desenvolvimento Locais da Maricultura deverão se adequar as presentes normas e critérios ora estabelecidos.

Art. 25. As ações regionais de turismo, bem como os Planos de Desenvolvimento desta atividade, deverão estar compatibilizadas com o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro, e inseridos nos demais instrumentos, dispostos no art. 6º.

Art. 26. As atividades de implantação, expansão e modificação das instalações portuárias devem estar compatibilizadas com o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, conforme a Resolução da Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM) nº06/98, que institui a Agenda Ambiental Portuária.

Art. 27. Na implantação de planos diretores municipais, obras e atividades públicas e privadas deverão ser obrigatoriamente seguidos os instrumentos do Gerenciamento Costeiro pertinentes, de forma a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população. (ESTADO DE SANTA CATARINA, 2006).

Os objetivos do Projeto Orla são: “Compatibilizar as políticas ambiental, patrimonial e urbana no trato dos espaços litorâneos, especialmente em áreas sob domínio da União, por meio de uma ampla articulação entre os três níveis de governo e a sociedade”. (ESTADO DE SANTA CATARINA, 2010). Esta lei ainda está em discussão através de uma comissão constituída pela prefeitura e não foi aprovada e nem implementada.

Tanto o Plano de Gerenciamento Costeiro (Gerco) quanto o Projeto Orla em tese são instrumentos importantes de racionalização do uso e da ocupação da orla marítima. Porém, há necessidade de uma efetiva aplicação e fiscalização de suas diretrizes para que sua proposta

venha a trazer benefícios ao Ribeirão da Ilha visando um uso sustentável de seus recursos.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ribeirão da Ilha já não é mais o mesmo! Esta afirmação que pode ser ouvida dos moradores mais antigos da região, expressa a percepção do senso comum de um fenômeno real. De fato o distrito localizado no sul da Ilha de Santa Catarina, vem passando por profundas transformações desde o final dos anos 1970 e que prosseguem até os dias de hoje.

Ao analisarmos este fenômeno concluímos que sua dinâmica decorre das mudanças verificadas, neste período, nas relações de produção, que passaram da pesca artesanal de auto-consumo, como atividade econômica predominante, para a produção de moluscos voltada ao mercado.

Assim, nos últimos vinte anos o trabalho daqueles que sobrevivem do mar foi sendo pouco a pouco integrado à reprodução ampliada do capital. A produção de subsistência torna-se mercantil e os pequenos produtores, seguindo a lógica própria da economia capitalista, têm dificuldades de se manter mediante a competição de grandes empresas que passaram a investir na maricultura ao perceberem o potencial deste mercado.

Deste modo, há uma forte tendência à concentração de capital na estrutura produtiva da maricultura em geral e em particular no distrito do Ribeirão da Ilha.

Isto pode conduzir a um processo de assalariamento daqueles que ainda têm a posse dos meios de produção. Este fenômeno já foi verificado no momento em que a pesca artesanal foi rivalizada com a pesca industrial. Os pescadores artesanais não podendo competir com grandes empresas de pesca terminaram, em sua maioria, vendendo sua força de trabalho para garantir a sobrevivência.

No Ribeirão da Ilha a organização dos maricultores em cooperativas tende a impedir que este processo se desenvolva de forma mais veloz. Porém, ele está ocorrendo. Somente uma maior e mais efetiva organização poderá possibilitar aos pequenos produtores a sobrevivência no ramo da maricultura. Caso contrário, o assalariamento, mais cedo ou mais tarde, ocorrerá irredutivelmente.

Todas estas mudanças no âmbito da produção também proporcionaram enormes transformações na estrutura sócio-espacial do distrito.

A maricultura atrelada ao turismo contribuiu para significativas transformações sócio-espaciais, dentre elas, podemos destacar: o aumento de estabelecimentos comerciais, especialmente restaurantes de alta gastronomia provocando uma maior ocupação e valorização da orla; houve uma revalorização do patrimônio histórico como mais um instrumento de atração do turismo; o congestionamento da única via pavimentada de acesso provocando transtornos aos moradores e à maricultura; o adensamento da região da Tapera e do Alto Ribeirão são algumas destas transformações que indicamos ao longo desta dissertação.

Tais mudanças configuram-se como resultado das transformações verificadas na própria estrutura econômica presente no distrito. E quando falamos em economia, referimo-nos à relação do homem com a natureza na qual, por meio de uma atividade que lhe é própria, o trabalho, transforma o meio natural, como finalidade de produzir valores de uso, e ao mesmo tempo constrói o mundo social.

Como vimos ao longo desta dissertação, ao relacionar-se com a natureza no processo produtivo o homem também produz o espaço em que vive. Tanto os objetos que resultam do trabalho quanto o mundo natural transformado por esta atividade e as relações sociais nela presentes constituem a estrutura espacial que se apresentará como ambiente social a partir do qual o homem executará novamente sua atividade em um movimento ininterrupto de auto-construção, como seres humanos, e de formação do espaço em que elementos naturais e sociais formam uma unidade complexa.

Quando voltamos nossas atenções para o Ribeirão da Ilha podemos perceber que este distrito, dado seu peculiar desenvolvimento, representa um local privilegiado para analisarmos como natureza e sociedade constituem uma totalidade complexa, fundamentada nos atos de trabalho. No distrito pudemos verificar como na medida em que as relações de trabalho mudam a partir dos anos 1980, toda a paisagem da região também passa por significativas alterações. E isto no sentido mais amplo do termo, ou seja, não nos referimos apenas à estrutura física (edificações, estradas, etc.) mas, também, aos aspectos relacionados à subjetividade dos moradores e trabalhadores que vivem do mar e às manifestações culturais no Ribeirão da Ilha.

Não poderíamos precisar até onde estas transformações sócio-espaciais ocorridas no Distrito seriam positivas ou negativas. Porém, se pensarmos no que vem ocorrendo no Ribeirão da Ilha torne-se um simples cenário, perdendo sua real importância, como patrimônio

histórico, para agradar aos visitantes. Ou que aqueles que vivem do mar e habitam na região, fazendo parte da paisagem local tornem-se assalariados e passem a morar em outras localidades dado o seu empobrecimento e à especulação imobiliária.

Por outro lado, as transformações também impulsionaram a formação de cooperativas que além de organizar a atividade dos maricultores da região também estimularam o debate político criando uma cultura de discussão e de tomada de decisão coletivos bem como de reivindicação de direitos junto aos poderes públicos

Talvez o aprofundamento desta consciência política nos trabalhadores possa fazer frente aos reflexos negativos desencadeados pela inserção da maricultura na reprodução ampliada do capital. Porém, há limites para a participação popular nas macro-políticas do modelo econômico vigente. Por isso, é mesmo fundamental que comecemos a refletir sobre um novo modelo que possa congrega o respeito ao meio ambiente com a melhoria de vida de todas as pessoas, a ampliação do acesso a bens e serviços com a preservação do patrimônio histórico e cultural das comunidades tradicionais. Este deve ser o norte para quem quiser pensar uma solução efetiva para os problemas encontrados hoje no distrito do Ribeirão da Ilha e em uma infinidade de outras pequenas comunidades espalhadas pelo país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Julio Cesar Lopes. **Sustentabilidade econômica da atividade pesqueira em Santa Catarina**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, Volume 42, Número 2, p,401-414, Outubro de 2009.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Os Açorianos**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1951.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

CAMPOS, Edson Telê. **A Expansão Urbana na região metropolitana de Florianópolis e a dinâmica da indústria da construção civil**. Florianópolis: Insular, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CARUSO, Mariléa M. Leal; CARUSO, Raimundo C.. **Vida e Cultura Açoriana em Santa Catarina**. Edições da Cultura Catarinense, 1997.

CEPA/EPAGRI. **Custo de Produção de Ostra Cultivada**. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis. Editora da UFSC, 1999.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (CODESUL). **A Realidade Pesqueira em Santa Catarina**. Florianópolis, 1968.

CÓRDOVA, Raquel Vieira. **Ficar em Terra: O Processo de Migração de Profissionais da Pesca**. Florianópolis, 1986.

COSTA, S.W.; GRUMANN, A.; OLIVEIRA NETO, F.M. de; ROCKZANSKI, M.; **Cadeias produtivas do Estado de Santa Catarina: Aqüicultura e pesca**. Florianópolis: Epagri, 1998.

CUNHA, Daniela Bussolo. **Freguesia do Ribeirão da Ilha: Proposta de requalificação espacial e ambiental**. (TCC). Florianópolis: UNISUL, 2007.

EPAGRI. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2009-2010**. Florianópolis: EPAGRI, 2010.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei Nº 2193**. Dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo balneários da ilha de santa Catarina, declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providências. 1985.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto Nº 3.077**, de abril de 2005. Institui a Comissão Estadual para o Desenvolvimento do Projeto Orla. 2005.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei promulgada nº 13.553**, de 16 de novembro de 2005. Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro. 2005.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto Nº 5.010**, de 22 de dezembro de 2006. Regulamenta a Lei nº 13.553, de novembro de 2005, que institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e estabelece outras providências. 2006.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto Nº 1.591**, de 12 de agosto de 2008. Constitui o Comitê Integrado para o Planejamento Territorial da Região Costeira e dá outras providências. 2008.

FAUTH, Gabriela. **Legislação Urbanística e Ocupação do Espaço: o caso do Campeche**. (Dissertação. Orientador: Gilcéia Pesce do Amaral e Silva). Florianópolis: UFSC, 2008.

FIESC. **Santa Catarina em dados**. V.9, Florianópolis, 1998.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE FLORIANÓPOLIS FRANKLIN CASCAES. **Florianópolis: uma síntese histórica**. 3ª Ed. Revista. Florianópolis: Franklin Cascaes Publicações, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica no Brasil**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1998.

GALVÃO, Luiz Gonzaga. **A pesca no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: ACARPESC, 1971. (Bibliografia Consultada)

GOMES, Oswaldina Cabral. **A Pesca**. Florianópolis: Faculdade Catarinense Filosofia, 1956. (Bibliografia Consultada)

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IPIUF [INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS]. **Plano diretor de uso do solo dos balneários da Costa Norte da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 1978.

IPIUF [INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS]. **Plano diretor dos balneários e do interior da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 1984.

IPIUF [INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS]. **Atlas do município de Florianópolis**. Florianópolis: Prefeitura Municipal, 2004. PMF [PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS].

IPIUF [INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS]. **Termo de referência para a adequação do plano diretor municipal participativo**. Florianópolis: Prefeitura Municipal, 2005. PMF [PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS].

LACERDA, Eugenio Pascele. **O Atlântico Açoriano: uma antropologia dos contextos globais e locais da açorianidade**. (Tese). Florianópolis: UFSC, 2003.

LAGO, Paulo Fernando. **Condições sociais e econômicas do pescador artesanal e aspectos da atividade pesqueira em Santa Catarina.** Florianópolis, 1966.

LESSA, Sergio. **Para Compreender a Ontologia de Lukács.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Ilha de Santa Catarina: O Turismo em Debate** in PEREIRA, Nereu do Vale (org.). Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002.

LOGULLO, Ricardo Tiburtius. **A Influência das Condições Sanitárias sobre a Qualidade das Águas para a Maricultura no Ribeirão da Ilha – Florianópolis, SC.** Florianópolis: UFSC, 2005. (Dissertação)

LUZ, Sergio Ribeiro da. **Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua População: 1810-1930.** (Dissertação). Florianópolis: UFSC, 1994.

LUZ, Aujor Ávila. **Santa Catarina, quatro séculos de história XVI ao XIX.** Florianópolis: Ed. Insular, 2000.

MACHADO, Márcia. **Maricultura como Base Produtora Geradora de Emprego e Renda: Estudo de Caso para o Distrito de Ribeirão da Ilha no Município de Florianópolis – SC – Brasil.** Florianópolis: UFSC, 2002. (Tese).

MARIANO, Adriana; PORSSE, Melody. Programa de Desenvolvimento Sustentável da Maricultura. In: OLIVEIRA, F. M.; BARBOSA, H. B.; TEIXEIRA, M. A. **20 experiências de gestão pública e cidadania.** São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 2005, 348p.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** São Paulo: Bertrand Brasil, 1994.

_____, Karl. **Para a Crítica da Economia Política do Capital**. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1996.

_____, **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Ed. Moraes, s/d.

MELO, Osvaldo Ferreira de (coord.). **História Sócio-Cultural de Florianópolis**. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1991.

NASCIMENTO, Cristiano do. **Da Pequena Produção Mercantil Pesqueira ao Cultivo de Moluscos: Litoral Catarinense**. Florianópolis: UDESC, 2005. (TCC).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Introdução ao Método da Teoria Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Rio de Janeiro: Ed. CFESS, s/d.

NOGUEIRA, Zilas. **As Determinações Ontológicas do Valor e a Valoração**. (Dissertação de mestrado). Campina Grande: UFCG, 2003.

NOR, Soraya. **Paisagem e Lugar como Referências Culturais Ribeirão da Ilha – Florianópolis**. (Tese, Orientador: Margareth de Castro Afeche Pimenta). Florianópolis: 2010.

PEREIRA, Nereu do Vale; PEREIRA, Francisco do Vale; NETO, Waldemar Joaquim da Silva. **Ribeirão da Ilha: Vida e Retratos**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 1991.

PETRIELLI, Fernanda Almeida da Silva. **Viabilidade Técnica e Econômica da Utilização Comercial das Conchas de Ostras Descartadas na Localidade do Ribeirão da Ilha, Florianópolis, Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2008. (Dissertação).

PIAZZA, Walter F. **A epopéia Açórico-Madeirense 1747-1756**. Florianópolis: Lunardelli, 1992.

PIMENTA, M. de C. A. (org.) **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

PMF [PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS]. **Geoprocessamento Corporativo de Florianópolis**. 2009. Disponível em: http://geo.pmf.sc.gov.br/geo_fpolis/.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Decreto no 14.596**, de 31 de dezembro de 1920. Regula o arrendamento de terrenos de mangue de propriedade da União. Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil. Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, [sd].

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Lei no 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Diário Oficial [da] República dos Estados Unidos do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 16 set. 1965.

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. **Lei no 6.766**, de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. D.O.U. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1979.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei no 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 09 set. 1981.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Resolução CONAMA no 04**, de 18 de setembro de 1985. Dispõe sobre a caracterização das Reservas Ecológicas, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Conselho Nacional do Meio Ambiente, Brasília, DF, 20 jan. 1986.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei no 7.661**, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 18 mai. 1988.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Resolução CIRM no 01**, de 21 de novembro de 1990. Aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). DOU 27 de nov. de 1990.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei no 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jul. 2001.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Resolução CONAMA no 303**, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de Preservação Permanente. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Conselho Nacional do Meio Ambiente, Brasília, DF, 13 mai. 2002.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto Lei 4.895**, de novembro de 2003. Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades em áreas de posse da União.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto nº 5.300** de 7 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. 2004.

SANTO, Thaís Gonçalves. **O Papel da Maricultura na Socioeconomia da Comunidade de Produtores de Moluscos Associada e Cooperada do Ribeirão da Ilha, Florianópolis – Santa Catarina: Problemática e Perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Nova História de Santa Catarina**. 5. Ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

SANTOS, Milton. **A Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____, **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____, **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (1ªed. 1973).

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA PESCA. COORDENADORIA REGIONAL DE SANTA CATARINA. **Diagnóstico da pesca do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: 1988.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização: Núcleos Urbanos na História, Revolução Industrial e Urbanização, A Cidade Moderna: Para Onde?** São Paulo: Contexto, 1994.

TRINDADE, Larissa. **Os Manguezais da Ilha de Santa Catarina frente a atropização da paisagem**.(Dissertação, Orientador: Drª. Sonia Afonso). Florianópolis: UFSC, 2009.

VARZEA, Virgílio. **Santa Catarina: A Ilha**. Florianópolis: Lunardelli, 1985.

VEIGA, Eliane Veras da; PACHECO, Joel; TEIXEIRA, Maria de Fátima. **Ribeirão da Ilha: Patrimônio Histórico e Arquitetônico**. (TCC). Florianópolis: UFSC, 1983.

_____. Eliane Veras da. **O Conjunto arquitetônico do Ribeirão da Ilha: importância da sua preservação**. Florianópolis: Revista *Ágora*, v.4, n.8, p.26-32, 1988.

_____. Eliane Veras da. **Florianópolis: Memória Urbana**. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2008.

VIDOR, Vilmar. **Industrialização e Urbanização no Nordeste de Santa Catarina**. Blumenau: Ed. FURB, 1995.

SITES CONSULTADOS:

www.fortalezasmultimedia.com.br / acessado em 30/10/2011.

www.encyclopediasimpozio.com.br / acessado em 30/10/2011.

www.ibge.gov.br / acessado de 01/01/2011 até 01/03/2012.

ANEXOS

ANEXO – 01

MANIFESTO DO REPRESENTANTE DOS MARICULTORES

MANIFESTO DO REPRESENTANTE DOS MARICULTORES

Prezados Senhores, Prezadas Senhoras

Como representante dos maricultores no Conselho Municipal de Saneamento Básico, sinto-me no dever de prestar contas publicamente de minha atuação e informar à comunidade sobre as recentes e graves decisões tomadas neste Conselho.

Para nós maricultores, esta semana será decisiva. As negociações do Conselho Municipal de Saneamento / CASAN / Prefeitura com o Ministério das Cidades (incluindo também a participação do gabinete da Senadora Ideli) resultou em um ACORDÃO DO PODER PÚBLICO em que a Baía Sul foi a maior prejudicada. Entre as duas propostas apresentadas no Conselho, a primeira de não permitir lançamento de esgotos tratados em hipótese alguma para o Rio Tavares e a segunda de permitir o lançamento de esgoto tratado no Rio Tavares até a conclusão do emissário submarino do Sul da Ilha, foi aprovada a segunda, por 16 votos contra um. Desta forma, foi aprovado o lançamento de esgoto tratado na Baía Sul, onde deságua o Rio Tavares.

Defendi veementemente no Conselho Municipal de Saneamento Básico, a posição do Núcleo Distrital do Ribeirão da Ilha e da Associação de Maricultores do Sul da Ilha - AMASI, de não permitir lançamento de esgotos ou efluentes de estação de tratamento de esgoto (ETE) diretamente ou indiretamente (através do Rio Tavares) no interior da Baía Sul. Esta posição tomada na comunidade visa defender o maior patrimônio da região: a água de boa qualidade para a pesca artesanal, para a maricultura, para o turismo, para a gastronomia, para o lazer aquático, para a paisagem e muito mais, atividades estas que estão na base da sustentabilidade social, econômica e ambiental do Distrito do Ribeirão da Ilha. Jogar efluentes das estações de tratamento de esgotos nas baías é dar início a um processo institucional, promovido pelo poder público, de inviabilização do extrativismo do berbigão, da maricultura e da pesca artesanal, com reflexo no turismo, na gastronomia e no artesanato. Portanto, esta posição irresponsável do Conselho, compactuada pelo Ministério das Cidades pode efetivamente causar um grande impacto ambiental ao manguezal do Rio Tavares, à extração de berbigão da Reserva Extrativista do Pirajubaé, e por fim, chegar a

atingir a maricultura como um todo, pois quem comeria uma ostra crua de uma área que recebe esgoto, mesmo tratado? A Ilha apresenta características ambientais peculiares com ecossistemas de grande fragilidade, especialmente os manguezais localizados nas áreas protegidas dos ventos e ressacas, berço da vida marinha (viabiliza a pesca artesanal). Por outro lado, as características fisiográficas da Baía Sul dão conta de um ambiente de baixa hidrodinâmica, impróprio para diluição e dispersão de efluentes. A profundidade média baixa (menor que 5m), a renovação limitada da água pelos estreitamentos dos canais no norte e no sul, a baixa velocidade das correntes internas, a formação de uma onda estacionária de maré (conhecida pelos pescadores por Tombo de Maré) na altura da Base Aérea, onde o material em suspensão na água sedimenta no fundo para formar o Banco das Tipitingas, indicam ambiente de baixa hidrodinâmica, impróprio para o lançamento concentrado de efluentes de ETEs, como o que está sendo proposto. Estudo da Univali, contratada pela CASAN, mostra isto que estou apontando, bem como minha tese de doutorado, realizada no Laboratório de Oceanografia Costeira da UFSC.

Neste momento, o Ministério da Pesca e Aquicultura está firmando convênio com a União Européia para adequar a legislação e os processos de monitoramento da qualidade da água no Brasil, com o objetivo de credenciar produtores de moluscos de Santa Catarina à exportação de ostras para a União Européia e em especial para a França, que passa por uma séria crise de produção. Naturalmente que os lançamentos das ETEs na Baía Sul, principal área de produção de ostras do Brasil, irão jogar por terra estas negociações.

Cabe destacar que, desde o início desta discussão, o ministério da Pesca e Aquicultura, na figura do Sr. Ministro Altemir Gregolin, tem nos apoiado sem medir esforço na preservação da qualidade da água de cultivo. Que o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade - ICMBio tem se posicionado coerentemente na defesa da Reserva Extrativista do Pirajubaé, fonte de extração de berbigão (vongoli) comercializado no mercado público de Florianópolis e também no mercado nacional.

Diante destes argumentos, considero esta semana decisiva para a MARICULTURA enquanto atividade econômica de promoção de emprego e renda. Se os lançamentos se derem para o interior das baías,

no formato deste projeto, estaremos dando um tiro de misericórdia numa atividade que pode se tornar promissora, mas que depende da qualidade do ambiente de cultivo. Portanto, não vejo outra alternativa se não a de buscarmos a manifestação diante dos representantes do governo comprometidos com a geração de emprego e renda e com a sustentabilidade ambiental dos processo produtivos. Não podemos varrer a sujeira para baixo do tapete. Precisamos denunciar e expor a nossa indignação com o processo nada democrático e com o resultado deste processo que acarretará em comprometimento da qualidade da água das baías para a pesca artesanal, para o extrativismo marinho sustentado (RESEX), para a maricultura, para o turismo, para a gastronomia e para o bem estar das populações do entorno das Baías.

Att
Ruy Ávila Wolff

Representante dos Maricultores no Conselho Municipal de Saneamento Básico de Florianópolis

ANEXO - 02

MANIFESTO CONTRA A POLUIÇÃO DAS ÁGUAS DO SUL DA ILHA

MANIFESTO CONTRA A POLUIÇÃO DAS ÁGUAS DO SUL DA ILHA

As comunidades dos Distritos do Sul da Ilha de Santa Catarina, manifestam sua posição contrária a decisão do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Florianópolis que autorizou o lançamento de esgoto tratado para dentro do Rio Tavares e da Baía Sul. Esta decisão irresponsável do conselho, articulada pela Prefeitura, CASAN e Ministério das Cidades, põe em risco a sustentabilidade dos ecossistemas locais como o manguezal do Rio Tavares, berçário das espécies marinhas, e a saúde pública das populações dos baixios da Costeira, do Rio Tavares, Aeroporto, Carianos, Tapera e Ribeirão da Ilha, assim como todo o ecossistema da Baía Sul.

Esta decisão, além de impactar diretamente os coletores de berbigão, os pescadores artesanais, os maricultores, também vai impactar as atividades que dependem da qualidade das nossas águas e do meio marinho para seu desempenho, como o banho de mar, o surf, a pesca esportiva, a gastronomia, o turismo e o artesanato, atividades econômicas que dão sustentabilidade cultural, social, econômica e ambiental aos distritos do Sul da Ilha.

Assim sendo, considerando:

- que o projeto de saneamento do Sul da Ilha esta sendo aprovado e executado sem Estudo de Impactos Ambientais, Sociais e de Vizinhança, exigidos por lei;
- que os esgotos, mesmo quando tratados, continuam ricos em nutrientes (Nitrogênio, Fósforo) estimulando a ocorrência de maré vermelha, inviabilizando a pesca, o extrativismo de berbigão e a maricultura;

- que os esgotos, mesmo quando tratados, são vetores de doenças graves como hepatite, tifo, leptospirose... trazendo riscos á saúde da população;
- que as áreas de maior fragilidade ambiental e de populações de baixa renda, que pela Lei Nacional do Saneamento e a Municipal, devem ser prioritariamente atendidas como instrumento de proteção ambiental, de prevenção sanitária e promoção da saúde pública, não estão contempladas nos atuais projetos;
- que a Baía Sul ainda possui águas de excelente qualidade para turismo, pesca e maricultura;
- que o ambiente semi aberto, de baixa circulação de correntes, de baixa profundidade da Baía Sul é o mais sensível à poluição, e impróprio para receber esgoto tratado como afirma estudos feitos pela UNIVALE;
- que não houve debate sobre o sistema de saneamento de Florianópolis e que nenhum conselheiro conhece o projeto da CASAN;
- que os impactos pressumíveis desta obra para os Distritos do Sul da Ilha serão irreparáveis;

Exigimos do Prefeito Municipal, Sr. Dário Berger e do Conselho Municipal de Saneamento a anulação da decisão do Conselho Municipal de Saneamento Básico de Florianópolis que permite o lançamento de esgoto tratado para o interior do Rio Tavares e da Baía Sul.

Não aceitamos que o calendário eleitoral, para a conclusão das obras do PAC seja o definidor dos prazos dos debates responsáveis e necessários para elaboração e debate amplo

com a sociedade e de todas as Alternativas de Tratamento de Esgoto e de Destinação Final dos Efluentes possíveis e existentes. Exigimos prazo e realização de debates amplos que reconsidere de maneira responsável os impactos ambientais e sociais de seu tratamento e destinação final, evitando o lançamento nas águas do entorno dos rios, mangues, baías, praias e mar .

Na denuncia e defesa das questões acima levantadas, estamos convidando toda a população do Sul da Ilha a participarem amanhã dia 03 de dezembro de 2009, as 19h, da AUDIENCIA PÚBLICA que irá discutir a Proposta de Tratamento de Esgoto do Sul da Ilha. O local da audiência será no Conselho da Fazenda do Rio Tavares, ao lado do Terminal TIRIO e da Policlínica 24h.

Movimento Municipal de Saneamento Básico e Ambiental

NÃO AO LANÇAMENTO DE “ESGOTO TRATADO”

EM NOSSOS MANGUES, RIOS, PRAIAS, BAIAS E

MARES!!!

ANEXO – 03

ENTREVISTAS: MARICULTORES

ENTREVISTA – PRESIDENTE DA AMASI. (INFORMANTE 1)

- Quantos maricultores são associados?

Informante 1: 73 são associados

- Onde se registra o maior número de associados?

Informante 1: No Barro Vermelho, na Tapera da Barra Sul e na Freguesia alguns.

- Destes quantos possuem SIF?

Informante 1: Três possuem SIF e são associados. As empresas que possuem SIF são:

A Ostravagante – Proprietário Paulé e outro sócio. Localização: Caieira do Ribeirão

A Ostra Viva – Proprietário Rafael. Localização: Alto Ribeirão

Atlântico Sul – 7 sócios: Ruy Wolf; Fábio; Brognoli; Nelson; Mauro; Cristina

- Como é o trabalho na maricultura? Quantos são assalariados? O trabalho é familiar?

Informante 1: Muitos trabalham com a família, porém o cultivo requer trabalho braçal, só a família não dá conta de todo o trabalho e contratam outros trabalhadores.

- Quantos empregos diretos?

Informante 1: Mais ou menos 400 empregos diretos. 3 ou 4 funcionários por empresa, ou seja, são 100 maricultores. A maioria é nativo.

- O senhor vende ostras e mariscos?

Informante 1: Faço beneficiamento para agregar valor. Vendo congelados. Empresa: Congelados Sabores do Mar.

- Para quem vende?

Klaus: Restaurantes, consumidor final, repartições públicas

- Há quanto tempo vende?

Informante 1: 15 anos. Sempre morei no Ribeirão da Ilha. Antes cultivava somente o mexilhão, não tinha ostra a vinte anos atrás.

- Quais as dificuldades encontradas para obter o SIF?

Informante 1: Financeira. O terreno no Ribeirão custa em média 200 mil reais mais a estrutura do prédio com todas as normas para se obter o SIF.

Obs.: O Informante 1 tem fazenda, mas não tem posto de venda.

- Sobre o acesso?

Informante 1: A maioria dos atravessadores vem buscar o produto no Ribeirão da Ilha. Somente os que vendem ao mercado que entregam o produto no centro.

O acesso ao Ribeirão da Ilha fica prejudicado durante o verão, principalmente para o norte da ilha.

Os restaurantes, Rancho Açoriano e Ostradamus, possuem trapiche que funcionam como atracadouros, porém, o fluxo de embarcações é bem pequeno. Os outros funcionam apenas como deck sobre o mar.

Final da Tapera traria uma marina que atrapalharia o cultivo.

FATMA tem uma ano que saiu a licitação para novas áreas de cultivo, mas a FATMA ainda não liberou a licença. Acha que o problema é com os grandes empresários da marina.

- Sobre a localização dos cultivos?

Informante 1: Hoje a legislação requer uma distância de 50 metros da praia o que inviabiliza a instalação do cultivo do tipo parreira. Muitos gostariam de localizar seus cultivos próximos aos ranchos ou residências, mas nem sempre isto é possível.

- Sobre a COOPERILHA?

Informante 1: Colocaram o carro na frente dos bois. Na época da fundação da cooperativa não se produzia o suficiente para a estrutura da cooperativa. Além disso, falta uma cultura cooperativista. A cooperativa não está funcionando. Agora o consumo está aumentando.

- Sobre a inserção de máquinas no cultivo. Quem manuseia?

Informante 1: Qualquer um é simples de manusear.

- Função das máquinas?

Informante 1: Lavar, Debulhar o marisco (soltar da corda), selecionar, muitos já utilizam os instrumentos. Guinchos.

- Investimento nas máquinas?

Informante 1: 5.000 a 6.000 reais de instrumentos mais o guincho,

balsas e outros que são mais caros.

Na França se utiliza a balsa de madeira que depois foi usada aqui. O cultivo na França é diferente daqui a maré na França varia muito. Chega a variar até 10 metros, por isso, utilizam o cultivo do tipo fixo no chão.

**ENTREVISTA: PROPRIETÁRIO DO RESTAURANTE E BAR
OSTRAGOS, EX- PRODUTOR DE OSTRAS E MARISCOS.
(INFORMANTE 2)**

- Existe uma cooperativa no Ribeirão da Ilha?

Informante 2: Existe. A cooperativa nunca funcionou na sede.

Ele trabalhou 12 anos com a produção, mas nunca conseguiu o SIF.

EPAGRI + Marinha – Saiu e vendeu o material para outro.

- Incentivos da Prefeitura?

Informante 2: Com o Dário não teve mais incentivo, até o barco que a Ângela doou ele levou para outro lugar.

- Como é o trabalho no cultivo das ostras e mariscos?

Informante 2: A maioria dos produtores ainda é produção familiar.

No Rancho Açoriano as fazendas marinhas ficam num lugar que não tem muita corrente. Tem mais lama e o gosto da ostra se altera, tem uma areinha.

Aqui (na Freguesia) a ostra é melhor porque é mais profundo e tem correnteza.

A maior dificuldade é a burocracia da infra-estrutura. Eles fiscalizam até o bico da torneira. Antes era par o pequeno produtor porque a prefeitura financiava, hoje tem que ter dinheiro.

O pescador artesanal não tem dinheiro para isso e fazem bico.

O Sr. Paulinho, primeiro maricultor ainda produz e trabalha com a família. A maioria trabalha ainda com a família. Só é assalariado quem possui SIF porque tem que ter empresa e possuir CNPJ.

- Quais produtores possuem SIF?

Informante 2: O Sr. Paulinho é o mais antigo e não possui SIF. Os únicos que possuem SIF, pois tem que ter CNPJ, são:

- Ostravagantes (foi o único que construiu sede no Ribeirão da Ilha, mesmo sendo área residencial e não comercial.

- Ostra Viva

- Atlântico Sul – A maioria dos pequenos produtores vende para

a Atlântico Sul.

**ENTREVISTA – TRABALHA NO CULTIVO DE OSTRAS E MEXILHÕES,
TRABALHADOR ASSALARIADO. (INFORMANTE 3)**

Trabalha diretamente no cultivo de ostras e, principalmente, de mexilhões. É baiano, morou no Rio de Janeiro onde trabalhou com a pesca e veio para Florianópolis há 8 anos e desde então trabalha no cultivo de ostras e mariscos.

O cultivo do tipo suspenso eles chamam de parreira. Fases do cultivo:

	1 mês	2 meses	4 ou 5 meses	
coloca a semente no berçário	tira, lava, vê como está, classifica e volta para a água	coloca nas lanternas	pronto para o consumo	

No Ribeirão da Ilha a maior parte do cultivo é long (long-line), bóias.

**ENTREVISTA – INFORMANTE 4. (EMPRESÁRIO QUE POSSUI SIF,
ENGENHEIRO AGRÔNOMO)**

- Naturalidade?

Informante 4: Florianópolis.

- Há quanto tempo cultiva?

Informante 4: Desde 1996. Em 1999 fundou a Atlântico Sul (empresa da qual é sócio).

- Qual investimento necessário para obtenção do SIF?

Informante 4: Planta, edificação. Já existia uma edificação que possuía SIF para produção de mel transferimos o SIF para as ostras junto com outro sócio.

- Quantos sócios?

Informante 4: 6 ou 7

- Onde fica a edificação que possui SIF?

Informante 4: Aqui no Campeche.

As fazendas próximas aos ranchos possui mais facilidade na produção.

- Isto dificulta o processo?

Informante 4: sim. O terreno é pequeno a rua é estreita o que dificulta o acesso de caminhões.

- Preço da terra?

Informante 4: 150 mil um terreno.

- Situação da cooperativa?

Informante 4: Não tem administração.

- Sobre o saneamento?

Informante 4: Curso de emissário submarino. Lógica bem simplificada. Enviou documento público por e-mail. Coloca que os maricultores se manifestaram com relação ao saneamento.

A qualidade das águas devem ser o maior ponto de defesa para a maricultura. Deve haver maiores discussões com relação aos que querem usufruir dos benefícios sem pensar no coletivo.

Escreveu um manifesto (em anexo). É representante dos maricultores para não lançar esgoto tratado pela CASAN (Companhia Catarinense de Água e Saneamento) na baía.

Se fosse instalado o estaleiro do Eike Batista em Biguaçu iria haver alteração na qualidade das águas da baía sul o que influenciaria na produção.

- Sobre a organização dos maricultores?

Informante 4: Federação dos Maricultores do Estado de Santa Catarina (FAMASC) era para funcionar como representante dos maricultores do estado, mas não funciona.

Entregou documento a Dilma Roulseff.

Recursos do PAC para saneamento que entrava em conflito com os recursos do ministério da pesca.

Uma gestão integrada da baía com os outros municípios seria a melhor solução. Consórcio de coleta de lixo. O lixo vinha para o continente e a prefeitura de Florianópolis paga ao município. Seria interessante ter um consórcio para coleta de esgoto.

- Sobre intercâmbio com a França?

Informante 4: A experiência com a França não só os técnicos foram, mas foi também maricultores conhecer como era a produção lá. Foi a

Ângela Amin quem estimulou o intercâmbio com a França agora não tem mais.

Na França a ocupação da orla é diferente. O cultivo é mais intensivo. O cultivo fica bem longe da areia da praia. Possuem um porto com rampa e retiram a embarcação de alumínio com um guincho e depois é levado para o galpão que se localiza um pouco mais longe.

Acredita não existir tantos conflitos de ocupação da orla como no Ribeirão da Ilha

Em Washington os refugos da produção suína era jogado no mar e o mar morreu para as ostras. Existe uma organização a *cheasepeake bay foundation* com programas educativos vamos salvar a baía

- Riscos para a maricultura?

Informante 4: A urbanização é o principal fator de risco para a maricultura. Saneamento básico não contribui. As águas são um dos principais problemas. Ainda tem a Palhoça, Biguaçú, São José que influenciam nas águas.

A questão da Tapera é pontual, contribui, mas o continente influencia mais.

Se observarmos as casa dos pescadores são de costas para o mar enquanto as casas dos turistas são de frente para o mar.

- Como ocupar a orla?

Informante 4: Primeiro temos o conflito de usos. Os banhistas, turistas e moradores, os maricultores e as marinas. Antes não se tinha uma padronização das bóias e utilizavam garrafas pet e tudo que se achava de plástico para servir de bóia, hoje existe um controle maior, uma padronização. Impacto visual de uma bagunça no mar.

O espaço em mar é território da união. O ministério da pesca passo a assumir o controle. No início a EPAGRI que definiu a ocupação das águas, porém, não tem autonomia para esta liberação é o ministério da pesca que defini.

O plano diretor determinaria onde ficariam os trapiches, onde poderiam trabalhar.

- Tendência da maricultura?

Informante 4: A maricultura não traz para o futuro problemas de resíduos, pois isto depende da densidade da produção.

- Sobre o acesso?

Informante 4: Via de acesso bastante limitada favorece o clima, a paisagem bucólica. O movimento náutico dependendo do fluxo não prejudica. Estão criando um caminho das ostras.

ANEXO – 04

ENTREVISTAS: MORADORES

- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MORADORES -

- Dados pessoais: nome / idade
- Qual a rotina dos moradores? (especializar esta rotina) Onde trabalham? Em que trabalham? Quais caminhos percorrem diariamente?
- Quem são as pessoas mais antigas da comunidade?
- Nos últimos anos tem notado mudanças na comunidade?
- Qual a base alimentar da comunidade? O que não pode faltar na mesa do ribeiroense? Sempre foi assim?
- Caso consuma mariscos, onde os encontra?
- Como é a relação com os outros moradores?
- Como é a relação com a paisagem construída e a paisagem natural?
- Frequenta, constantemente, a praia?
- Quais espaços acreditam serem importantes para a comunidade? Sempre foi assim?
- Quais são os espaços mais frequentados?
- Costuma frequentar outras localidades do bairro?
- Tem contato com moradores do Sertão do Ribeirão?
- Quais são as festividades mais comuns no Ribeirão?
- Quais são as festas mais tradicionais que acontecem no Ribeirão? Como são? Quem participa? Sempre foi assim?
- Onde acontecem estas manifestações? Se forem procissões, quais caminhos percorrem? Onde começam e onde terminam?

ENTREVISTA – MORADOR 1 (BENZEDEIRA E RENDEIRA). 80 ANOS.

Morador 1: Era muito pobre, morava numa casinha. Minha mãe também.

- A senhora tem quantos anos?

Morador 1: 80 anos, nasci em 1927. Estamos em 2006, né?!

- A senhora era benzedeira?

Morador 1: Aprendi a benzer com todo mundo.

- A senhora conhece bem a comunidade? Sempre morou aqui?

Morador 1: Sempre. Morava na pracinha, próxima a Igreja.

- Ali mudou muito?

Morador 1: Mudou por que, naquele tempo não era assim, tinha banda de música. Pessoal ficava todo ali e eles tocavam.

- A senhora ia muito a Igreja?

Morador 1: Era da ...

- Ia muito as festas?

Morador 1: A festa do Espírito Santo.

- O que a senhora come todo dia?

D. L Morador 1: Peixe, ostra, marisco.

- Sr. João é pescador?

Morador 1: Já foi agora não é mais.

- A senhora fez renda?

Morador 1: Fiz muito.

ENTREVISTA – MORADOR 2. EX-PESCADOR.

Morador 2: Morava lá embaixo na costeira.

- Seu pai era morador da região?

Morador 2: Sim era pescador, naquele tempo não tinha emprego, era negócio de roça e de pescar.

- Ainda trabalha na roça?

Morador 2: Não, arrumei um serviço. Eu não gosto de pescaria, gostava trabalhar na roça. Aqui em casa tem tudo ali plantado.

- Trabalhou em que?

De jardineiro.

- Você mesmo quem pesca o seu peixe? Pegava o marisco aqui?

Morador 2: A Morador 1 pegava ali nas pedras. De canoa eu pescava onde tem aquelas bóias ali, pegava coroca, e depois que colocou essas bóias não tem mais pescaria. Tinha muita gente agora não tem mais canoa. 45 anos correndo, já estive em São Paulo 3 vezes.
(Ficou mostrando os troféus com muito orgulho).

ENTREVISTA: MORADOR 3, TRABALHA NA INTENDÊNCIA COM O ASFALTAMENTO DA ESTRADA QUE LEVA A PRAIA DE NAUFRAGADOS, 58 ANOS.

Morador 3: O Boi de mamão é esporádico e praticamente não funciona aqui, ele funciona ali no Canto do Rio uma vez por ano, fazem festa junina e o Canto do Rio leva, funciona mais fora, não é uma coisa centralizada ele é daqui, mas aqui ele atua muito pouco agora ele ta tendo muito pouco. É de graça, né. As pessoas não cobram nada é complicado agente até entende tudo envolve muita coisa até para levar o boi é difícil precisa dar uma cachaça para o violeiro, precisa de uma organização e de disponibilidade e como hoje em dia todo mundo tem seus afazeres. Agente espera que quando se aposentem retomem a festa Tem a festa do Zé Pereira que envolve a televisão, gente de fora do estado.

- Há quanto tempo ocorre a festa?

Morador 3: A festa ocorre desde que existe carnaval.

- Sempre foi assim?

Morador 3: Antes era uma banda que tocava na região e brincava, com o jogar n'água. Foi crescendo foi crescendo que nem comporta mais, deu quase 7 mil pessoas. A festa ocorria a uns duzentos metros da Igreja e passava na principal. Agora ganhou um tamanho que não comporta mais no Ribeirão tem até uma abaixo assinado para acabar com a festa. Os ônibus fica o dia inteiro sem passar, tranca tudo. Tem a Festa da Lapa. Tinha a festa de terno de Reis que é tradição, que não é uma festa as pessoas se vestem com o terno e saem por aí. umas 4 ou 5 pessoas fazem, ocorre dia 6 de Janeiro. Me preocupa porque agente lembra da festa do divino espírito santo que era gente pra encardir. Essa festa tem na Santa Antônio, Morro das Pedras, Armação, no Pântano do Sul em vários lugares e como a matriz é aqui a festa mais tradicional é aqui.

Tem uma que acontece e cresceu muito. Tá numa dimensão grande tem que ter arquibancada que envolve a prefeitura e é uma tradição daqui que dificilmente vai se acabar. Celebração da semana Santa que fazem um teatro com as pessoas daqui mesmo todos amadores por isso que é bonito. O pai trabalhou em uma serraria no Saco dos Limões e a mãe sempre foi domestica, mora aqui no Ribeirão, tá com 78 anos.

- Ainda se preserva a cultura açoriana? Das rendas?

Morador 3: Se procura preservar, a minha função aqui hoje é trazer o povo pra cá é buscar o asfalto pra cá e isso tudo a cultura vai se perdendo aonde vai chegando o progresso a cultura parece que é natural isso, né parece que se perde por causa disso chegou o progresso não sei se as pessoas não se envolve mais ou vem muita gente de fora. Se for aqui na Barra do Sul, ele mantém a tradição do Divino da novena cantada é uma tradição bonita que se preserva ainda. E isso tem nos açores de Portugal. Dependendo do Imperador eles trazem essa cantoria pra cá.

- Quem são as pessoas que participam, onde ficam?

Morador3: Na Barra do Sul, longe daqui.

- O senhor acha que nos últimos 30 anos ocorreram muitas mudanças?

Morador3: Não diria só 30 anos nos últimos 15 anos ocorreram muitas mudanças radicais. Hoje a festa da Lapa quando passa eu nem soube que passou, antes as pessoas se preparavam para a festa. Vou comprar roupa para a festa da Lapa, vou comprar carne para comer na festa. A festa de São Sebastião não tem mais. Falta o Padre organizar se empenhar mais. Não tem mais aquela coisa de espera se prepara.

Os filhos não participam da festa, nem sabe o quê que é a festa do Divino Espírito Santo. Antigamente aquela comilança, o café com cuca na casa do Imperador. Eles conhecem a festa da Igreja assistem a missa e acabou.

- Com relação ao cultivo das ostras o senhor acha que mudou a relação da população com o mar?

Morador3: Como agente fala, né. Onde vem o progresso vem mudança. Mudou bastante, vem artistas da Globo as pessoas vem comer a melhor ostra do país. As pessoas sabem onde fica o Ribeirão da Ilha por que conhecem pelo restaurante. Vem gente com poder aquisitivo que compra as casas, vem com a família e isso tudo atrapalha o que tem de nosso.

- Mudou muito a paisagem?

Morador3: Hoje olha pro mar e só ver essa bóias. Se ta poluindo ou se não ta eu não sei. Sei que deixa um monte de casca. Por outro lado, deu emprego pra muita gente nunca é 100% sempre tem os prós e os contra. As vezes os contra são maiores, mas não é o caso das ostras. A ostra elevou o nível da comunidade. As uns 15 anos não tinha nenhum restaurante.

- A sua mãe trabalhava? Chegou a trabalhar?

Morador3: Não sempre foi doméstica

- A sua esposa trabalha?

Morador3: Não, descobriu que nosso filho tinha diabetes com 2 meses e não trabalhou mais

ENTREVISTA – MORADOR 4, 53 ANOS, DIRETORA DA ESCOLA DOM JAIME

Morador 4: Nós aqui somos uma escola, a única escola do Sul da Ilha que tem o ensino médio. Nós temos ensino fundamental nas escolas municipais. mas um grande fluxo de alunos são oriundos de dez comunidades. Agente percebe que tem alunos paulistas

Por essa razão nos temos. Atendemos o Campeche, Armação, Areias, Pântano do Sul, Tapera oriundos das mais diversas comunidades.

Pais que trabalham na Maricultura. Grande número de pais que trabalham no comércio e em alguns órgãos do governo. No sertão do Ribeirão nós temos vários alunos que os pais trabalham e produzem ainda. Trabalham como pescadores. Fluxo bastante grande de alunos que são do sertão do Ribeirão e que os pais são colonos.

Temos ainda algumas famílias que os pais produzem seu próprio alimentam e que ainda trabalham no centro.

- Em relação as essas manifestações culturais, vc acha que o Ribeirão ainda preserva muitas das suas manifestações?

Morador 4: Professora Marilei que mora ao lado da gruta na casa amarelinha vai poder te falar muito sobre as festas.

- Onde ocorrem as festas?

Morador 4: No espaço público.

- Quais as manifestações que ainda são preservadas aqui no Ribeirão?

Morador 4: A banda nossa Senhora da lapa tem mais de 100 anos e é convidada para tocar em vários lugares.

Lazer se tem muito pouco, o que poderia ter é mais áreas. Precisava ter áreas de lazer mais utilizadas. A praia é utilizada, mas reduzida.

As festividades mais comuns seriam: o boi de mamão, o pau de fita, a

festa do divino e a encenação.

- Onde ocorrem as procissões?

Morador 4: Na Caieira da Barra do Sul também ocorre procissões. Na Costeira do Ribeirão na capela São José também é feita uma procissão.

- Depois da produção das ostras a Sr. acha que mudou muito a dinâmica dos moradores de frequentar a praia?

Agente percebeu que isso trouxe para a economia da região, isso foi muito rico, né! Inclusive proporcionando trabalho para muitas pessoas que viviam na ociosidade, né! Isso agente percebeu que teve um grande avanço e é um local bem mais visitado hoje, inclusive, até os próprios restaurantes tem mais clientes por causa da oferta desse produto.

- Acha que alterou muito a paisagem?

Morador 4: Teve por que a própria ostra, né! As lanternas de ostras ela mudou a praia, o mar, né! E há uma grande preocupação assim por parte dos moradores com os dejetos que são deixados pela ostra. Agora agente já tem caminhão que vem buscar esse produto por que ele é utilizado pra fazer inclusive bloco de cimento, tem uma empresa que faz como uma forma de reciclar esses dejetos que ficavam aqui a mercê e hoje graças a deus já foi sanado esses problema pelo menos na totalidade.

- Quais foram as maiores mudanças nos últimos 15 anos?

Morador 4: A população aumento, a questão da moradia mudou muito. Sim a própria produção de ostras mudou bastante a paisagem com as bóias. A questão ambiental mudou muito. As lanternas elas mudaram a visão que você tinha da praia que era só o mar, a água em sim, hoje você vê uma aglomerado enorme de lanternas pra produção deste marisco. A preocupação com a poluição, com os resíduos das ostras.

- Acha que a freguesia preserva mais a paisagem do que as outras localidades? Qual a característica que diferencia o Ribeirão das outras localidades?

Morador 4: Acho que sem sombra de dúvida é a permanência é o

resgate é o de tentar dar continuidade a essa permanência mesmo cultura açoriana. Diferente das outras comunidades que tem mais gente de fora. Da freguesia até a praia do Rita tem uma preservação grande. Aqui se mantém mais as pessoas açorianas, descendente de açorianos.

- Tem alguma Benzedeiros ou Rendeira?

Morador 4: D. Catarina rendeira mora a 150 metros daqui. Vô da Ariane. D. Ondina que mora perto do Museu, do lado do museu.

Pescadores tem o Nido, o Osmar.

Mora no Caiacanga a 7 km daqui. Parte colonizada pelos Caicangas.

Falar com o Prof. Rodrigo, quartas e sextas e segunda à noite.

